

Tribunal Regional do Trabalho
da 16ª Região

Relatório de Gestão 2018



The background features the coat of arms of Brazil, which includes a central five-pointed star with a blue circle containing white stars, surrounded by green coffee branches and yellow sugarcane stalks. A blue ribbon at the bottom contains the text 'REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL' and '15 de Novembro de 1889'.

Tribunal Regional do Trabalho
da 16ª Região

Relatório de Gestão

2018

anos

Listas de siglas e abreviações

CCI - Coordenadoria de Controle Interno

CNJ - Conselho Nacional de Justiça

CSJT - Conselho Superior da Justiça do Trabalho

DN - Decisão Normativa

GP - Gabinete da Presidência

IACJ1 - Índice de Ações Coletivas Julgadas de 1º Grau

IACJ2 - Índice de Ações Coletivas Julgadas de 2º Grau

IAM - Índice de Alcance das Metas

ICONc - Índice de Conciliação - Fase de Conhecimento

IE - Índice de Execução

IEOD - Índice de Execução do Orçamento Disponibilizado

IGOV - Índice de Governança

IGOVpessoas - Índice de Governança de Pessoas

IGOVTI - Índice de Governança de Tecnologia da Informação

IN - Instrução Normativa

IPA - Índice de Processos Antigos

IPJ - Índice de Processos Julgados

IRA - Índice de Redução do Acervo dos Maiores Litigantes

PE - Planejamento Estratégico

PLS - Plano de Logística Sustentável

RA - Resolução Administrativa

RAE - Reuniões de Análise da Estratégia

RG - Relatório de Gestão

SCMP - Sistema de Controle de Material e Patrimônio

SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SPIUnet - Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União

TCU - Tribunal de Contas da União

TIC - Tecnologia da Informação e Comunicações

TMDP1 - Tempo Médio de Duração do Processo - 1ª Instância

TMDP2 - Tempo Médio de Duração do Processo - 2ª Instância

TRT - Tribunal Regional do Trabalho

UJ - Unidade Jurisdicionada

Apresentação

Este é o Relatório de Gestão do exercício de 2018 apresentado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região à Sociedade e aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010, e da orientação da Unidade de Controle Interno contida no Memorando CCI nº 26/2018, seguindo as determinações da “Estrutura Internacional para Relato Integrado” concebida pelo Conselho Internacional para Relato Integrado (IIRC), em conformidade com o disposto na Decisão Normativa nº 170, de 2018, do Tribunal de Contas da União.

O Relatório de Gestão do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região foi estruturado em capítulos, assim distribuídos:

Capítulo 1	Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo
Capítulo 2	Planejamento Estratégico e Governança
Capítulo 3	Gestão de Riscos e Controles Internos
Capítulo 4	Resultados da Gestão
Capítulo 5	Alocação de Recursos e Áreas Especiais da Gestão
Capítulo 6	Demonstrações Contábeis
Capítulo 7	Outras Informações Relevantes

Conteúdo

	Apresentação	4
	Mensagem da Presidência	7
1	Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo	9
2	Planejamento Estratégico e Governança	20
3	Gestão de Riscos e Controles Internos	33
4	Resultados da Gestão	42
5	Alocação de Recursos e Áreas Especiais da Gestão	51
5.1	Gestão Orçamentária e Financeira	51
5.2	Gestão de Pessoas	57
5.3	Gestão de Licitação e Contratos	72
5.4	Gestão do Patrimônio e Infraestrutura	76
5.5	Gestão da Tecnologia da Informação	82
5.6	Gestão de Custos	94
5.7	Sustentabilidade Ambiental	96

Conteúdo

6	Demonstrações Contábeis	99
6.1	Declaração do Contador	101
6.2	Demonstrativos Contábeis	102
6.3	Notas Explicativas	107
7	Outras Informações Relevantes	111
	Anexos e Apêndices	115
	Declaração de Integridade	116
	Informações Suplementares	117

Mensagem da Presidência

TRT 16 em Ação! Orgulho do nosso valor!

Esse é o sentimento da Administração do TRT 16 no biênio 2018/2019. O valor determina a forma como a pessoa ou organização interage com outros indivíduos e com o meio ambiente. Ausência de valores afeta a humanidade, que passa viver de forma egoísta, cruel e violenta.

Esse sentimento é o norte para enfrentar os grandes desafios da gestão por que passam toda a Justiça do Trabalho desde a última década, especialmente com o advento da Emenda Constitucional nº 45/2004.

Diretrizes basilares de uma boa administração condizentes com a missão e a visão institucional, ressurgem como os pilares fundamentais a serem observados pelos gestores contemporâneos para o alcance da satisfação plena dos serviços oferecidos à sociedade.

A nova metodologia de escrita e apresentação do Relatório de Gestão, na forma integrada, almeja atingir esse desafio de demonstrar à sociedade os resultados

obtidos no gerenciamento dos recursos públicos para satisfação das necessidades basilares da vida, qual seja, o de oferecer dignidade aos cidadãos pelos serviços jurisdicionais oferecidos.

O Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região apresenta o respectivo Relatório de Gestão, do Exercício de 2018, em observância à Decisão Normativa TCU nº 170/2018 com base nas orientações normativas emanadas pela Corte de Contas, e as exigências legais contidas na Instrução Normativa TCU nº 63/2010.

O objetivo do relatório de gestão na forma integrada é o de possibilitar ao cidadão uma leitura compreensível e sistêmica do emprego dos recursos e do desempenho da gestão do órgão no período analisado.

Desde o exercício de 2016, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho tem orientado os Tribunais que adéquem suas despesas ao novo Regime Fiscal instituído pela Emenda Constitucional nº 95, no âmbito dos Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.



Mensagem da Presidência

Esse desafio de contenção de despesas públicas exige de todos uma mobilização efetiva no sentido de implementação de medidas que visem à redução de gastos, principalmente os de natureza continuada que mantêm o funcionamento organizacional.

Neste contexto, a Administração do TRT16 eleita para o biênio 2018/2019 vem trabalhando de modo integrado para aprimorar os mecanismos de controles internos e de riscos, apresentando relatórios setoriais com informações tempestivas dos atos de gestão para subsidiar a Administração na tomada de decisão que propicie maior eficiência nos resultados da aplicação dos recursos públicos.

Como consequência dessas ações, temos superado o desafio de manter o funcionamento do Tribunal com a qualidade da prestação jurisdicional desejada, cumprindo a sua missão institucional que consiste em solucionar conflitos decorrentes da relação de trabalho de forma célere e efetiva, em consonância com os princípios que regem a Administração Pública, com o Plano Plurianual e o Planejamento

Estratégico do Tribunal.

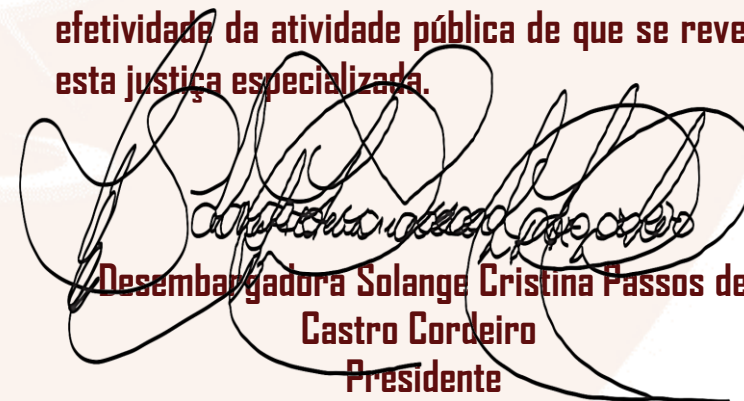
A execução orçamentária no exercício sob análise manteve o equilíbrio entre a dotação orçamentária – financeira consignada na LOA e a despesa realizada, reduzindo os riscos de insuficiências de recursos e inscrição de despesas em Restos a Pagar, salvaguardando o financeiro do exercício seguinte.

Isso foi possível mediante o planejamento do emprego dos recursos pela priorização das ações e programas que atendessem de fato aos anseios dos jurisdicionados, e que fizeram parte da Meta de Aperfeiçoamento dos gastos públicos para o biênio 2018/2019.

Além de todos esses desafios, registra-se a deficiência de pessoal no quadro de servidores desta Corte, agravada pelo elevado número de pedidos de aposentadoria a cada dia, pela proibição de ingressos de novos servidores por concurso público, também consequência da medida imposta aos tribunais pela EC 95/2016 que estabeleceu limite para os gastos públicos por vinte exercícios financeiros subsequentes.

Essa realidade atual que implica restrições para o desempenho das atividades da Justiça do Trabalho no Maranhão, não impediram que esta Administração alcançasse bons resultados no exercício de 2018 demonstrados no Relatório Integrado de Gestão, em total sintonia com seu planejamento estratégico, com as metas impostas, projetos e objetivos fixados para o exercício avaliado.

Para o próximo exercício as ações já implementadas serão mantidas e outras estão sendo planejadas com vistas ao aprimoramento da eficiência do emprego dos recursos e melhoria dos serviços jurisdicionais, sempre em busca de resultados concretos que satisfaçam cada vez melhor aos anseios dos cidadãos pela celeridade e efetividade da atividade pública de que se reveste esta justiça especializada.



Desembargadora Solange Cristina Passos de Castro Cordeiro
Presidente



Capítulo 1

Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo

Item 1 - Identificação da UPC e Declaração da sua Missão e Visão

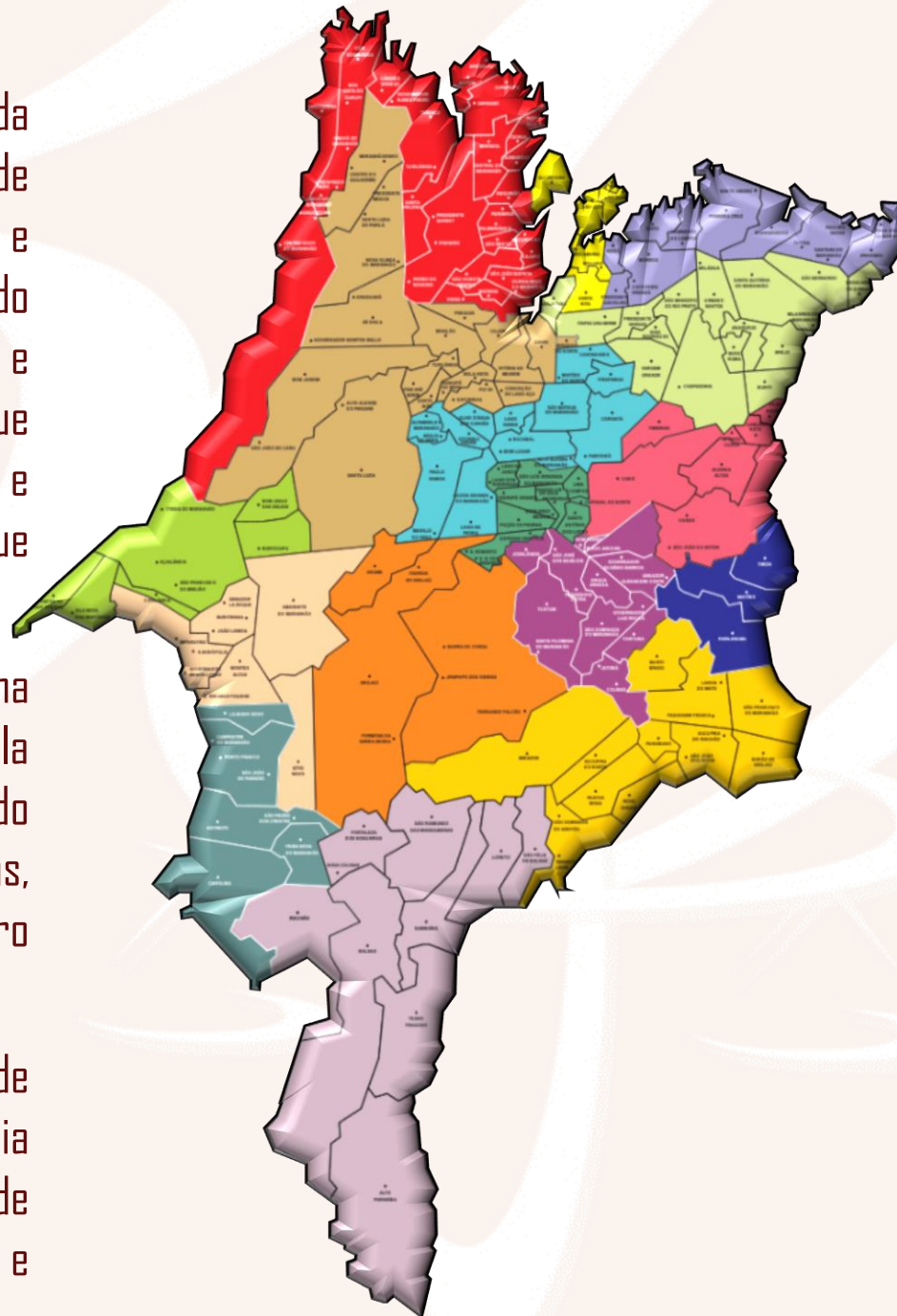
1.1 Identificação da UPC e Declaração da sua Missão e Visão

1.1.1 Organização Judiciária

O Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região foi criado pela Lei 7.671, de 1988, com sede na cidade de São Luís e jurisdição em todo o Estado do Maranhão, sendo composto por vinte e três Varas do Trabalho, que representam o 1º Grau de Jurisdição, e por oito Desembargadores, que representam o 2º Grau de Jurisdição.

O 2º Grau de Jurisdição funciona com o Tribunal Pleno, constituído pela totalidade dos Desembargadores do Trabalho, e com duas Turmas, compostas cada uma por quatro Desembargadores do Trabalho.

Dando apoio judiciário ao 1º Grau de Jurisdição temos a Secretaria Judiciária, a Coordenadoria de Recursos, Jurisprudência e Acórdãos e a Seção de Cadastramento Processual.



O 1º Grau de Jurisdição é exercido por Juízes do Trabalho Titulares e Substitutos lotados nas vinte e três Varas do Trabalho que são assim distribuídas: São Luís - 7, Imperatriz - 2, Açailândia - 1, Bacabal - 1, Balsas - 1, Barra do Corda - 1, Barreirinhas - 1, Caxias - 1, Chapadinha - 1, Estreito - 1, Pedreiras - 1, Pinheiro - 1, Presidente Dutra - 1, São João dos Patos - 1, Santa Inês - 1 e Timon - 1.

Dando apoio judiciário ao 1º Grau de Jurisdição temos as Secretarias das Varas do Trabalho, as Diretorias de Foro (São Luís e Imperatriz), Central de Mandados (São Luís), CEJUSC - Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Disputas (São Luís) e o Núcleo de Pesquisa Patrimonial (São Luís),

1.1 Identificação da UPC e Declaração da sua Missão e Visão

1.1.2 Organização Administrativa

O Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região conta com o apoio administrativo de 138 servidores, de acordo com a Resolução nº 219, do Conselho Nacional de Justiça, os quais estão distribuídos entre 28 setores classificados como “Unidades de Apoio Indireto”.

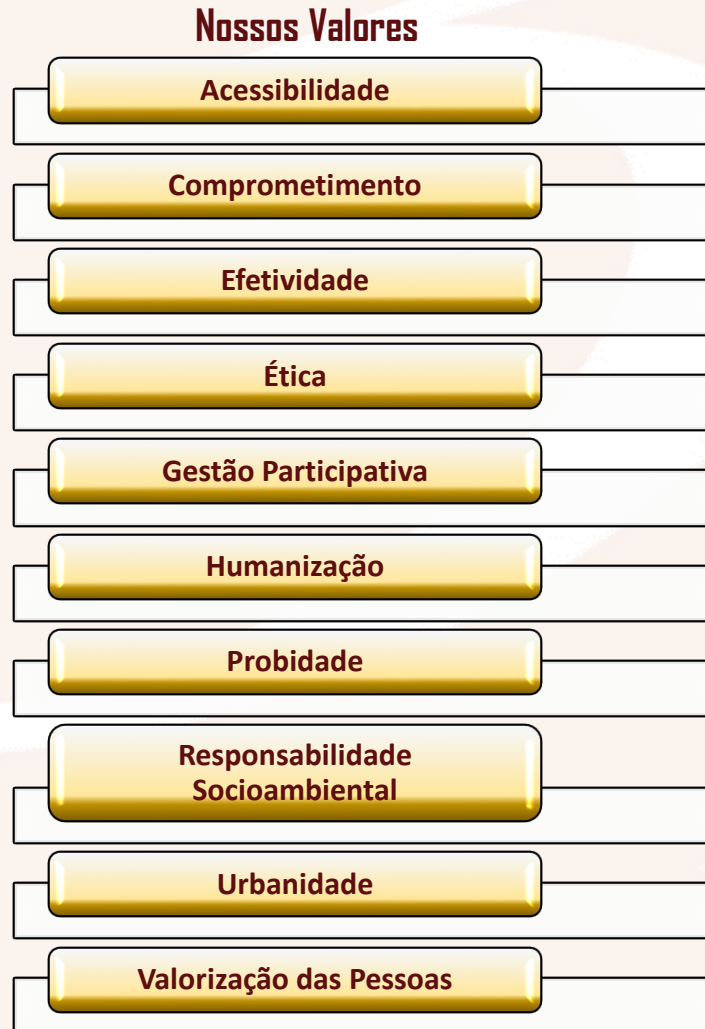
Cada uma delas tem sua atribuição especificada no Regulamento Geral do TRT da 16ª Região e trabalham sempre para que possamos atingir nossa **visão estratégica que é de nos aperfeiçoar como instrumento efetivo de justiça, paz social e cidadania**. No nosso organograma podem ser visualizadas as unidades e suas subordinações, bem como os diversos níveis que se fazem representar. Sua construção, teve por base os diversos normativos que de tempos em tempos são atualizados, tais como a Resolução nº 63 do CSJT e a Resolução nº 219 do CNJ.

No ano de 2018, nossa organização administrativa também contribuiu para que o Tribunal atingisse as Metas Nacionais, as Metas Específicas da Justiça do Trabalho e as Metas do Planejamento Estratégico Institucional, além de permitir que alcançássemos a maior quantidade de processos baixados de toda a história do TRT da 16ª Região.

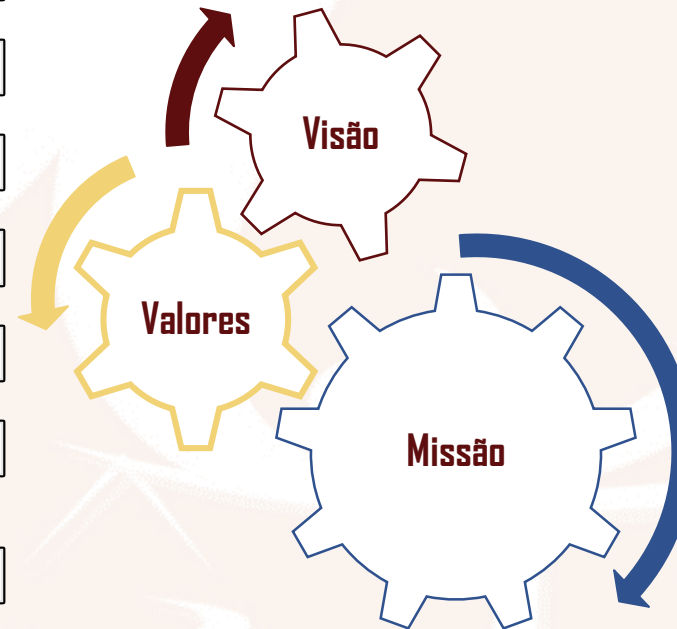
anos

1.1 Identificação da UPC e Declaração da sua Missão e Visão

1.1.3 Missão, Valor e Visão

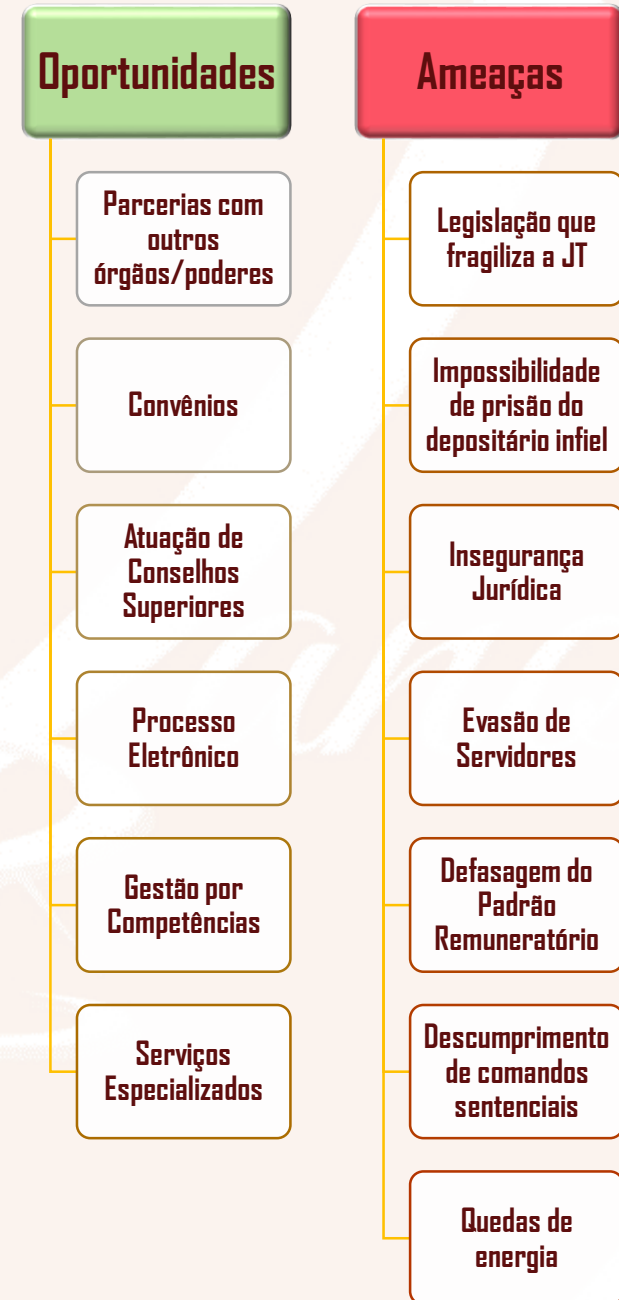


Nossa Visão: Aperfeiçoar-se como instrumento efetivo de justiça, paz social e cidadania



Nossa Missão: Solucionar conflitos trabalhistas com celeridade e efetividade

1.1.4 Oportunidades e Ameaças



1.1 Identificação da UPC e Declaração da sua Missão e Visão

1.1.5 Alta Administração do Tribunal

Alta Administração do Tribunal



Presidente

**Desembargadora Solange
Cristina Passos de Castro
Cordeiro**



Vice-Presidente/Corregedor

**Desembargador
Américo Bedê Freire**



Ouvidor

**Desembargador
José Evandro de Souza**



Diretora da EJUD

**Desembargadora Márcia
Andrea Farias da Silva**


1.1 Identificação da UPC e Declaração da sua Missão e Visão

1.1.6 Tribunal Pleno - Desembargadores por Ordem de Antiguidade



Desembargador
Américo Bedê Freire 




Desembargador José
Evandro de Souza 



Desembargador Gerson
de Oliveira Costa Filho 



Desembargadora Márcia
Andrea Farias da Silva 



Desembargadora Ilka
Esdra Silva Araújo 



Desembargador Luiz
Cosmo da Silva Júnior 



Desembargador James
Magno Araújo Farias 



Desembargadora Solange Cristina
Passos de Castro Cordeiro 

1.1 Identificação da UPC e Declaração da sua Missão e Visão


1.1.7 Composição da 1ª Turma

Presidente da Turma




Desembargadora Solange Cristina
Passos de Castro Cordeiro 




Desembargador José
Evandro de Souza 



Desembargadora Márcia
Andrea Farias da Silva 



Desembargador Luiz
Cosmo da Silva Júnior 

ANAS

1.1 Identificação da UPC e Declaração da sua Missão e Visão


1.1.8 Composição da 2ª Turma

Presidente da Turma



Desembargador
Américo Bedê Freire 




Desembargador Gerson
de Oliveira Costa Filho 



Desembargadora Ilka
Esdra Silva Araújo 



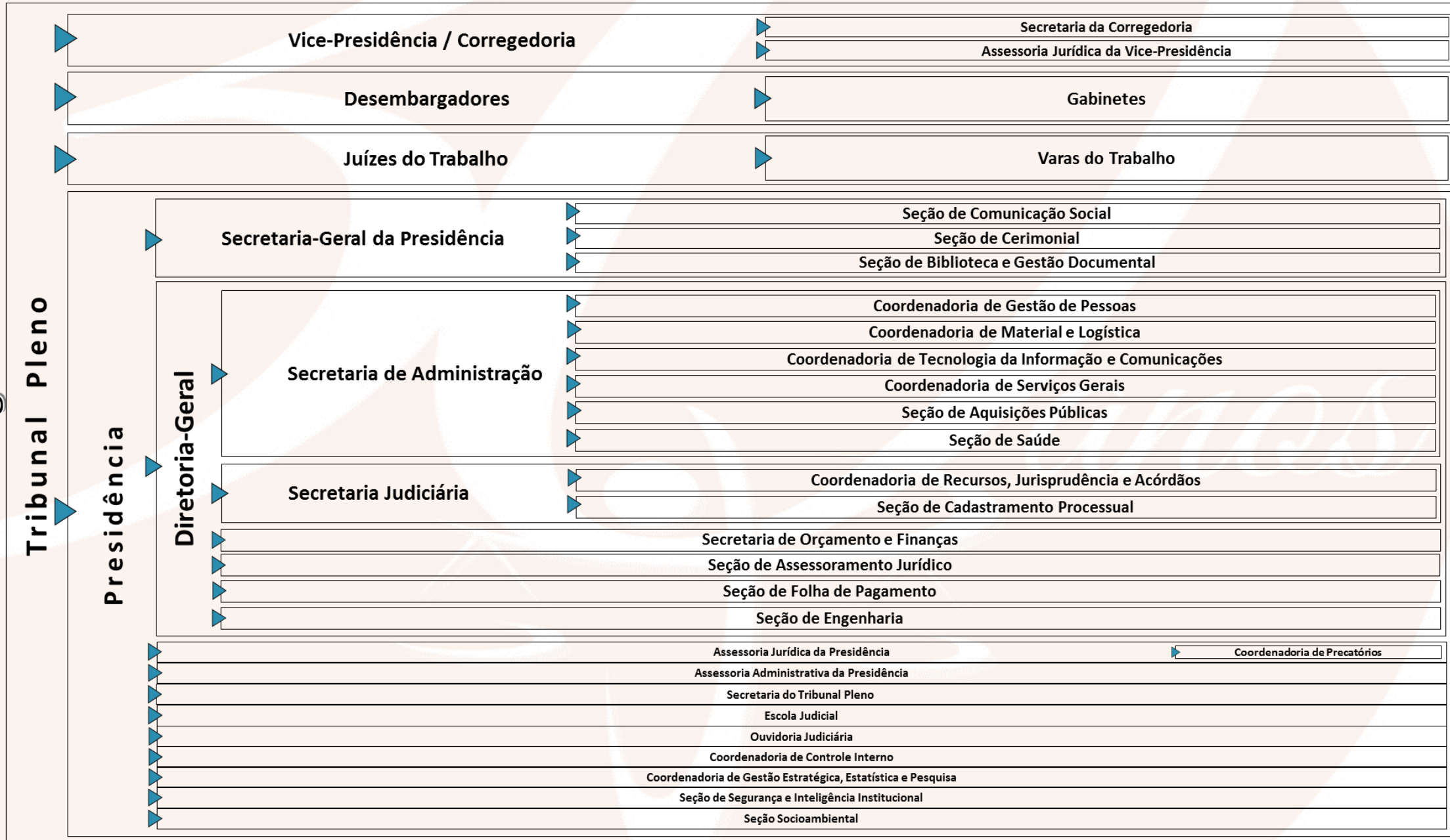
Desembargador James
Magno Araújo Farias 

anos

1.2 Estrutura Organizacional

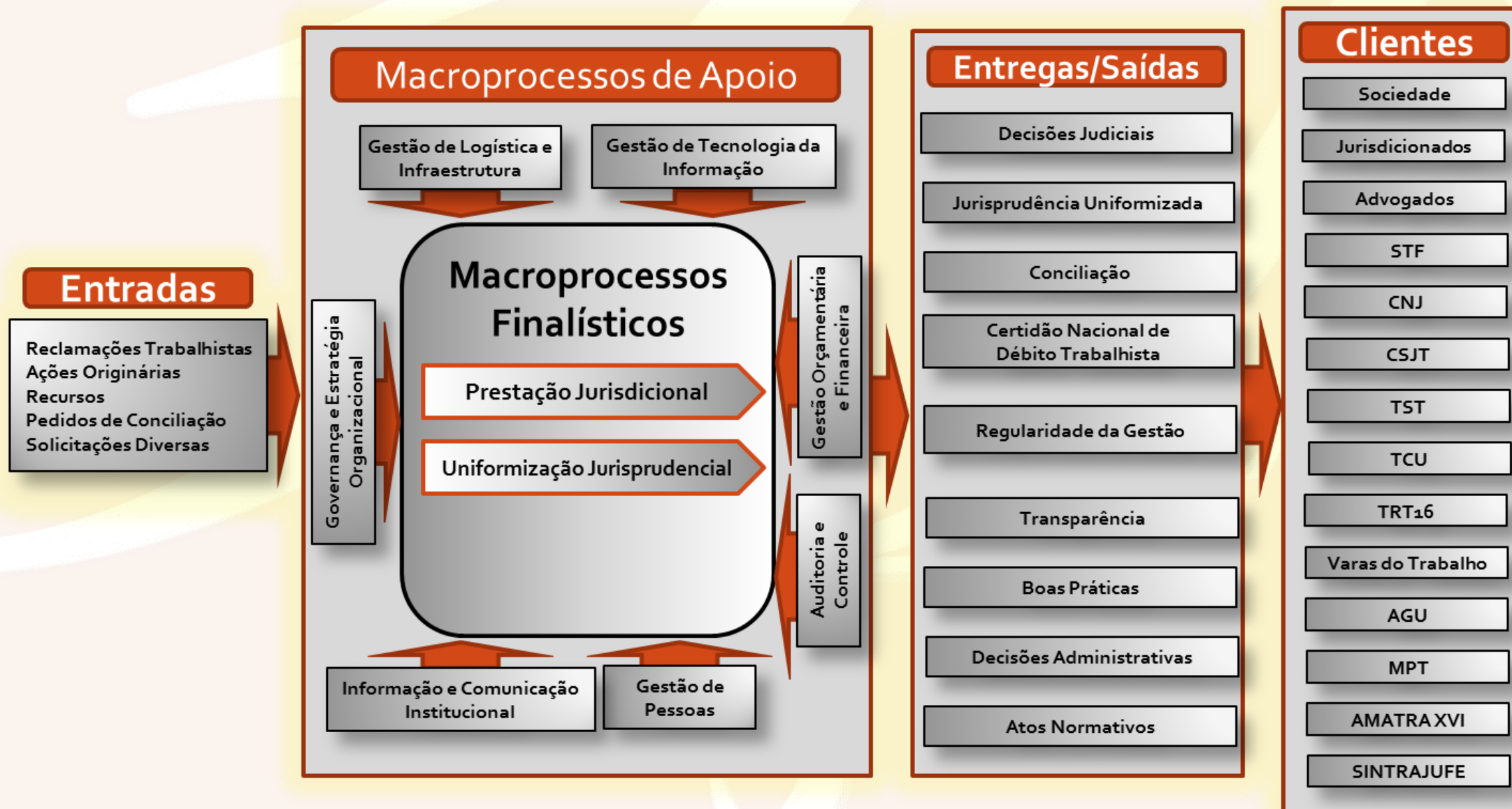
1.2.1 Organograma do Tribunal

Estrutura Organizacional



▶ As setas indicam a ordem hierárquica.

1.2.2 Cadeia de Valor



1.2 Estrutura Organizacional

1.2.3 Ambiente Externo

Reforma Trabalhista

A Reforma Trabalhista teve impacto decisivo na quantidade de ações recebidas pelo TRT16. A Lei nº 13.467/2017 fez com que as ações trabalhistas sofressem uma queda de 30% na 1ª Instância e teve impacto em vários outros índices e metas Estabelecidas para o Tribunal.

Resolução CNJ nº 219

A Reforma Trabalhista influenciou diretamente na Resolução que trata da distribuição de servidores, cargos e funções entre o 1º e o 2º Grau. A média de processos recebidos no último triênio diminuiu na 1ª Instância e na 2ª Instância aumentou 105% de 2017 para 2018.

Orçamento

Com os constantes cortes orçamentários na Justiça do Trabalho do Maranhão, o TRT16 buscou uma série de alternativas visando contornar este cenário. Implementou diversas ações previstas na Resolução CNJ nº 201 com medidas que impactam na economia de papel, água, energia, além de cortes em programas, ações e projetos estabelecidos para o cumprimento de metas do Plano Estratégico Institucional.

O Estado

O TRT16 é responsável por julgar as ações trabalhistas no Estado do Maranhão. Ao todo são 217 municípios, com uma população estimada em 7.035.055 habitantes. Possuímos 23 Varas do Trabalho, 49 Magistrados de 1º Grau e 8 Magistrados de 2º Grau para trabalhar com uma média de mais de 64 mil processos por ano.

Parcerias

O TRT16 tem buscado diversas parcerias com os mais diversos órgãos, tais como: CSJT, TST e TRTs. Essas parcerias tem proporcionado o cumprimento de 5 metas nacionais e 4 metas específicas da Justiça do Trabalho, além de 14 metas do Plano Estratégico do TRT16. Com essas parcerias contribuimos também para o desenvolvimento de projetos nacionais, como é o caso do Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJE-JT).

A group of business professionals in a meeting room are gathered around a wooden table. They are holding several large, interlocking puzzle pieces. One piece is red, and the others are blue. The scene is overlaid with a semi-transparent grey rectangle containing text. A vertical red bar is on the left side of the image.

Capítulo 2

Planejamento Estratégico e Governança

2.1 Plano Estratégico

O Plano Estratégico do TRT16 foi instituído pela Portaria GP 1254/2014 e referendado pelo Pleno do Tribunal. Distribuídos entre as três perspectivas: recursos, processos internos e sociedade, estão 14 objetivos estratégicos que se desdobram em 22 indicadores que se traduzem em metas, projetos,

programas, ações e iniciativas em busca de se atingir a visão de solucionar conflitos trabalhistas com celeridade e efetividade. O acesso ao Plano estratégico pode ser obtido no seguinte link: <http://bit.ly/2vnBaAh>

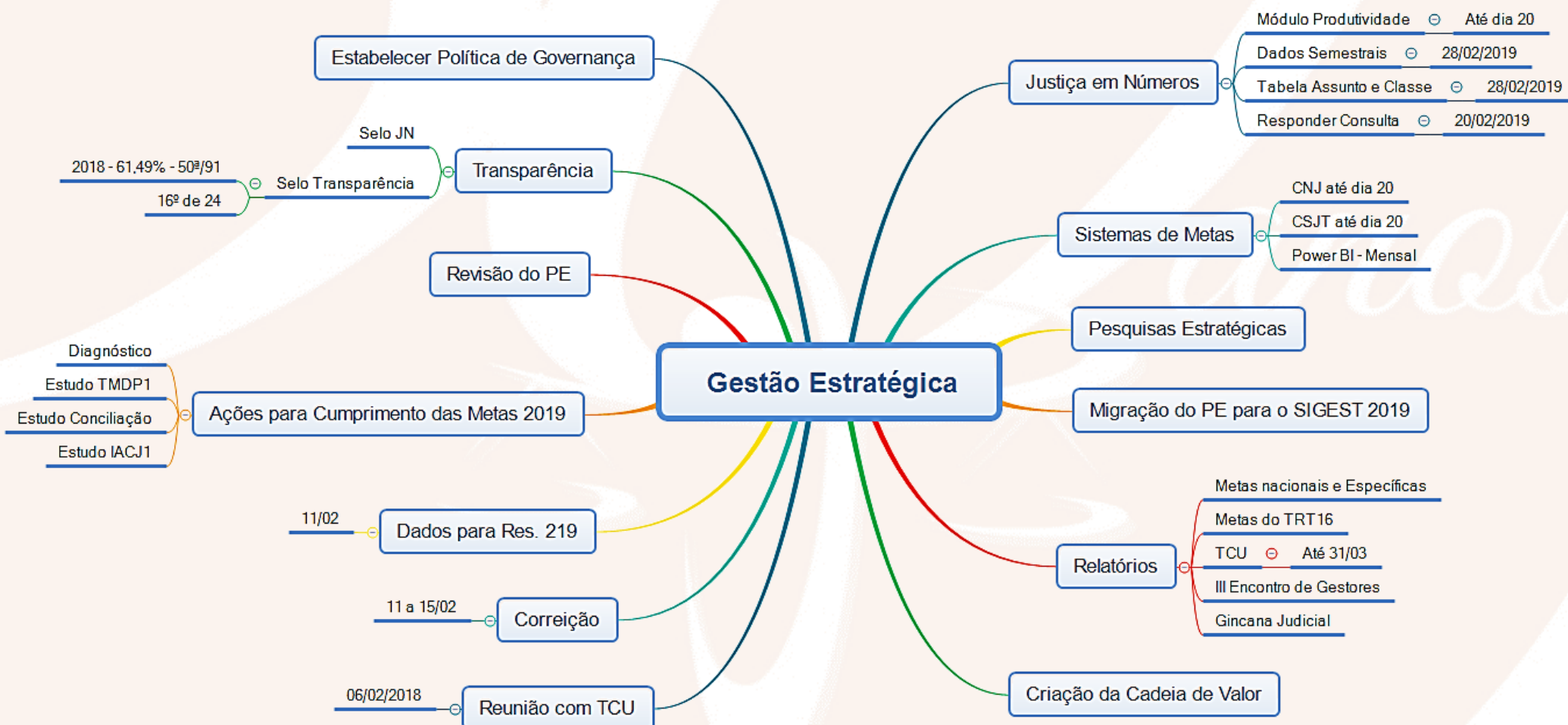
Mapa Estratégico



2.1 Plano Estratégico

O TRT16 possui metas que são acompanhadas pelo CNJ, pelo CSJT e pelo próprio Regional, sendo subdivididas em: metas nacionais, metas específicas e metas do Plano Estratégico do TRT16. Além das metas, devem ser seguidas uma série de normas emanadas por órgãos superiores que tratam de ações específicas para o cumprimento das metas. Para se alcançar o nível de satisfação desejado, a alta administração organiza suas ações conforme resumo abaixo, sendo alterado sempre que necessário.

No total, precisa-se cumprir 7 metas nacionais, 7 metas específicas da Justiça do Trabalho, 22 metas do Plano Estratégico Institucional, além de acompanhar e buscar melhorias para 13 indicadores do IGEST-CSJT. Para tanto, o Tribunal se utiliza de ferramentas que visam facilitar a elaboração de projetos, a realização de ações e melhoria dos indicadores, quais sejam: o eGestão, o SIGEST, o Sistema de Metas Institucional, dentre outros. Está sendo dada especial atenção à transparência e à produtividade.

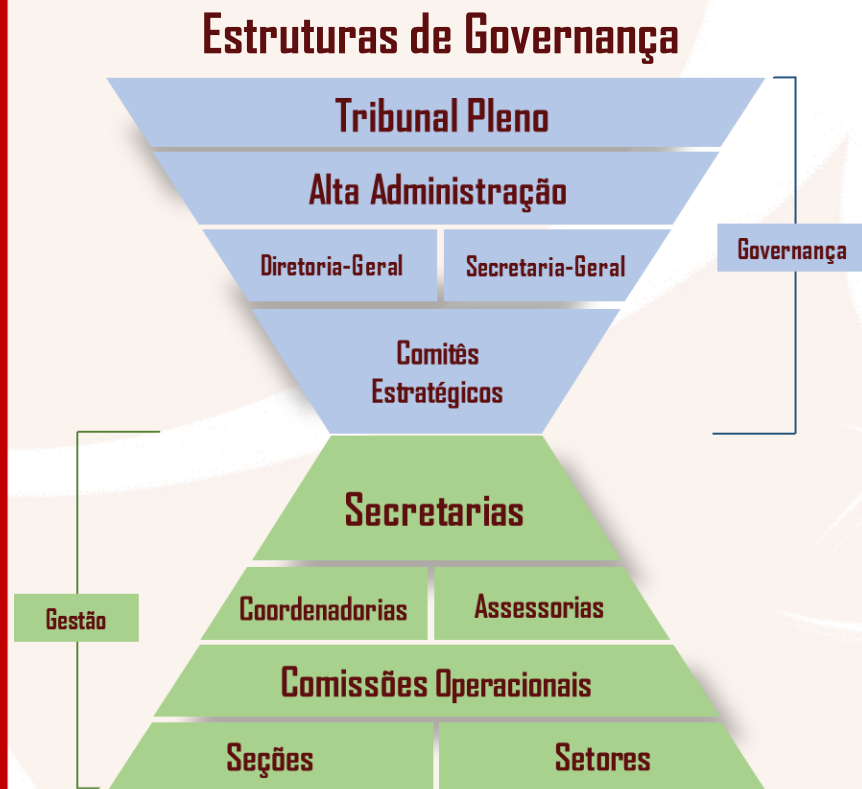


2.2 Política de Governança

Para o ano de 2019, é um dos objetivos do Tribunal elaborar política de governança com base nos “10 Passos para a Boa Governança” elaborados pelo TCU. Alguns passos já foram dados, tais como: 1) estabelecimento de modelo de Gestão Estratégica; 2) estabelecimento da estratégia considerando as necessidades das partes interessadas; 3) estabelecimento de metas e delegação de recursos para alcançá-las; 4) estabelecimento de mecanismos de coordenação de ações com outras organizações; 5) estabelecimento de

diretrizes de transparência e sistema de prestação de contas e responsabilização. Algumas partes dos outros passos já foram iniciados, porém necessitam ser completados.

O Mapa Estratégico Institucional norteia as mais diversas ações do Regional e estabelece diretrizes de planejamento para o cumprimento das metas visando a melhor prestação de serviços para o cidadão.



Passos para uma boa Governança



2.3 Atuação da Unidade de Auditoria Interna

O Tribunal possui uma unidade de controle interno vinculada diretamente à Presidência da Corte, tendo, internamente sua atuação regulada pela Resolução Administrativa nº 307/2013, bem como pelas Portarias do Gabinete da Presidência nºs 1591/2013, 1592/2013, 1593/2013 e 1594/2013. Na Resolução Administrativa nº 307/2013 constam as finalidades e competências e as atribuições desta unidade.

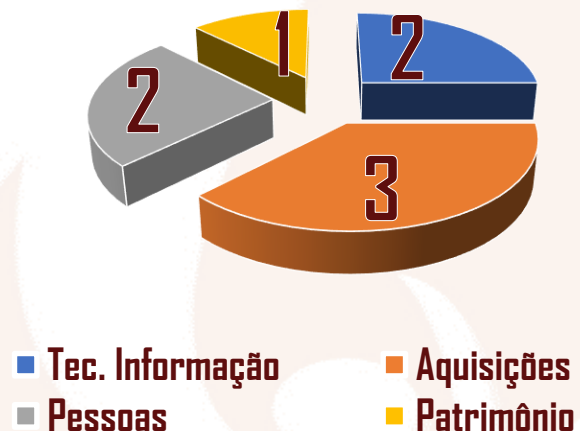
A atuação independente da unidade de controle interno está assegurada, primeiramente, com sua vinculação direta a Presidência do Tribunal Regional do Trabalho, conforme disposto no art. 5º do Regulamento Geral desta Corte Trabalhista, bem como nas disposições da Portaria GP nº 1591/2013, que suspendeu os atos de cogestão até então realizados.

2.3.1 Recursos Fiscalizados

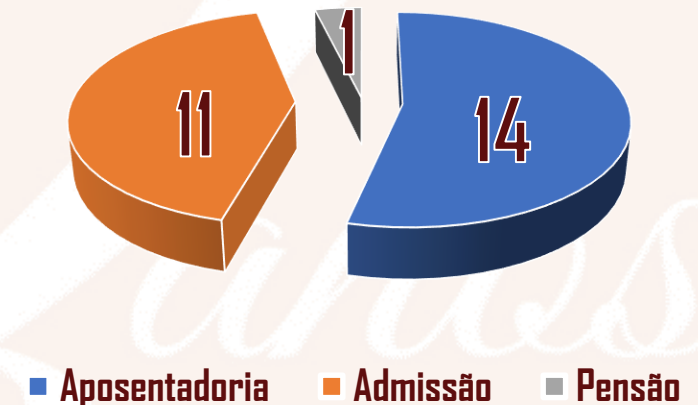


R\$ 15.960.441,28

2.3.2 Auditorias Realizadas por Área



2.3.3 Auditorias Realizadas por Área



2.3.4 Atendimento às Demandas dos Órgãos de Controle

Órgão	Solicitação	Atendidas	Pendentes
Tribunal de Contas da União	2	1	1
Conselho Superior da Justiça do Trabalho	4	4	0
Conselho Nacional de Justiça	1	1	0

2.4 Metas do Planejamento não Alcançadas – Ações para Cumprimento

Objetivo Estratégico

IMPULSIONAR os processos de execução

Associado ao tema “Processo Judicial”, este objetivo apresentou 65% do seu cumprimento. A gincana judicial contribuiu para elevar esse percentual, porém o quantitativo de processos em estoque estava muito elevado, 50.252 processos

Meta/Resultado

Meta 2018: ≤ 64%

O resultado do índice foi de 76,6%. Apesar da meta não ter sido cumprida, o resultado foi melhor que o apresentado no ano de 2017 que apresentou uma taxa de 80,87%

Ação

Meta 2019: ≤ 62%

Atualmente o TRT16 possui 51.198 processos pendentes de execução. A redução da taxa de congestionamento requer ação direta nesses processos, de tal forma que essa quantidade seja reduzida para menos de 46 mil processos, a depender da demanda do ano

Resultado Esperado

Iniciativas

- 1) Relacionar os processos pendentes de baixa por VT para acompanhamento diário e mensal;
- 2) Uso do Robô Bacenjud;
- 3) Elevar as pautas de execução na Semana Nacional de Execução;
- 4) Execução dos Planos de Contribuição elaborados pelas VTs

2.5 Metas do Planejamento não Alcançadas – Ações para Cumprimento

Objetivo Estratégico

BUSCAR a efetividade na prestação jurisdicional

Associado ao tema “Cidadania e Efetividade”, este objetivo apresentou 79,8% do cumprimento.

Meta/Resultado

**Meta 2018:
R\$ 240,00**

O resultado do índice foi de R\$ 188,73 por processo, ou seja, a meta foi cumprida em 78,64%.

Ação

**Meta 2019:
R\$ 245,00**

Em 2018, foram arrecadados R\$ 14.726.494,65, tendo sido baixados 78.030 processos no 1º e 2º Graus. No ano corrente pretende-se chegar à meta estabelecida elevando-se o valor de 2018 em, pelo menos, R\$ 4.500.000,00

Resultado Esperado

Iniciativas

- 1) Melhorar a efetividade na execução usando os meios eletrônicos como BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD, CCS, etc;
- 2) Uso do Robô Bacenjud;
- 3) Emissão de guias de recolhimento de encargos processuais para fins de facilitar o pagamento dos mesmos pelas partes;
- 4) Execução dos Planos de Contribuição elaborados pelas VTs

2.5 Metas do Planejamento não Alcançadas – Ações para Cumprimento

Objetivo Estratégico

BUSCAR a efetividade na prestação jurisdicional

Associado ao tema “Cidadania e Efetividade”, este objetivo apresentou 79,8% do cumprimento.

Meta/Resultado

Meta 2018: > 25%

O resultado do índice foi de 20,2%, ou seja, a meta foi cumprida em 80,9%.

Ação

Meta 2018: > 25%

Em 2018 foram pagos 329 precatórios de um total de 1.626 existentes. Para o ano de 2019 pretende-se atingir o índice elevando o quantitativo em, pelo menos, 100 precatórios pagos, a depender da movimentação existente no período.

Resultado Esperado

Iniciativas

- 1) Encaminhar proposta de pagamento (individuais ou percentual do FPM) via ECT com prazo determinado para manifestação;
- 2) Contatos diretos com as VTs para aprimorar a efetividade dos pagamentos (RPV – Precatórios).

2.6 Relacionamento com a Sociedade

Durante o ano de 2018, o TRT-MA, ratificando o objetivo estratégico de aprimorar o relacionamento institucional e de primar pela boa imagem institucional, potencializou a comunicação com os públicos interno e externo por meio da divulgação de notícias no site e nas redes sociais, com publicações temáticas de cunhos institucional e/ou judicial.

Também sobrelevou o objetivo estratégico de fortalecer sua imagem institucional e as relações com outros poderes e instituições, visando a

fortalecer a comunicação com os diversos públicos com os quais o Tribunal se relaciona interna e externamente, buscando a melhoria do clima organizacional, ao desenvolver projetos com várias unidades, fazendo divulgações, inclusive externas, por meio da mídia, de outdoors e de backbus.

Para dar ênfase ao planejamento estratégico da Justiça do Trabalho do Maranhão, o Tribunal manteve sua atuação com foco em ações direcionadas de comunicação, destacando a Visão, a Missão e os Valores do TRT16.

2.6.1 Divulgação Institucional em Veículos Próprios

Ouvidoria - Canal direto de comunicação à disposição do cidadão com a finalidade de tirar dúvidas do usuário e receber reclamações, denúncias, críticas, elogios ou sugestões a respeito da Instituição e dos serviços por ela prestados.

Site - Publicação de notícias originadas de coberturas fotográficas e/ou jornalísticas dos eventos institucionais e decisões judiciais com envio de releases à imprensa local, regional e nacional, de acordo com o assunto/evento objeto da cobertura.

Calendário Institucional - Publicação anual para divulgar informações sobre a Justiça do Trabalho e os direitos sociais. Torna-se importante na função de publicizar as ações e projetos, bem como servir de fonte de pesquisa sobre os feriados e jurisdição das varas trabalhistas. Tiragem anual média de 900 unidades.

Banners eletrônicos - divulgação generalizada dos eventos e atividades institucionais para os quais se deseja chamar mais a atenção dos usuários do site.

Redes Sociais - tem diretrizes estabelecidas pela Resolução Administrativa nº 212/2011, que prevê a utilização do Flickr, Twitter e Facebook. Os conteúdos postados têm caráter informativo, sem cunho oficial. Também estão baseados em critérios jornalísticos como objetividade, clareza, temporalidade e precisão. A rede está em fase de constante crescimento e construção, consolidando a imagem da Instituição e confiabilidade no trabalho desenvolvido, e no retorno que oferece à sociedade.

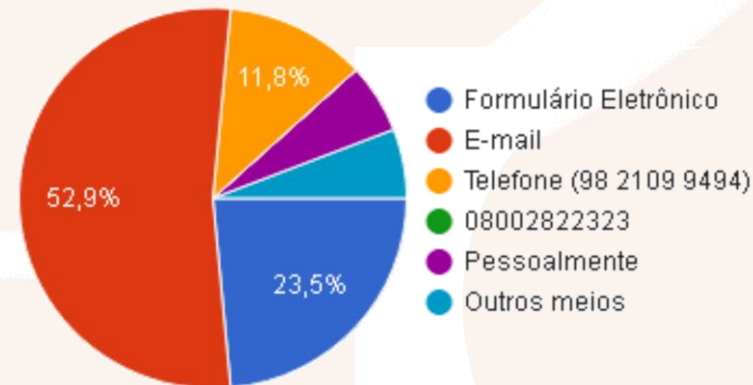
2.6 Relacionamento com a Sociedade

A Ouvidoria é um canal direto de comunicação que o TRT 16ª Região coloca à disposição do cidadão com a finalidade de tirar dúvidas do usuário e receber reclamações, denúncias, críticas, elogios ou sugestões a respeito da instituição e dos serviços por ela prestados, conforme dispõe a Resolução Administrativa nº 33/2006 e Regulamento próprio. Além do atendimento pessoal, a Ouvidoria também recebe manifestações pelo site do Tribunal, via formulário eletrônico, por email institucional, por telefone (0800 e linha fixa pós-paga) e por agendamento para atendimento pessoal com o

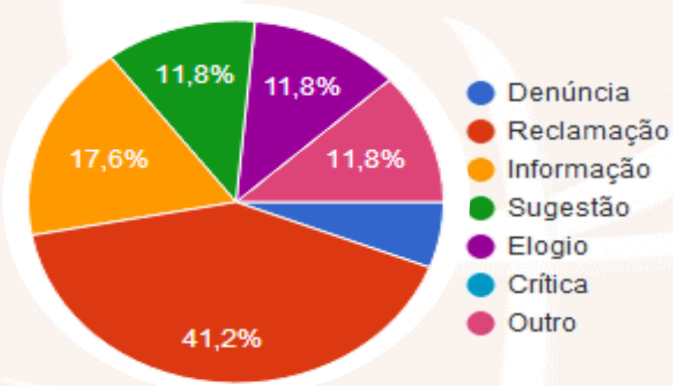
Desembargador Ouvidor. A prestação de serviços pode ser avaliada diretamente pelo usuário mediante pesquisa permanente de satisfação disponível no site do Tribunal. Em 2018, 18 pessoas avaliaram os serviços, dos quais 44,4% foram de cidadãos que são parte em ação trabalhista, seguido de servidor (27,8%). O tratamento dispensado ao público foi considerado ótimo por 52,9% e bom para 35,3% dos usuários. Para o público da pesquisa, a Ouvidoria contribuiu para aprimorar a prestação de serviços da Justiça do Trabalho da 16ª Região (72,2%).

2.6.2 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários:

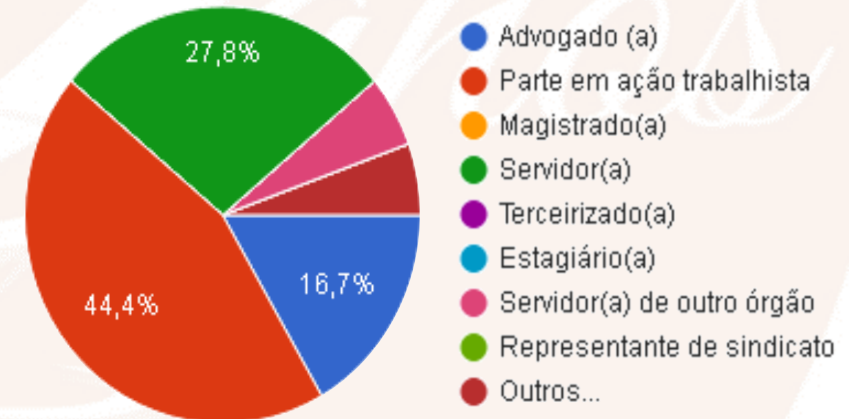
2.6.2.1 Meios de acesso à Ouvidoria



2.6.2.2 Motivo de contato com o Tribunal



2.6.2.3 Relacionamento com o Tribunal



2.6 Relacionamento com a Sociedade

2.6.3 Acesso à Informação

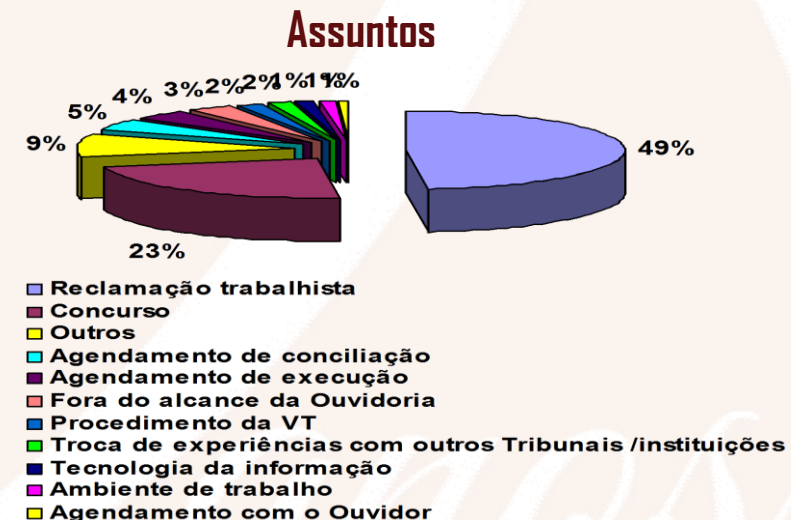
A Ouvidoria é responsável pelo Sistema de Informação ao Cidadão (SIC) e faz o acompanhamento dos pedidos feitos com base na Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011). Durante o ano de 2018, ocorreram 20

manifestações com pedidos de acesso à informação, representando 1% da demanda total registrada no setor.

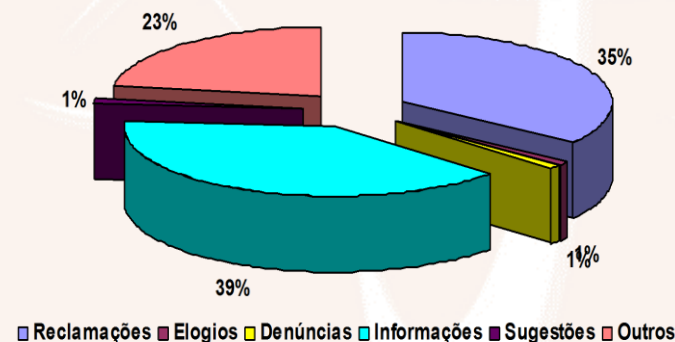
Manifestações Recebidas

Informações	546
Reclamações	484
Outros	312
Sugestões	18
Denúncias	15
Elogios	11
Total de Manifestações	1386

Foram recebidas 1.386 manifestações, sendo 35% do tipo reclamação e 49% tiveram como objeto assuntos concernentes ao andamento do processo trabalhista. Outra demanda que se destacou foram os pedidos de informação (39%), dos quais 23% sobre concurso público.



Tipos de Manifestações



O prazo médio anual para a solução das manifestações foi de dois dias e o principal meio de acesso à Ouvidoria escolhido pelo usuário foi o formulário eletrônico (48%), seguido de email (37%), sendo que o maior número de demandas foi formulado por parte em ação trabalhista (41%).

2.7 Carta de Serviços e Acessibilidade

Para tornar mais transparente a atuação do TRT da 16ª Região, foi iniciada em 2018 a segunda edição, revista e ampliada da Carta de Serviços ao Cidadão, cujo projeto teve a participação de unidades judiciárias e administrativas estratégicas e prevê mais funcionalidades para o acesso eletrônico de informações e serviços da Justiça do Trabalho no Maranhão diretamente no site do Tribunal, ampliando, desse modo, a transparência institucional e o exercício da cidadania.

O relacionamento com a sociedade inclui política de acessibilidade voltada para o atendimento e a inclusão da pessoa com deficiência no TRT da 16ª Região. A acessibilidade é valor institucional constante do Plano Estratégico do TRT-MA 2015-2020 e está regulamentada na Portaria GP nº 538/2018, que instituiu a Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão do TRT da 16ª Região. O documento definiu atribuições e estratégias de acessibilidade física, comunicacional, tecnologias inclusivas e de educação e cidadania. Em 2018, houve mudança na composição da comissão e conclusão de ações de acessibilidade física no prédio-sede do Tribunal como adequação de rampas de acessos, piso tátil e sinalização visual (placas indicativas e direcionais), adaptação de banheiros, licitação para contratação de projetos executivos de ações de acessibilidade física e locação de imóveis considerando as

necessidades da pessoa com deficiência. A acessibilidade comunicacional e de educação e cidadania foram inseridas no Plano Pedagógico da Escola Judicial do TRT 16ª Região (EJUD16), ano 2019, para a realização de Cursos de Linguagem Brasileira de Sinais, tendo por meta capacitar no mínimo dois servidores por Vara do Trabalho. Também estão previstas palestras e oficinas de conscientização para servidores e magistrados sobre direitos das pessoas com deficiência.

A Carta de Serviços ao Cidadão pode ser acessada no link:
<http://bit.ly/2GK3DFO>

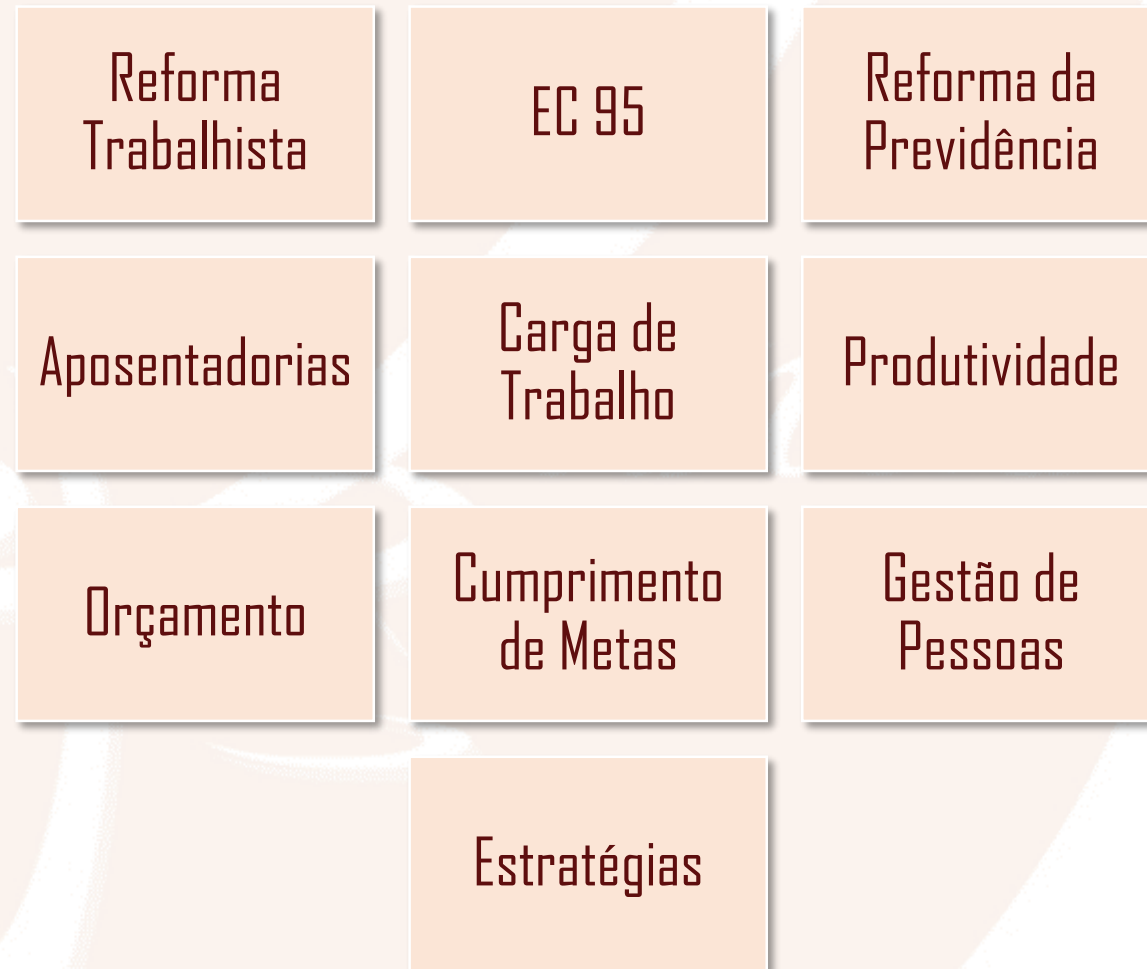


2.8 Desafios e Incertezas

A Emenda Constitucional nº 95/2016 impacta diretamente na gestão dos recursos orçamentários do TRT16. Nosso Regional possui um dos menores orçamentos, num Estado com mais de 7 milhões de habitantes, com a menor proporção de magistrados e servidores de toda a Justiça do Trabalho. Mesmo com isso, segundo o Relatório Justiça em Números do CNJ, possuímos uma das maiores cargas de trabalho e apresentamos uma das maiores produtividades.

No que tange aos nossos recursos humanos, possuímos 20 (vinte) cargos vagos provenientes de aposentadoria, além de mais de 40 (quarenta) pessoas que recebem o auxílio permanência. Com a iminência da aprovação da reforma da previdência há a previsão de mais aposentadorias sem a devida reposição da força de trabalho, o que poderá impactar diretamente no cumprimento das metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e do Planejamento Estratégico Institucional. Incertos também são os impactos da reforma trabalhista que fez com que houvesse uma queda de 30% nas ações de 1ª Grau, além de possíveis outras alterações na legislação que reflitam no funcionamento ou na estrutura da Justiça Trabalhista maranhense.

Estamos atentos a todas as possibilidades e sempre em busca de alcançar nossa visão estratégica. Temos trabalhado para cumprir nossas metas, nossos índices de governanças, nossos projetos e ações mesmo diante dos cenários apresentados.



Capítulo 3

Gestão de Riscos e Controles Internos



3.1 Gestão de Riscos e Controles Internos

Dentre os objetivos estratégicos do Tribunal, no Tema “Governança Judiciária”, consta o de “assegurar mecanismos de controle para a administração”, que trata de melhorar o controle e a fiscalização dos atos administrativos por meio da implantação de normas e procedimentos.

Entretanto, não foi possível alcançar tal objetivo por razões que envolvem desde a reformulação do quadro funcional do Tribunal, por força da Resolução nº 219, do Conselho Nacional de Justiça, e da Resolução nº 63, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, passando pela dificuldade em prover capacitação para os gestores das diversas áreas do Tribunal, dentre outras razões.

Em que pesem as razões expostas, o Tribunal buscou adotar políticas de “Boas Práticas de Procedimentos de Controles Internos”, como forma de evitar falhas, deficiências e fragilidades operacionais, objetivando reduzir o grau de exposição a riscos no gerenciamento de atos de gestão, bem como a necessidade de prevenir inconformidades nos procedimentos que envolvam a aplicação de recursos financeiros desta Corte, mediante a instituição de rotinas de controle e fiscalização dos atos administrativos, este Regional instituiu, por meio da Portaria GP Nº 699/2015, o uso regular dos formulários de listas de verificação (“checklist”), constantes dos Anexos I a XIV da referida portaria,

pelas unidades administrativas deste Tribunal, de acordo com suas respectivas áreas de atuação, quando da instrução de processos administrativos que envolvam a execução de recursos financeiros.

O Tribunal também adotou, através da edição do Ato Regulamentar GP Nº 9/2016, como Boas Práticas na Fiscalização de Contratos, o uso do Manual de Fiscalização de Contratos e seus Anexos, versão atualizada 2016, por todos os servidores fiscais de contratos e seus substitutos, quando dos atos de fiscalização da execução de contratos terceirizados no âmbito deste Tribunal.

Sanas

3.2 Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos

3.2.1 Atividades de correição

No ano de 2018 todas as Varas do Trabalho que compõem a 16ª Região e, ainda, a Diretoria e Serviços afetos aos Fóruns Astolfo Serra e Manoel Martins e Rocha, foram correicionadas.

Correições Ordinárias Realizadas

Mês	Unidades Judiciais	Períodos	Mês	Unidades Judiciais	Períodos
Fevereiro	VT de Bacabal	19 a 22/2	Outubro	2ª e 6ª VT's de São Luis	1 a 5/10
Março	Fórum Astolfo Serra e Núcleo de Pesquisa Patrimonial	5 a 8/3		1ª e 2ª VT's de Imperatriz e Fórum Manoel Alfredo	8 a 11/10
Abril	VT de Barreirinhas	2 a 5/4	Novembro	VT de Pinheiro	12 a 14/11
	VT de Chapadinha	2 a 4/5		VT de São João dos Patos	27 a 29/11
Maio	VT de Açailândia	7 a 10/5	Dezembro	VT de Barra do Corda	10 e 11/12
	Junho	VT de Estreito		5 e 6/6	VT Presidente Dutra
Julho	5ª VT de São Luís	2 a 5/7		CEJUSC	17/12
	VT de Santa Inês	30/7 a 2/8			
Agosto	4ª e 7ª VT's de São Luís	14 a 17/8			
	VT de Caxias	20 e 21/8			
	VT de Timon	22 a 24/8			
	VT de Balsas	28 e 29/8			
Setembro	1ª e 3ª VT de São Luís	3 a 6/9			
	VT de Pedreiras	10 a 13/9			

3.2 Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos

3.2.2 Pedidos de Providências

Relação dos pedidos de providência autuados e solucionados em 2018 (até outubro), com indicação do objeto das demandas e respectiva solução (não conhecimento, deferimento ou indeferimento dos pedidos etc.).

Pedidos de Providência

Autuação	Nº	Objeto	Decisão	Autuação	Solução
09/03/2018	1/2018	Morosidade em andamento de Carta Precatória	Procedente	2018	2018
22/05/2018	52/2018	Localização de autos	Extinto o processo por ausência de pressupostos processuais	2018	2018
22/05/2018	53/2018	Excesso de Prazo em tramitação de processo	Extinto o processo por ausência de pressupostos processuais	2018	2018
22/05/2018	54/2018	Uso indevido/clonagem de Token	Em tramitação	2018	
24/05/2018	55/2018	Não recebimento de reclamações a termo	Extinto o processo por ausência das condições da ação	2018	2018
25/05/2018	56/2018	Excesso de prazo em andamento de Processo	Extinto o processo por ausência das condições da ação	2018	2018
25/05/2018	57/2018	Morosidade em andamento de processo	Extinto o processo por ausência das condições da ação	2018	2018
12/06/2018	59/2018	Morosidade no andamento de Carta Precatória	Procedente	2018	2018
20/06/2018	60/2018	morosidade em andamento de processo	Procedente	2018	2018
25/06/2018	61/2018	Solicita cumprimento do Provimento 68 do CNJ	Procedente	2018	2018
25/06/2018	62/2018	Consulta sobre vinculação de processo para julgamento	Procedente	2018	2018
25/06/2018	63/2018	Esclarecimento sobre vinculação de processos para julgamento	Procedente	2018	2018
25/06/2018	64/2018	Morosidade	Em tramitação	2018	
26/06/2018	65/2018	Notificações à Procuradoria do Estado por meio do PJe	Em tramitação	2018	2018
03/07/2018	66/2018	Consulta sobre vinculação de processo para julgamento	Procedente	2018	2018
04/07/2018	67/2018	Morosidade em andamento de processo	Extinto sem resolução do Mérito	2018	2018
30/07/2018	69/2018	morosidade no andamento de processo	Procedente	2018	2018
31/07/2018	70/2018	Consulta sobre interpretação de dispositivo do Provimento Geral Consolidado	Procedente	2018	2018
03/08/2018	71/2018	Morosidade	Extinto o processo por ausência das condições da ação	2018	
03/09/2018	72/2018	Morosidade	Em tramitação	2018	
04/09/2018	73/2018	Designação de Juiz para VT	Improcedente	2018	
02/10/2018	74/2018	Morosidade tramitação de Carta Precatória	Em tramitação	2018	
15/10/2018	75/2018	Morosidade	Em tramitação	2018	
16/10/2018	76/2018	Morosidade	Em tramitação	2018	

3.2 Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos

3.2.3 Reclamações Correicionais

Reclamações Correicionais

AUTUAÇÃO	RECLAMAÇÃO CORREICIONAL	OBJETO	DECISÃO	AUTUAÇÃO	SOLUÇÃO
12/02/2015	05/2015	Ato praticado pelo Juiz Titular da 2ª VT de Imperatriz, Dr. Nelson Robson Costa de Souza .	Improcedente	2015	2016
23/09/2015	37/2015	Ato praticado pela Exmª Srª Juíza da 4ª VT de São Luís, Drª Ângela Cristina Carvalho Mota Luna.	Procedente	2015	2016
04/02/2016	01/2016	Ato praticado pela Juíza Titular da 1ª VT de Imperatriz, Dra. Liliane de Lima Silva.	Indeferida a petição inicial	2016	2016
19/12/2016	26/2016	Solare Administração e Consultoria Ltda	Improcedente	2016	2017
05/10/2017	31/2017	Ato praticado pelo Juiz Titular da Vara do Trabalho de São João dos Patos, Manoel Joaquim Neto .	Improcedente	2017	2017
13/11/2017	36/2017	Ato praticado pela Exmª Srª Juíza da 4ª VT de São Luís, Drª Ângela Cristina Carvalho Mota Luna.	Improcedente	2017	2018
16/07/2018	68/2018	Ato praticado pelo Juízo da Vara do Trabalho de Balsas	Improcedente	2018	2018

3.2 Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos

3.2.4 Processos de Vitaliciamento

A norma que rege o acompanhamento dos juízes do trabalho substitutos para fins de vitaliciamento é a Resolução Administrativa n. 217/2013.

Procedimento adotado pelo Tribunal Regional para efeito de vitaliciamento dos juízes do trabalho substitutos: Quando do ingresso do magistrado, que será submetido a processo de confirmação no cargo, o Corregedor determina a abertura de processo administrativo para acompanhamento das atividades judicantes dos magistrados. Neste Processo Administrativo são coligidas informações referentes à atividade judicante do Juiz na(s) unidades(s) que desempenha suas funções, exigidas pela Resolução Administrativa 217/2013 e pelo Ato Conjunto CGT/ENAMAT 01/2013. Ao fim do período de 18 meses o Corregedor determina que sejam colacionadas aos autos outras informações que são gerenciadas pela Corregedoria, Coordenação de Gestão de Pessoas, Secretaria do Tribunal Pleno e Escola Judicial. O Passo seguinte é a emissão de relatório e parecer que se segue com a remessa do processo ao Pleno para deliberar.

Atualmente não tramita nenhum processo de Vitaliciamento neste Regional.

3.2.5 Reclamações Disciplinares

Foi autuada em 2017 a Reclamação Disciplinar nº 000039-2017.000-16-00-6 para apuração de conduta de magistrado, a pedido do Ministério Público do Trabalho.

A Reclamação Disciplinar foi autuada como Processo Administrativo Disciplinar (PAD).

3.3 Medidas Administrativas para Apuração de Responsabilidade por Danos ao Erário

Relativamente ao procedimento administrativo disciplinar em face de servidores, o Regional mantém uma Comissão Permanente de Sindicância e Processo Disciplinar, designada por meio da Portaria GP nº 62, de 17 de janeiro de 2018, composta por três membros, por prazo indeterminado, e possui suas atribuições previstas nos artigos 149 a 152 da Lei Federal nº 8.112, de 1990.

Registra-se que os membros da comissão de sindicância não se dedicam exclusivamente aos trabalhos de sindicância/procedimento administrativo disciplinar.

Quando surge uma denúncia, a Presidência do Tribunal edita Portaria autorizando a abertura de sindicância para apurar os fatos narrados, fixando prazo de trinta dias para conclusão dos trabalhos, podendo ser prorrogado por igual período, visando a elaboração do relatório final.

Nos processos são respeitados os princípios da ampla defesa e do contraditório, atuando a comissão em observância aos dispositivos legais.

No que tange aos procedimentos adotados, importante registrar que após a instauração da sindicância pela autoridade competente, o primeiro ato da comissão é a reunião para análise e deliberação da forma como se procederá à colheita de provas. Via

de regra, o primeiro ato é a oitiva prévia do investigado/sindicado, de forma a se aferir a necessidade de demais provas para esclarecimento e formação do convencimento dos membros da comissão.

Finalizada a produção de provas, é realizado o interrogatório do investigado/sindicado, ocasião na qual lhe é oportunizado o contraditório em face de todas as provas produzidas, encerrando-se a instrução processual.

Após, é elaborado o Termo de Indiciamento ou Relatório Final, a depender do caso, sendo, então, o processo encaminhado à Presidência do Tribunal para decisão.

O procedimento acima é adotado como regra geral em todos os processos, podendo haver variantes a depender do caso analisado.

Ressalte-se, por fim, que em todos os procedimentos são respeitados os princípios da ampla defesa e do contraditório, atuando a comissão em observância aos dispositivos legais.

3.3 Medidas Administrativas para Apuração de Responsabilidade por Danos ao Erário

3.3.1 Procedimentos Instaurados

No exercício de 2018, foram instaurados cinco procedimentos a cargo da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Disciplinar Comissão:

Procedimentos Instaurados


Portaria	Protocolo Administrativo	Objeto	Situação
Portaria GP nº 824/2018	PA nº 1072/2006	Apuração de eventual responsabilidade de servidor por ato omissivo que resultou no prejuízo ao Erário decorrente de vícios e/ou defeitos de construção verificados no prédio do Fórum Astolfo Serra.	Encontra-se em fase de instrução.
Portaria GP nº 925/2018	PA nº 6517/2018	Apuração de eventual inassiduidade e baixa produtividade de servidor.	Encontra-se em fase de instrução.
Portaria GP nº 1052/2018	PA nº 4113/2017	Apuração de eventual responsabilidade de servidor por ato que resultou no prejuízo ao Erário decorrente de valores do FGTS depositados indevidamente na conta de empregados de empresa prestadora de serviços a este Regional.	Encontra-se em fase de instrução.
Portaria GP nº 43/2018	PA nº 93/2018	Apuração de eventual responsabilidade de servidor por ato que resultou na nomeação de servidor para exercício do cargo em comissão CJ-2 em desacordo com o requisito previsto no Art. 5º, §8º, da Lei 11.416/2006.	O procedimento foi arquivado.
Portaria GP nº 53/2018	PA nº 8565/2018	Apuração de eventuais infrações funcionais cometidas por servidor.	Encontra-se em fase de instrução.

3.4 Estrutura de Gestão e Controle de Demandas Judiciais

A gestão e o controle de demandas judiciais é feito pela própria Advocacia-Geral da União – órgão responsável pela representação judicial do TRT da 16ª Região, na forma do art. 31 da CF/88. Esta que, quando necessário, encaminha ao Tribunal requisições de informações, as quais são respondidas pelo setor competente, a depender do assunto da demanda judicial respectiva.

Cabe à Seção de Assessoramento Jurídico (SAJ) a assessoria jurídica do Tribunal em questões jurídico-administrativas, em especial para instrução de processos relativos a licitações e contratos, não tendo sua atividade relação com a representação judicial ou extrajudicial do órgão.

anos

A close-up photograph of a red dart with a silver barrel hitting the bullseye of a target. The target has concentric rings with numbers 1 through 9. The background is a wooden wall. A semi-transparent grey box is overlaid on the left side of the image, containing the chapter title.

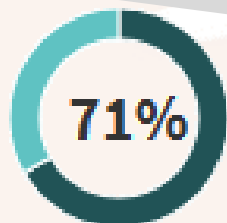
Capítulo 4

Resultados da Gestão

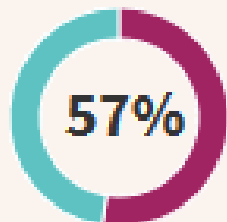
4.1 Resultados da Gestão

Resultados Positivos

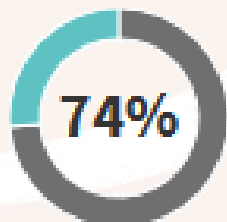
Percentuais



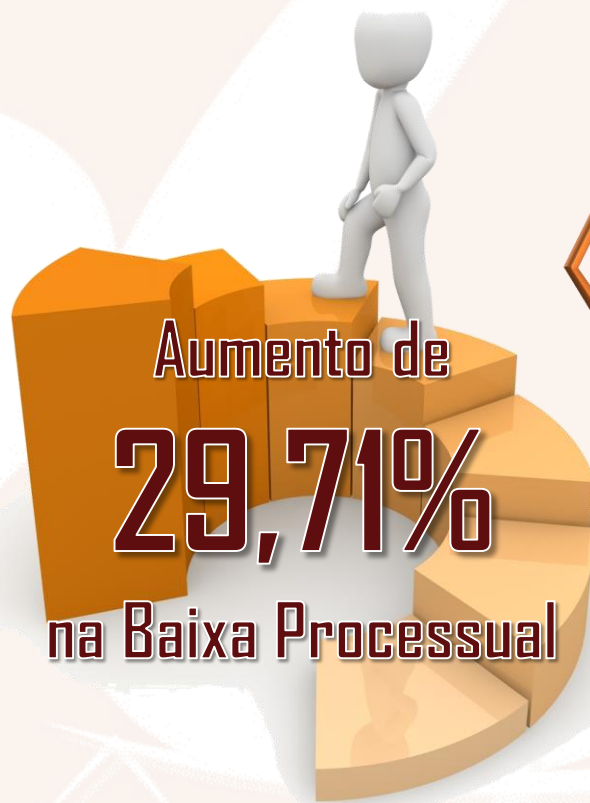
Foram cumpridas 5 das 7 metas nacionais do Poder Judiciário.



Foram Cumpridas 4 das 7 metas específicas da Justiça do Trabalho.



Foram cumpridas 14 de 19 metas do Plano Estratégico do TRT-MA.



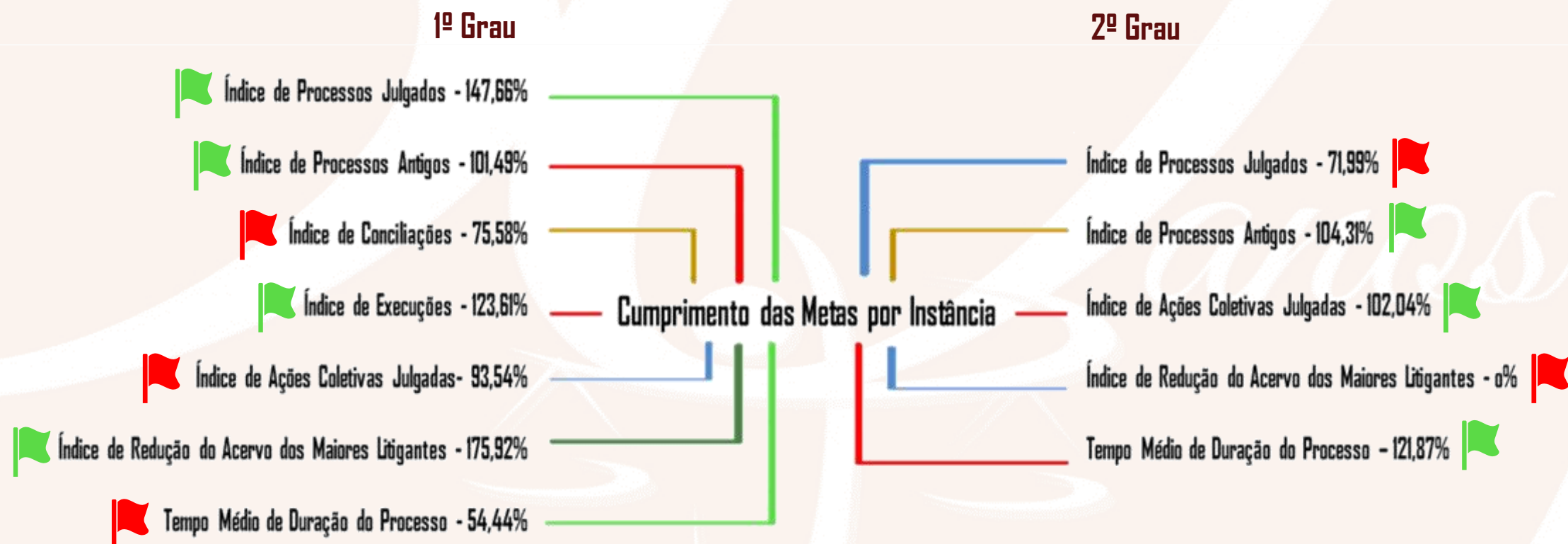
Ações

As ações para o cumprimento das metas para o ano de 2019 e 2020 incluem o aperfeiçoamento dos relatórios no Power BI, dos relatórios disponibilizados na intranet, da melhoria da gestão de riscos, do aperfeiçoamento da gestão de processos e da gestão de projetos

4.2 Resultados alcançados frente aos Objetivos Estratégicos

A 1ª Instância cumpriu 4 das 7 Metas Nacionais, enquanto que a 2ª Instância cumpriu 3 de um total de 5 Metas. Destaque-se o cumprimento da Meta 1 – Índice de Processos Julgados no 1º Grau que teve grau de cumprimento de 147,66%, sendo cumprida pela primeira vez no ano de 2018. Ressalte-se também o Índice de

Redução do Acervo dos Maiores Litigantes que apresentou grau de cumprimento de 175,92%. Na 2ª Instância, destaque-se o cumprimento inédito do Tempo Médio de Duração do Processo com um tempo de 191 dias, considerando o período entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença.



4.3 Histórico de Cumprimento das Metas

Histórico de Cumprimento das Metas					
Metas	Índices	2015	2016	2017	2018
Meta 1	IPJ	99,29%	78,04%	99,07%	126,75%
Meta 2	IPA	94,27%	100,19%	106,33%	100,39%
Meta 3	Iconc	117,75%	106,73%	101,05%	75,58%
Meta 5	IE	81,21%	59,21%	100,94%	123,61%
Meta 6 - 1º Grau	IACJ1	74,86%	80,31%	97,31%	93,54%
Meta 6 - 2º Grau	IACJ2	89,66%	69,70%	83,49%	102,04%
Meta 7	IRA	111,79%	33,35%	87,48%	115,81%
TMDP1	TMDP1	86,73%	75,60%	90,74%	54,44%
TMDP2	TMDP2	74,89%	66,25%	72,56%	121,87%
IEOD	IEOD	105,53%	122,94%	95,13%	109,98%
IGOV	IGOV				100%
IGOV Pessoas	IGOV Pessoas			100%	94,40%
IGOV TI	IGOV TI			64%	100%
IAM	IAM	49,09%	30,91%	76,67%	90,32%

4.4 Resultados alcançados frente aos Objetivos Estratégicos

Objetivo	Indicador	Resultado	Riscos	Programas / Projetos	Ações / comentários
DESENVOLVER ações voltadas à promoção da qualidade de vida	1 - Índice de satisfação com o clima organizacional (ISCO)	Não Mensurado	Ações externas podem influenciar no clima, ex.: reforma da previdência	Alinhamento, Infraestrutura, Integração, Pessoas, PJe	Este indicador é mensurado a cada 2 anos, sendo que no ano de 2018 não estava prevista a realização do mesmo
	2 - Número de ações de saúde (NAS)	Meta Cumprida	Falta de orçamento, redução do quadro de servidores		A meta para 2018 era realizar, pelo menos, 8 ações. Foram realizadas 12, dentre elas: campanhas de vacinação, palestras, etc.
	3 - Número de magistrados e servidores atendidos (NMSA)	Meta Cumprida	Não adesão às ações de saúde		A meta para o ano de 2018 era atender 486 pessoas, sendo atendidas 553
PROMOVER a formação continuada do quadro funcional	4 - Índice de capacitação (Icap)	Meta Cumprida	Pouca adesão às capacitações, pouco orçamento	Alinhamento, Pessoas	Foram capacitados um total de 350 pessoas, entre magistrados e servidores
	5 - Índice de capacitação em sistemas (IcapS)	Meta Cumprida	Pouco orçamento		17,65% das capacitações foram destinadas para sistemas tecnológicos. A meta estabelecida é manter sempre acima de 10%
APERFEIÇUAR a infraestrutura e a governança de TIC	6 - Índice de Satisfação com os serviços de TIC (ISTIC)	Meta Cumprida	Pouca adesão à pesquisa	PJe, TIC	O índice de satisfação foi de 77%, sendo que a meta é manter sempre acima de 75%
GARANTIR a infraestrutura apropriada às atividades do TRT	7 - Taxa de Congestionamento das Demandas de Engenharia (TCDE)	Não Mensurado	Redução do quadro de servidores	Alinhamento, Infraestrutura, PJe	Este indicador mostrou-se difícil de ser mensurado, devendo ser substituído na próxima RAE

4.4 Resultados alcançados frente aos Objetivos Estratégicos

Objetivo	Indicador	Resultado	Riscos	Programas / Projetos	Ações/comentários
ASSEGURAR produtividade na prestação jurisdicional	8 - Performance Jurisdicional - 1º Grau (PJI)	Meta Cumprida	Redução do quadro de servidores, cortes orçamentários	Alinhamento, Execução, Infraestrutura, Jurisprudência, Pessoas, PJe, TIC	Foi realizada gincana judicial que contribuiu para o alcance do resultado. A meta era de que fossem baixados, pelo menos, 168 processos por magistrado/servidor, tendo sido baixados 197
	9 - Performance Jurisdicional - 2º Grau (PJ 2)	Meta Cumprida	Redução do quadro de servidores, cortes orçamentários		Para a 2ª Instância a meta prevista era de que fossem baixados 87 processos por magistrado/servidor, tendo sido baixados 118
	10 - Taxa de Congestionamento na Fase de Conhecimento (CongC)	Meta Cumprida	Redução do quadro de servidores, cortes orçamentários		A meta era de manter a taxa abaixo de 44%, sendo que o resultado foi de 43,9%
ESTIMULAR a conciliação	11 - Acordos Homologados em Execução (AHE)	Meta Cumprida	Redução do quadro de servidores, cortes orçamentários	Alinhamento, Execução	Foram homologados 956 acordos na fase de execução, 25,3% acima da meta estabelecida
GERENCIAR demandas repetitivas	12 - Índice de Admissibilidade em Recurso de Revista (IARR)	Meta Cumprida	Poucos servidores trabalhando na unidade responsável	Jurisprudência, TIC	Em 2014 o índice foi de 27%, sendo que a meta era reduzir para 17% em 2018. Resultado: 16,6%
IMPULSIONAR os processos de execução	13 - Taxa de Congestionamento na Fase de Execução (CongE)	Meta Não Cumprida	Redução do quadro de servidores, cortes orçamentários	Execução, Jurisprudência	Meta: manter abaixo de 64%. Resultado: 76,6%. Ações para melhoria serão descritas a frente

4.4 Resultados alcançados frente aos Objetivos Estratégicos

Objetivo	Indicador	Resultado	Riscos	Programas/ Projetos	Ações/comentários
AMPLIAR o modelo de gestão participativa	14 - Índice de Gestão Participativa (IGP)	Meta Cumprida	Baixa adesão aos eventos que envolvem participação na gestão	Integração	Foram realizadas diversas ações e encontros para se atingir os objetivos estratégicos, tais como: RAEs, 3 encontros de Gestores, Encontros em Comitês e Comissões, etc.
	15 - Número de Ações Institucionais (NAI)	Meta Cumprida	Corte orçamentário		Foram realizadas 3 ações, sendo que estavam previstas, pelo menos 2
APRIMORAR a qualidade da gestão administrativa	16 - Boas Práticas de Gestão (BPG)	Meta Cumprida		Alinhamento, Integração	Foram adotadas 3 boas práticas: NAV, Painel de Metas PBI e
ASSEGURAR mecanismos de controle para a administração	17 - Sistemas de Controle Interno (SCI)	Não Mensurado	Corte orçamentário	Alinhamento, Integração, Pessoas	Indicador deverá ser revisto
APERFEIÇOAR a gestão de custos	18 - Índice de Redução de Consumo (IRC)	Meta Cumprida	Corte orçamentário, aumentos nos consumos de papel, água e energia, furto de energia, instalações antigas, aparelhos antigos	Alinhamento, Infraestrutura	Indicador que engloba o consumo de água, energia e papel e que recebe pontuação de acordo com os percentuais de cumprimento de cada meta. Para o ano de 2018 a pontuação prevista foi de 10, sendo obtida pontuação 11

4.4 Resultados alcançados frente aos Objetivos Estratégicos

Objetivo	Indicador	Resultado	Riscos	Programas/ Projetos	Ações
PROMOVER a cidadania e a integração com a sociedade	19 - Índice de Promoção da Cidadania e Integração com a Sociedade (IPCIS)	Não Mensurado	Redução do quadro de servidores, cortes orçamentários	Alinhamento, Cidadania, Infraestrutura, PJe	Indicador deverá ser revisto
	20 - Índice de satisfação com a Instituição (ISI)	Não Mensurado	Lentidão em alguns ritos processuais, dificuldades nas execuções, demora na realização da 1ª audiência, atendimento no balcão, lentidão do PJe		Este indicador é mensurado a cada 2 anos, sendo que no ano de 2018 não estava prevista a realização do mesmo
BUSCAR a efetividade na prestação jurisdicional	21 - Arrecadação por Processo (APP)	Meta Não Cumprida		Execução, Jurisprudência	Indicador que mede a relação entre os valores arrecadados e o total de processos baixados. Para 2018, a meta era de R\$ 240 reais/processo, sendo que o resultado foi de R\$ 188,73
	22 - Índice de Pagamento de Precatórios (IPP)	Meta Não Cumprida			A meta é manter sempre acima de 25%. O resultado em 2018 foi de 20,2%

4.5 Principais Iniciativas

Envolvimento dos Gestores

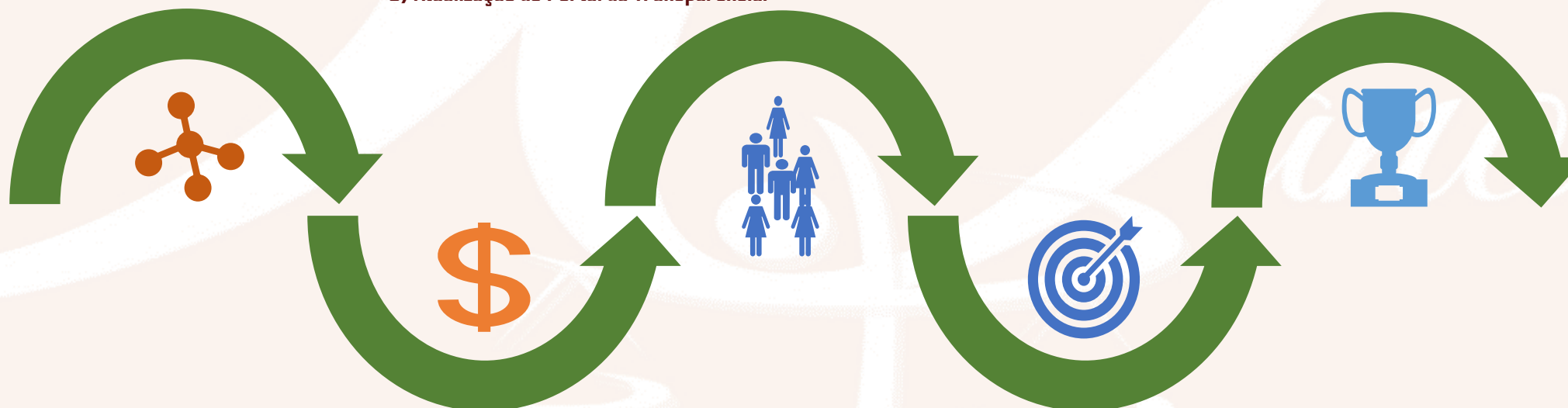
Priorização das Metas I

- 1) Implantação do Power BI;
- 2) Implantação das Metas via Smartphone;
- 3) Realização de 3 encontros de Gestores

- 1) Contatos via telefone e hangout com a Coordenadoria de Gestão Estratégica, Estatística e Pesquisa;
- 2) Sugestão de relatórios que impactaram nas metas e no IPCJus;
- 3) Elaboração de planos de ação para cumprimento das metas;
- 4) Gincana Judicial com estabelecimento de metas individuais em conjunto com a Presidência para alcançar o 3º quartil do IPCJus Liberdade de ação com foco nos resultados;
- 5) Capacitação e correção de inconsistências no Sistema de dados estatísticos do TRT16;
- 6) Atualização do Portal da Transparência.

Acompanhamento das Ações

- 1) Relatórios semanais repassados às Varas do Trabalho para auxiliá-las no cumprimento das metas
- 2) Disponibilização no Portal da Gestão Estratégica do Sistema de Acompanhamento de Metas (SIAME)
- 2) Reuniões de Análise da Estratégia



Investimento

- 1) Investimentos em TI (impressoras, aquisição de softwares, etc)
- 2) Parcerias com outros Regionais (ex.: TRT17 e TRT18)
- 3) Agenda NAV

Priorização das Metas II

- 1) Realização de Encontro de Magistrados e Gestores para atingimento das metas
- 2) Reuniões de Análise da Estratégia
- 3) Consulta Pública para avaliação das Metas do Poder Judiciário

The background of the slide is a collage of financial and administrative symbols. It includes a calendar with dates from 2011 to 2012, a stack of coins, a calculator, and a ruler. The text is overlaid on a semi-transparent white box.

Capítulo 5

Alocação de Recursos e Áreas Especiais da Gestão

Item 1 - Gestão Orçamentária e Financeira

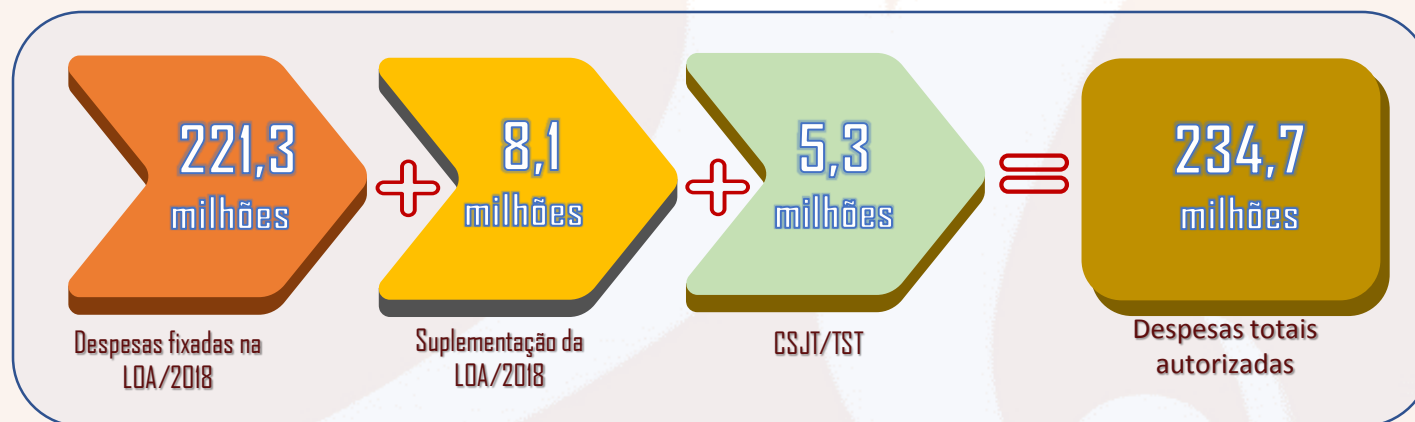
5.1 Gestão Orçamentária e Financeira

A Lei Orçamentária Anual de 2018 - LOA/2018 consignou ao Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região dotação orçamentária no total de R\$ 221 milhões que foi suplementada com o valor de 8 milhões no decorrer exercício. O Regional recebeu ainda descentralização do Orçamento do Tribunal Superior do Trabalho para custeio no valor de R\$ 5 milhões que redimensionaram o

orçamento/2018 para a cifra de R\$ 234 milhões.

Além disso, foram recebidos recursos no montante de R\$ 9,6 milhões para pagamento de RPV e Precatórios da Administração Direta e Indireta, que por sua especificidade deixamos de incluir nos demonstrativos abaixo.

Variação Orçamentária em 2018. (em R\$ milhões)



Fonte: Tesouro Gerencial (mar/2019).

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Em 2018, o TRT da 16ª recebeu dotação de R\$ 234,7 milhões. Desse total, foram empenhados R\$ 231,5 milhões, liquidados R\$ 228,2 milhões e pagas despesas no montante de R\$ 228 milhões, valor esse equivalente a 97% das Despesas totais autorizadas 2018.

EXECUÇÃO FINANCEIRA

O valor pago em 2018 totalizou R\$ 228 milhões, dos quais a maior parte foi direcionada ao pagamento de Pessoal. Em 2018, o pagamento de obrigações oriundas de empenhos emitidos em anos anteriores (restos a pagar processados e não processados) totalizou R\$ 5,8 milhões, o que elevou a execução financeira total do exercício para a cifra de R\$ 233,8 milhões.

Valores Totais pagos pelo Tribunal em 2018

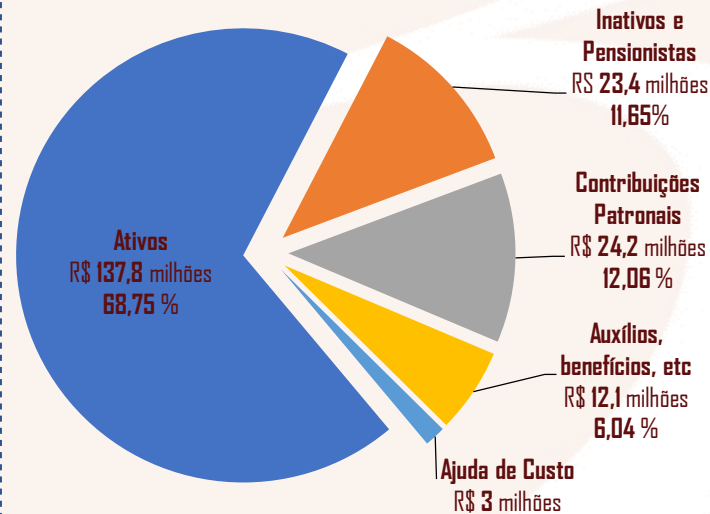


Fonte: Tesouro Gerencial (mar/2019).

5.1 Gestão Orçamentária e Financeira

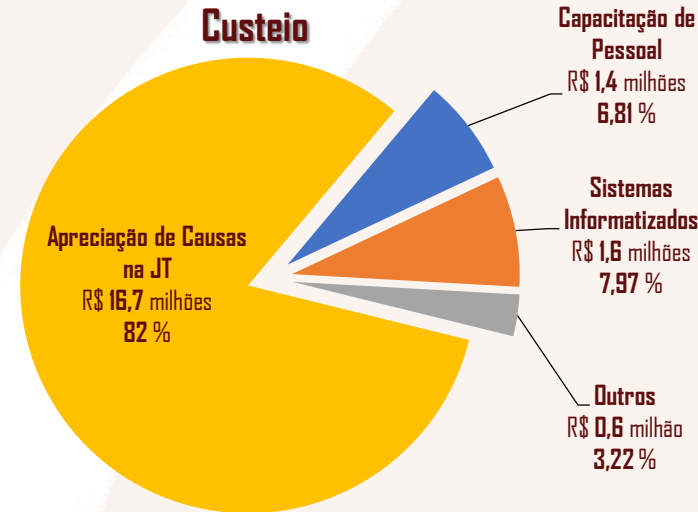
5.1.1 Valores pagos – Despesas do Tribunal

Gastos com Pessoal



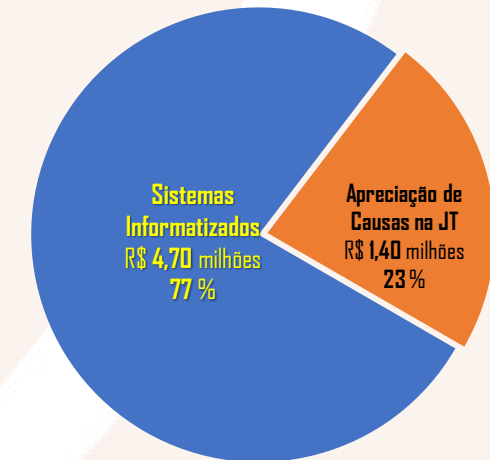
O aumento em relação ao ano de 2017 decorre da implantação das parcelas do reajuste de servidores (Lei nº 13.317/2016)

Custeio



Em 2018, os pagamentos das despesas de custeio, LOA acrescida das Provisões Recebidas, totalizaram R\$ 20.367 milhões, sendo que 82 % do montante acima fora destinado para Apreciação de Causas na JT. O percentual restante, 18% , fora aplicado em Capacitação de Pessoal, Sistemas Informatizados e Outros.

Investimentos



O maior volume de investimentos pagos, em 2018, tiveram como prioridade os sistemas informatizados, visando a manutenção e gestão dos serviços e sistema de tecnologia da informação, entre outros.

5.1.2 Dotação e execução das despesas do TRT da 16ª Região em 2018 e 2017**

Despesa	2018					2017					Variação R\$ (k)=d-i	Variação R\$ (l)=d/i
	Dotação e Provisão (a)	Empenhado (b)	Liquidado (c)	Pago (d)	RP Pago* (e)	Dotação e Provisão (f)	Empenhado (g)	Liquidado (h)	Pago (i)	RP Pago* (j)		
Pagamento de pessoal	203.057	200.547	200.526	200.526	10	191.965	190.687	190.636	190.636	76	9.890	5,19%
Custeio	22.847	22.320	20.381	20.367	3.403	23.478	23.126	19.524	19.511	907	857	4,39%
Investimentos	7.717	7.585	6.268	6.099	2.4255	5.550	5.080	2.740	2.640	608	3.459	130,98%
Inversões Financeiras	1.159	1.100	1.100	1.100	0	0	0	0	0	0	1.100	
TOTAL	234.780	231.553	228.274	228.092	5.838	220.993	218.893	212.899	212.787	1.590	15.305	140,56%

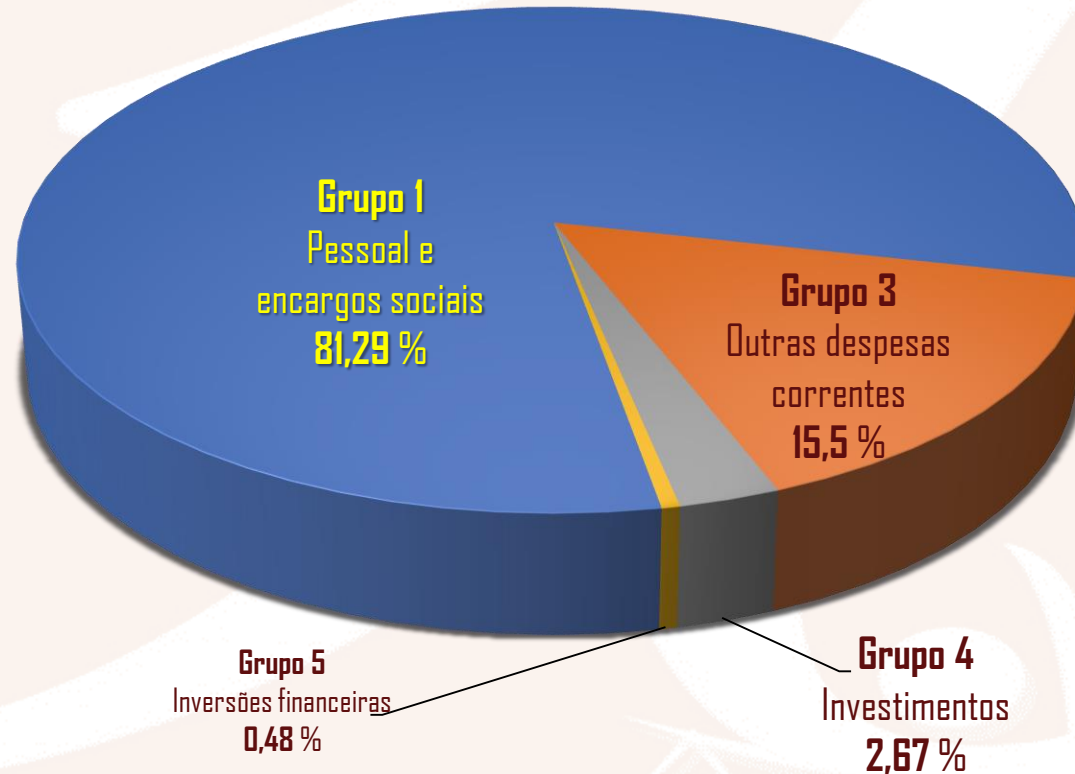
*RP Pago: Restos a Pagar Processados e Não Processados Pagos

**Não constam na tabela acima os valores referentes a Precatórios/RPV pagos por este Tribunal

5.1 Gestão Orçamentária e Financeira

5.1.3 Valores pagos – Despesas do Tribunal

5.1.3.1 Execução por Grupo e Elemento de Despesa



Grupo de natureza de despesa:

Classe de gasto em que foi realizada a despesa

Elemento de despesa:

Classificação dos insumos utilizados ou adquiridos

Elemento Despesa	Valor pago (R\$ mil)
01 - Aposent.RPPS, Reser.Remuner. e refor.militar	19.021
11 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	132.826
13 - Obrigações patronais	24.433
Demais elementos	9.134
TOTAL	185.414
Elemento Despesa	Valor pago (R\$ mil)
14 - Diárias - Pessoal civil	2.233
37 - Locação de mão-de-obra	6.054
39 - Outros serviços de terceiros - PJ	6.323
40 - Serviços de tecnologia da informação e comunicação - PJ	2.604
46 - Auxílio-alimentação	6.804
91 - Sentenças judiciais	2.994
93 - Indenizações e restituições	4.896
Demais elementos	3.571
TOTAL	35.479
Elemento Despesa	Valor pago (R\$ mil)
52 - Equipamentos e material permanente	4.720
40 - Serviços de tecnologia da informação e comunicação - PJ	863
51 - Obras e instalações	411
Demais elementos	104
TOTAL	6.099
Elemento Despesa	Valor pago (R\$ mil)
61 - Aquisição de imóveis	1.100
TOTAL	1.100

5.1 Gestão Orçamentária e Financeira

5.1.4 Administração Saldo Depósitos Judiciais

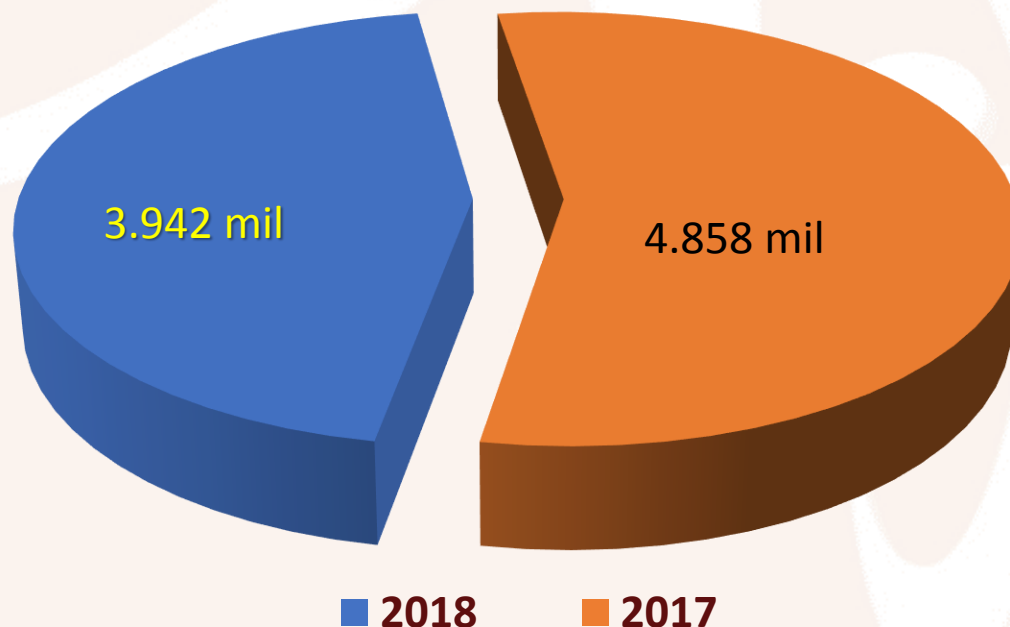
A administração dos Depósitos Judiciais é realizada centralizadamente pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT através de contratos firmados com as instituições financeiras Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. Estas instituições são responsáveis pela captação e manutenção dos depósitos judiciais trabalhistas, precatórios e requisições de pequeno valor, compreendendo a abertura e administração das contas respectivas, individualizadas por processo, contendo agência, vara, número de processo e nome das partes,

conforme dados informados pelo depositante.

Em contrapartida da manutenção dos saldos financeiros nessas instituições, elas repassam ao CSJT, a título de remuneração, valor calculado sobre o saldo médio mensal dos depósitos judiciais.

Em 2018 os referidos contratos geraram receita no valor de R\$ 3.942 mil que serviram de base para abertura de créditos orçamentários tendo o TRT da 16ª Região sido autorizado pelo CSJT a incluir na LOA de 2018 o valor de R\$ 2.548 mil.

Valor da arrecadação da remuneração dos depósitos judiciais gerado pelo TRT da 16ª Região durante os exercícios de 2017 e 2018.



A redução da arrecadação da remuneração dos depósitos judiciais observada de 2017 para 2018, no valor de R\$ 916 mil, deveu-se, principalmente pela negociação que resultou na redução da taxa de remuneração, a partir de maio/2018, de 0,13% para 0,09%.

5.1 Gestão Orçamentária e Financeira

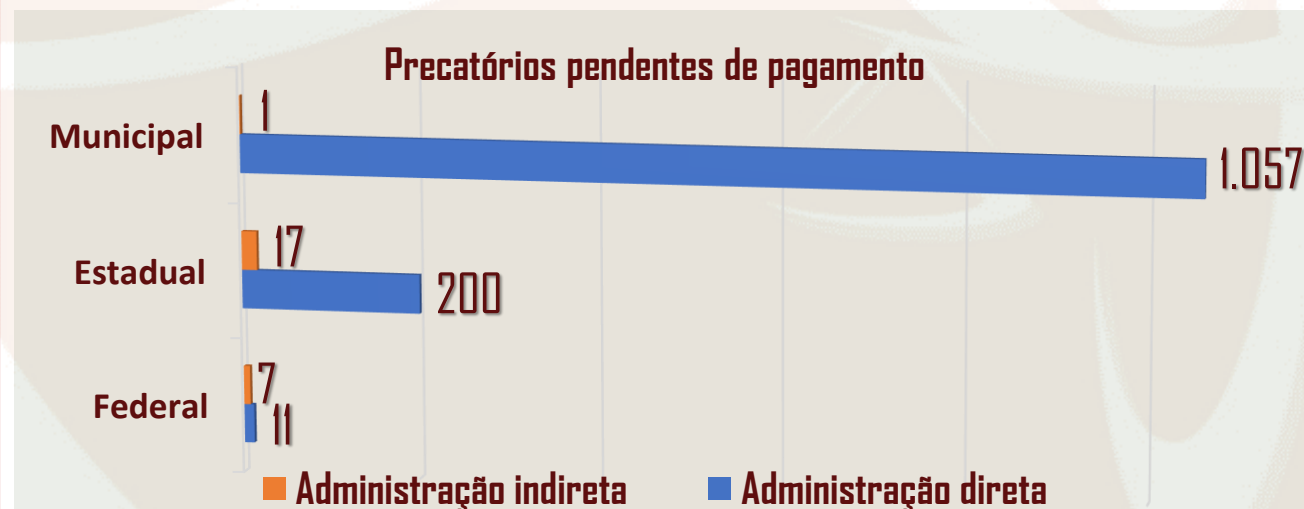
5.1.5 Gestão de Precatórios

O pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor (RPV) sofreu considerável incremento no ano de 2018 quando confrontado com 2017, conforme se observa na tabela abaixo, destacando-se o acréscimo dos pagamentos de Precatórios, que passou de R\$ 144,77 mil em 2017, para R\$ 5.553,54 mil no ano de 2018.

O Tribunal executou 97,31% do crédito descentralizado (provisão e destaque), sendo que o valor não executado de 2,69% refere-se à sobra do valor estimado para atualizações monetárias dos precatórios, já incluído nos créditos descentralizados.

Em R\$ mil

	2018				2017				Variação R\$ (d-h)	Variação % (d/h)
	Provisão e Destaque Recebidos (a)	Empenhado (b)	Liquidado (c)	Pago (d)	Provisão e Destaque Recebidos (e)	Empenhado (f)	Liquidado (g)	Pago (h)		
PRECATÓRIOS	5.812,21	5.553,54	5.553,54	5.553,54	149,96	144,77	144,77	144,77	5.408,77	3736%
REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR	3.843,95	3.842,42	3.842,42	3.842,42	3.013,03	3.013,03	3.013,03	3.013,03	829,39	28%
Total	9.656,17	9.395,96	9.395,96	9.395,96	3.162,99	3.157,80	3.157,80	3.157,80	6.238,16	198%



RPV

Requisições de Pequeno Valor pendentes de pagamento:

Administração direta - 1
Administração indireta - 1

A background image showing a group of business professionals in an office setting. A man in a suit is leaning over a desk, looking at a laptop. A woman is sitting at the desk, looking at the laptop. Another man is sitting at the desk, looking at a document. A woman is standing behind him, looking at the laptop. The image is semi-transparent and has a red vertical bar on the left side.

Capítulo 5

Alocação de Recursos e Áreas Especiais da Gestão

Item 2 - Gestão de Pessoas

5.2 Gestão de Pessoas

5.2.1 Conformidade Legal

5.2.1.1 Legislação Aplicada

O Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região prima pela aplicabilidade da Lei nº 8.112/90 e demais normas correlatas, atinentes à Gestão de Pessoas.

Os normativos editados pelo Conselho Nacional de Justiça, aplicáveis à Justiça do Trabalho, bem como os editados pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, são estritamente observados e cumpridos na íntegra.

Há também regulamentações internas (Resoluções Administrativas, Atos Regulamentares e Portarias), embasadas em leis específicas, que tratam de direitos e deveres dos servidores.

A conformidade legal dos atos praticados é verificada, internamente, pela Coordenadoria de Controle Interno, através de auditorias específicas e periódicas.

5.2.1.2 Indicadores de Conformidade

A verificação de conformidade é realizada mediante a observância de indicadores. Os responsáveis pelas Unidades de elaboração da folha e seu pagamento observam sempre o cumprimento dos itens:

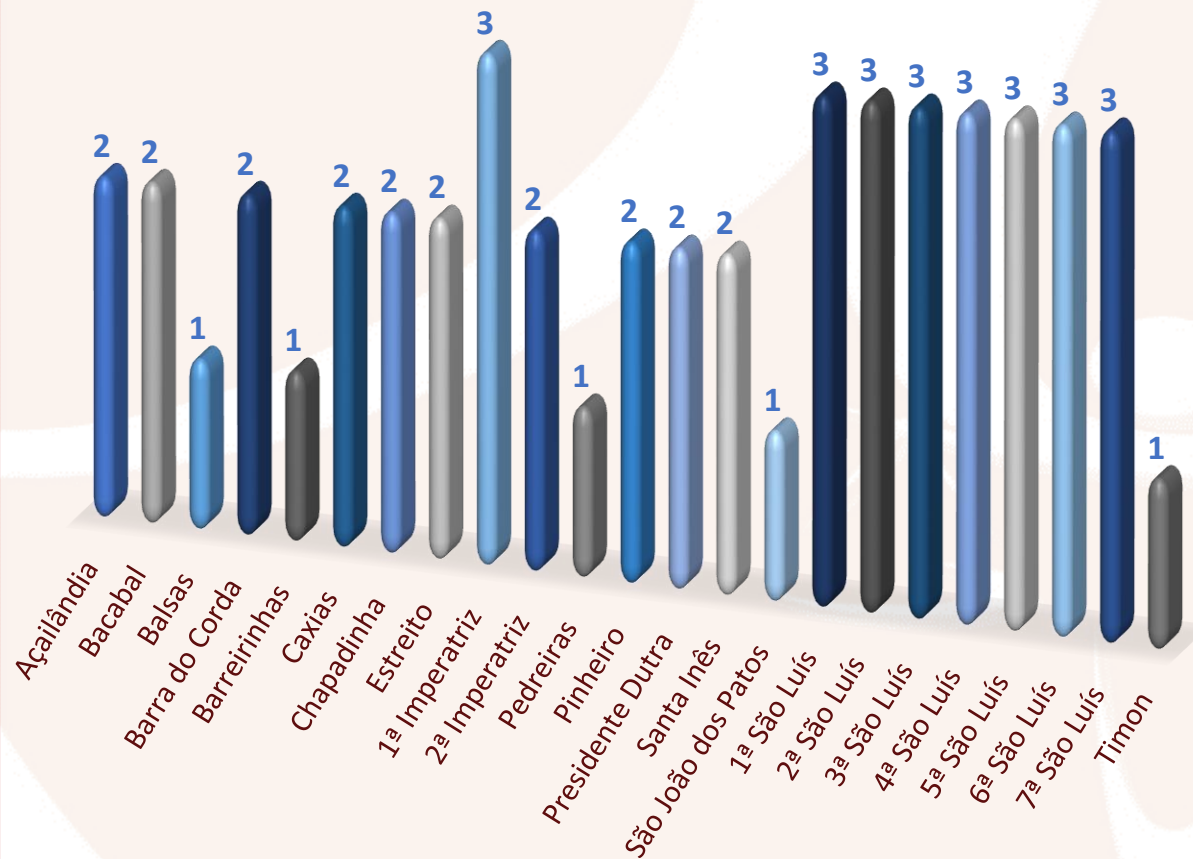
- 1 Entrega das Declarações de Bens e Renda
- 2 Registros de informação no Sistema Integrado de Admissões e Concessões - SISAC
- 3 Atendimento das determinações e recomendações dos Órgãos de Controle
- 4 Acompanhamento dos processos instruídos a título de Reposição ao Erário
- 5 Acompanhamento de concessões, licenças e benefícios

5.2 Gestão de Pessoas

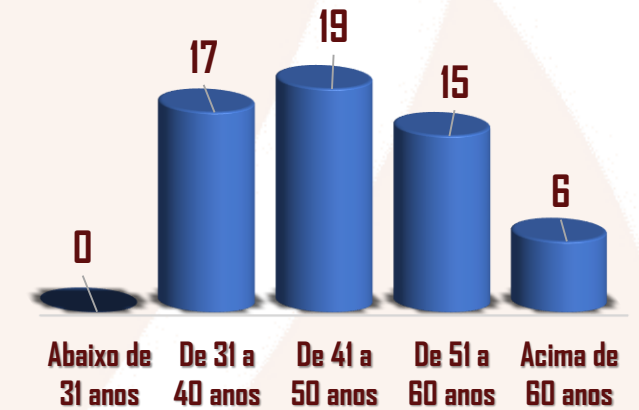
5.2.2 Avaliação da Força de Trabalho (Magistrados)

O quadro de magistrados da 16ª Região tem a carreira regida pela Lei Complementar nº 35, de 14 de março de 1979 (Lei Orgânica da Magistratura Nacional). O 2º Grau conta com 8 Desembargadores e o 1º Grau com 49 Juízes do Trabalho (23 Titulares e 26 Substitutos).

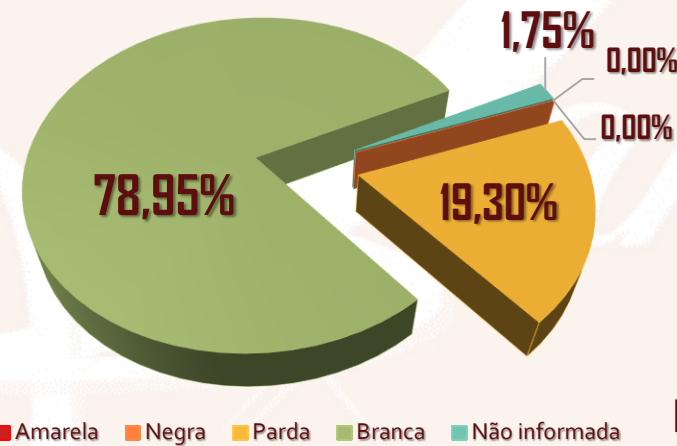
Distribuição de Magistrados de 1º Grau por Varas do Trabalho



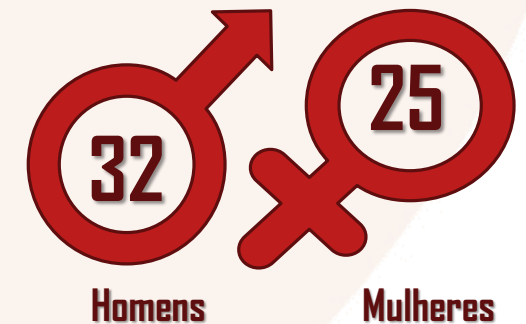
Magistrados por Faixa Etária



Magistrados por Etnia



Magistrados por Gênero



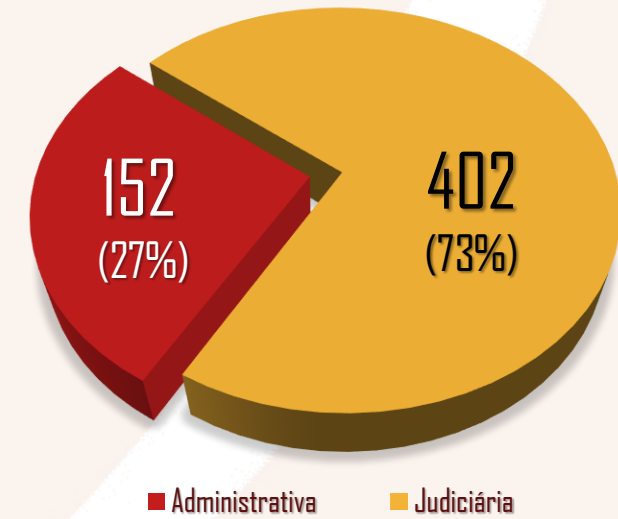
5.2 Gestão de Pessoas

5.2.3 Avaliação da Força de Trabalho (Servidores)

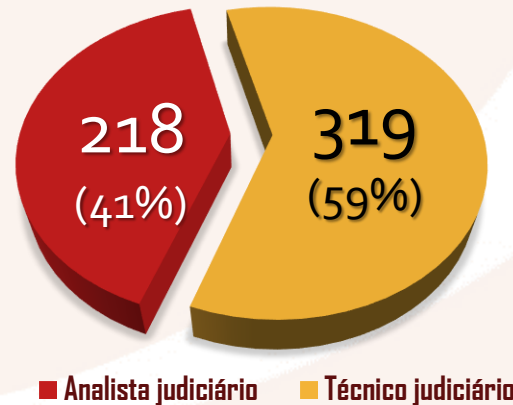
O quadro de pessoal da Justiça do Trabalho é composto das carreiras de Analista Judiciário, Técnico Judiciário e Auxiliar Judiciário, conforme uniformização constante da Resolução CSJT nº 47/2008.

No caso específico do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região não mais existem servidores alocados na carreira de Auxiliar Judiciário.

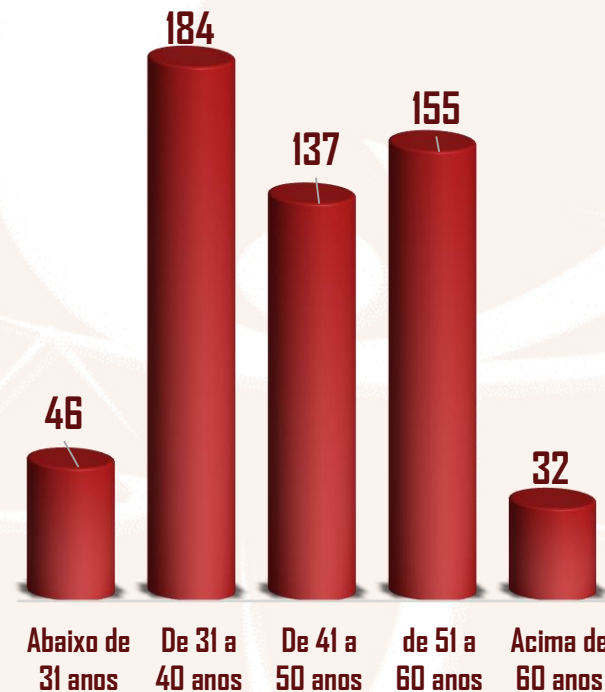
Servidores por Área de Trabalho



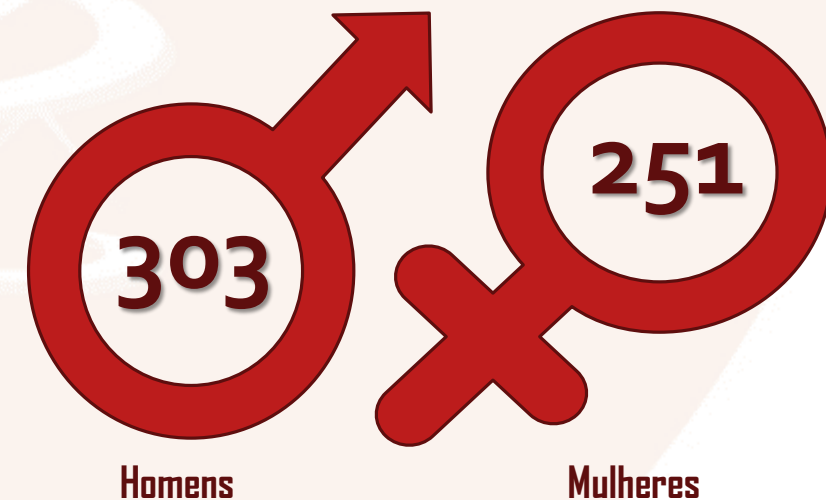
Servidores por Tipo de Carreira



Servidores por faixa etária



Servidores por gênero



Servidores com deficiência



17
(3,07%)

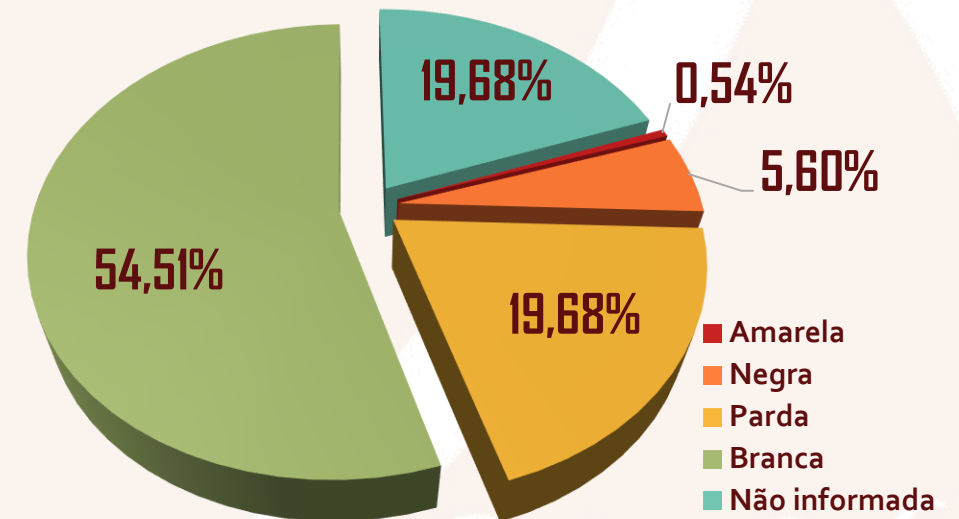
5.2 Gestão de Pessoas

5.2.3 Avaliação da Força de Trabalho (Servidores)

Servidores por situação funcional

Em exercício	554
Cedidos	5
Em exercício provisório em outro Tribunal	3
Servidor removido para outro Tribunal	41
Afastamento para exercício de mandato eletivo	1
Servidor removido para este Tribunal	25
Requisitados	35
Servidor comissionado	7

Servidores por etnia



Servidores por Unidade de Exercício



5.2 Gestão de Pessoas

5.2.3 Avaliação da Força de Trabalho (Servidores)

Distribuição de Servidores por Faixa Salarial

Cargo	Referência - Valor	Qtde.
Analista Judiciário	A1 - R\$ 12.455,30	3
	A2 - R\$ 12.828,96	7
	A3 - R\$ 13.213,83	8
	A4 - R\$ 13.967,04	24
	A5 - R\$ 14.386,04	1
	B6 - R\$ 14.817,63	10
	B7 - R\$ 15.262,14	13
	B8 - R\$ 15.720,02	3
	B9 - R\$ 16.616,06	22
	B10 - R\$ 17.114,55	22
	C11 - R\$ 17.627,98	2
	C12 - R\$ 18.156,82	7
	C13 - R\$ 18.701,52	95

Distribuição de Servidores por Faixa Salarial

Cargo	Ref. - R\$ Valor	Qtde.
Técnico Judiciário	A1 - R\$ 7.591,37	10
	A2 - R\$ 7.819,13	7
	A3 - R\$ 8.053,70	15
	A4 - R\$ 8.512,76	29
	A5 - R\$ 8.768,15	1
	B6 - R\$ 9.031,20	10
	B7 - R\$ 9.302,12	9
	B8 - R\$ 9.581,19	6
	B9 - R\$ 10.127,31	7
	B10 - R\$ 10.431,14	11
	C11 - R\$ 10.744,07	2
	C12 - R\$ 11.066,39	3
	C13 - R\$ 11.398,39	210

5.2 Gestão de Pessoas

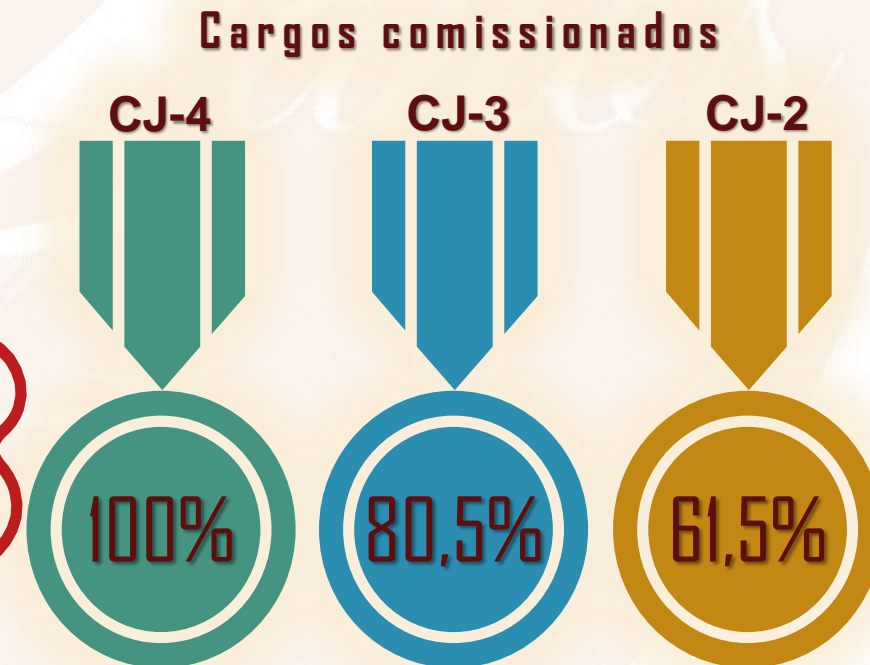
5.2.4 Avaliação da Força de Trabalho

5.2.4.1 Igualdade de Oportunidades

Sobre a igualdade de oportunidades, cita-se a instituição, neste Tribunal, de processo seletivo interno para ocupação de cargo comissionado, pautado na valorização dos servidores, em atendimento ao modelo de gestão por competências instituído pela Resolução nº 192/2014 do Conselho Nacional de Justiça, que trata da Política Nacional de Formação e Aperfeiçoamento dos Servidores do Poder Judiciário e pelo Decreto nº 5.707/2006, que institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoas da Administração Pública, cujo escopo cinge-se eminentemente, ao desenvolvimento de

conhecimentos, habilidades, atitudes e valorização dos servidores, para a promoção de meios voltados a imprimir maior motivação e comprometimento na tarefa contínua de melhoria do clima organizacional, da qualidade de vida e da eficiente prestação jurisdicional, e ainda, ao aperfeiçoamento institucional dos órgãos do Poder Judiciário, dando, dessa forma, igualdade de oportunidades da UPC.

Em 31/12/2018 o percentual de cargos gerenciais ocupados por servidores efetivos encontrava-se como demonstrado na figura ao lado:



5.2 Gestão de Pessoas

5.2.4 Avaliação da Força de Trabalho

5.2.4.2 Estratégia de Recrutamento e Alocação de Pessoas

A etapa de recrutamento é realizada por intermédio de concurso público para provimento de cargos efetivos, nos termos previstos na Constituição Federal de 1988, na Lei nº 8.112/90, e no Decreto nº 6.944/2009.

O último concurso público para servidores foi realizado por este Tribunal no ano de 2014, através de Edital publicado no DOU de 12/02/2014, Seção 3, fls. 199/205, cujo resultado final deu-se através do Edital publicado no DOU de 18/09/2014, Seção 3, fls. 183/187.

A alocação de pessoas é feita observando-se o disposto na Resolução CSJT nº 63/2010, bem como na Resolução CNJ nº 219/2016, que instituem a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus bem como a distribuição de servidores, de cargos em comissão e de funções de confiança nos órgãos do Poder Judiciário de primeiro e segundo graus.



5.2 Gestão de Pessoas

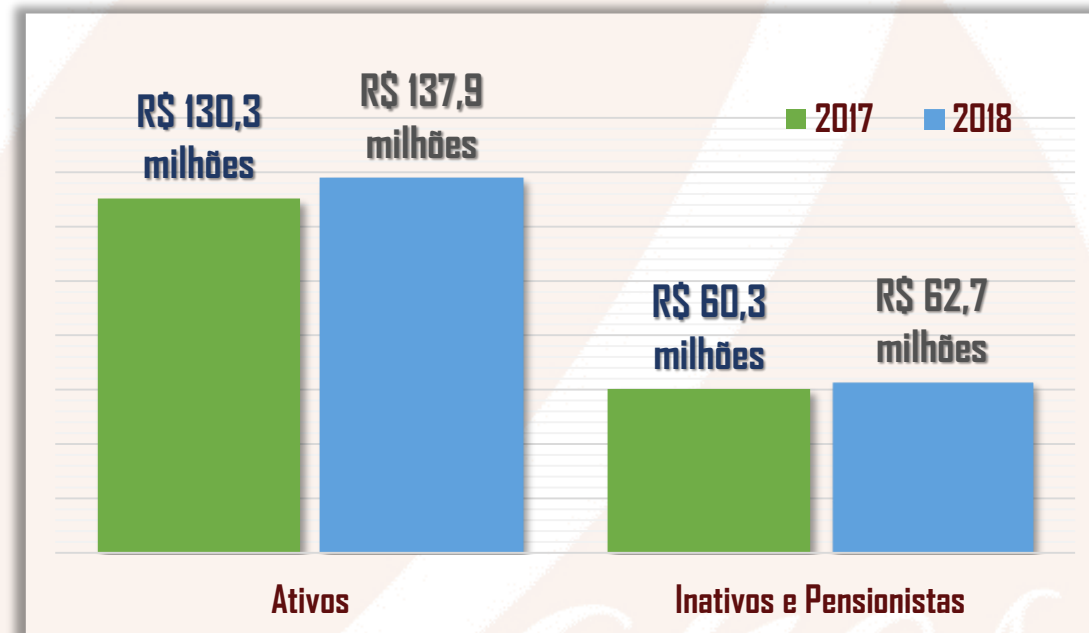
5.2.5 Detalhamento da Despesa de Pessoal

Em 2018, o Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região teve um gasto de R\$ 200.526.000,00 com pagamento de salário de Pessoal, sendo que, desse total, 68,75% corresponde ao pessoal Ativo e 11,65% a Inativos e Pensionistas.

Custo direto com despesas de pessoal ativo

Vantagens fixas	Patronal
66,14%	13,86%
Vantagens variáveis	Gratificação natalina
9,63%	7,74%
Exercício anterior	Pessoal requisitado
1,58%	1,04%
Decisão Judicial	Contrato temporário
0,01%	0,00%

5.2.6 Evolução da Despesa de Pessoal



O aumento na folha de pessoal justifica-se pela edição da Lei nº 13.317/2016 (PCS), que escalonou o reajuste dos servidores do Poder Judiciário da União em oito parcelas, sendo que em 2018 foram incluídas as 6ª e 7ª parcelas.

5.2 Gestão de Pessoas

5.2.7 Avaliação de Desempenho, Remuneração e Meritocracia

O desempenho dos servidores é aferido através de processo de avaliação de desempenho, nos termos definido pela Resolução Administrativa TRT16 nº 137/2003, que permite a aferição dos resultados do trabalho desenvolvido e a identificação das potencialidades e deficiências de cada um dos seus servidores, tendo como finalidade o seguinte:

I - estimular a melhoria da qualidade e o aperfeiçoamento dos procedimentos de trabalho, com vistas ao aumento da produtividade nas unidades e nos serviços prestados pela instituição

II - desenvolver a capacitação profissional e maximizar o aproveitamento do potencial dos servidores

III - subsidiar ações da área de recursos humanos (lotação, mobilidade, treinamento e desenvolvimento de servidores)

IV - promover o processo de avaliação de desempenho de servidores em estágio probatório.

V - embasar a promoção nas carreiras, que se dará sempre em um padrão para o seguinte, com interstício mínimo de um ano

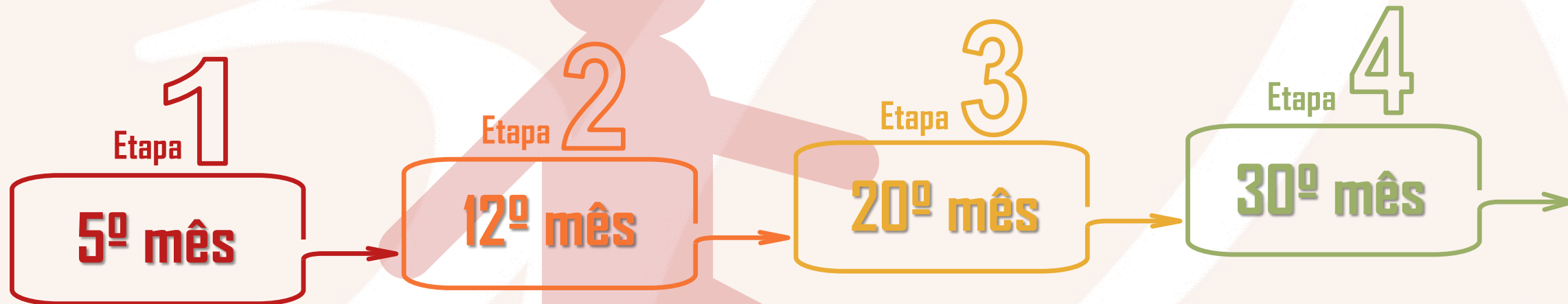
VI - contribuir para a indicação de servidores para o exercício ou perda de funções comissionadas

VII - somar pontos para habilitação à licença para capacitação

5.2 Gestão de Pessoas

5.2.7 Avaliação de Desempenho, Remuneração e Meritocracia

As avaliações de estágio probatório são aplicadas, após o ingresso do servidor, em quatro etapas:



Quanto às avaliações de desempenho funcional, estas são aplicadas em **abril** e **outubro** de cada exercício, dependente da data de ingresso do servidor.

Portanto, a avaliação de desempenho embasa as progressões e promoções funcionais e impacta diretamente no exercício ou perda de funções comissionadas, abrangendo sobremaneira remuneração e meritocracia.

5.2 Gestão de Pessoas

5.2.8 Capacitação

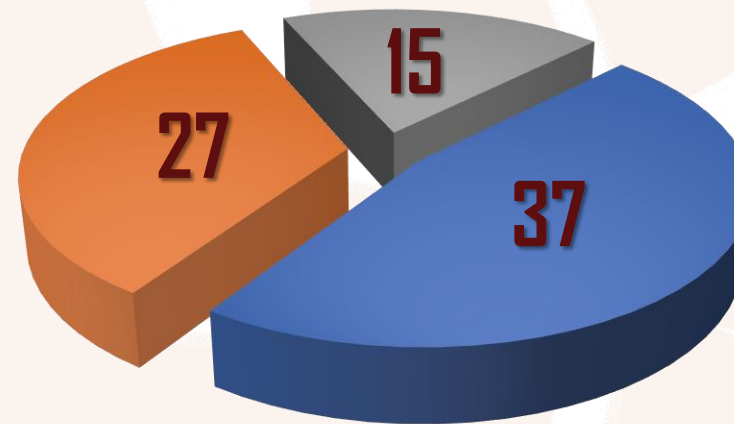
A Escola Judicial da 16ª Região (EJUD16) possui orçamento próprio para a capacitação de seus servidores e magistrados, de forma que detém autonomia para definir seu Plano Anual de Capacitação, atendendo à missão, visão e valores do seu mapa estratégico.

Neste sentido, a programação do ano de 2018 foi desenvolvida com base nas necessidades e sugestões de magistrados e servidores, bem como no intercâmbio com Escolas Judiciais de diversos Tribunais, focando em temas palpitantes no âmbito do Judiciário Trabalhista, cujo Plano foi devidamente aprovado pelo

Conselho Consultivo, nos termos do art. 12, II, "a", da Resolução Administrativa TRT-MA nº 100/2009.

As capacitações realizadas em 2018 podem ser divididas em 3 grandes grupos:

- Eventos promovidos e custeados pela EJUD16;
- Eventos apenas custeados pela EJUD16 (participações de magistrados e servidores em cursos externos);
- Eventos apoiados pela EJUD16.



- Eventos Promovidos e Custeados pela EJUD
- Eventos Custeados pela EJUD
- Eventos Apoiados pela EJUD

5.2 Gestão de Pessoas

5.2.8 Capacitação

Foram realizadas ações voltadas à saúde e qualidade de vida dos servidores e magistrados, dentro e fora do Tribunal, a fim de contribuir para a manutenção do bem-estar pessoal e coletivo:

- ✓ Qualidade de Vida dos Magistrados e Servidores (145 inscritos);
- ✓ Finanças Pessoais: como manter a saúde financeira em tempos de crise (48 inscritos);
- ✓ Liderança com Propósito: como alinhar mente e coração para conquistar melhores resultados (50 inscritos);
- ✓ Ansiedade, depressão e estresse no ambiente corporativo (241 inscritos);
- ✓ Palestra "Alta performance pessoal e profissional" (71 inscritos);
- ✓ Inteligência Conversacional (64 inscritos);
- ✓ Autodesenvolvimento e transformação de atitudes (85 inscritos).

Especificamente quanto à capacitação de magistrados, a EJUD16 promoveu os eventos formativos do ano de 2018 consolidando as diretrizes gerais para formação e aperfeiçoamento de magistrados, conforme as regras da ENAMAT e as orientações contidas nas resoluções n.º 178/2013 e 192/2014, ambas no CNJ, que tratam sobre o Plano Nacional de Capacitação de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário.

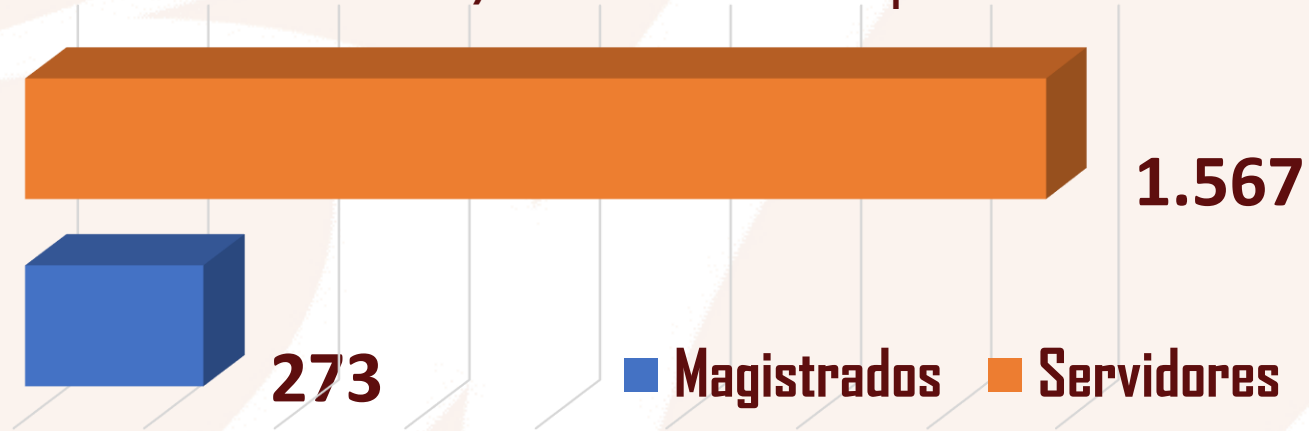
No total, em 2018 foram registradas 1.752 capacitações, totalizando 1.200 (mil e duzentas) horas/aula de treinamento para servidores e magistrados em exercício neste Tribunal, com custo de R\$ 1.199.510,28 (um milhão, cento e noventa e nove mil, quinhentos e dez reais e vinte e oito centavos).

Vale destacar o alinhamento das ações da EJUD ao Objetivo Estratégico 2: Promover formação continuada do quadro funcional, constante no Planejamento Estratégico do TRT16 de 2015-2020.

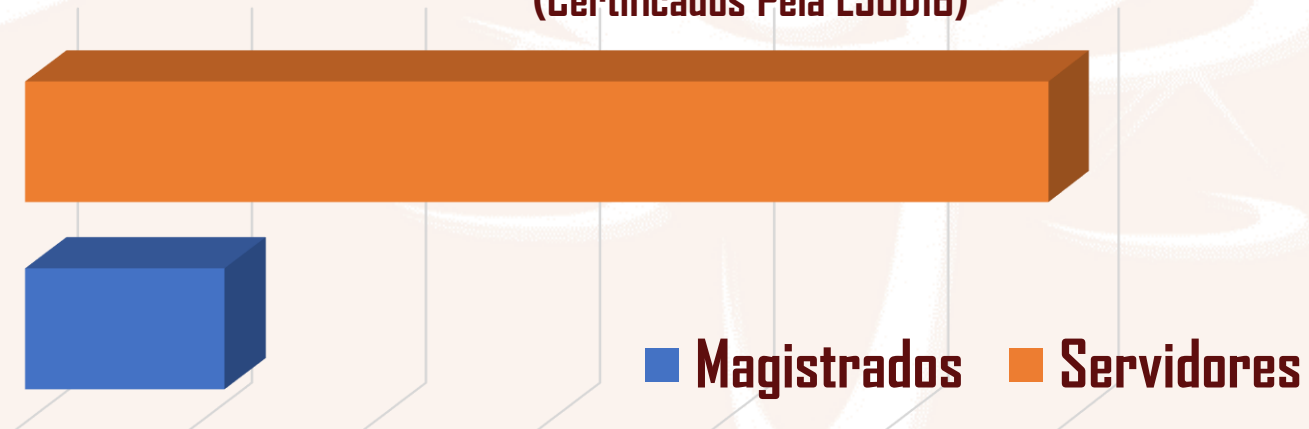
5.2 Gestão de Pessoas

5.2.9 Capacitação (Números)

Demonstrativo de Registros de Capacitação em Cursos (Internos e Externos) Promovidos/Custeados pela EJUD16 em 2018



Quadro Geral de Registros de Capacitação (Certificados Pela EJUD16)



anos

5.2 Gestão de Pessoas

5.2.10 Principais Desafios e Ações Futuras

Os principais desafios do TRT-16ª Região/MA, assim como de toda a Justiça do Trabalho, estão relacionados à retenção e ao implemento da força de trabalho.

Observa-se que a questão da retenção da força de trabalho exige um planejamento específico, sobretudo com enfoque na valorização do servidor, através de sua alocação em setor adequado, ambientação, capacitação e oportunidade de exercício de função gerencial através da meritocracia.

Com a iminente Reforma da Previdência, que através da PEC 6/2019 anuncia duras regras até mesmo de transição para a aposentadoria daqueles que estão às vésperas da jubilação, é considerável o número de servidores optando pela aposentadoria, desprezando o Abono de Permanência em serviço, instituído pela Administração Pública para reter o servidor que faça jus a aposentadoria e queira permanecer em atividade até completar as exigências para a aposentadoria compulsória (75 anos de idade).

No tocante ao implemento da força de trabalho, este deve-se principalmente ao cumprimento da Resolução CSJT nº

63/2010 bem como da Resolução CNJ nº 219/2016, que num esforço significativo para priorizar a área judicial (mais precisamente o 1º grau), determinando um número mínimo de cargos e funções para a sua composição e funcionamento, proporcionam o esvaziamento da área administrativa, que precisa ser recomposta para funcionar a contento. Aliado a esse fato, tem-se a proibição, por parte do CSJT, de preenchimento de cargos provenientes de aposentadoria, por conta de restrições orçamentárias impostas à Justiça do Trabalho desde o exercício 2016. Em 31/12/2018 os cargos vagos totalizam 18 (dezoito), devendo esse quantitativo ser ampliado consideravelmente no primeiro semestre desse exercício de 2019 por conta da iminente aprovação da PEC 6/2019 que trata da Reforma da Previdência e que seguramente trará regras mais duras e nocivas ao servidor.

As ações futuras que se vislumbram são uma maior valorização dos servidores e a criação de cargos e funções comissionadas para recompor a força de trabalho, principalmente da área administrativa do Tribunal.

A group of five business professionals in a meeting. Two women stand in the background, smiling. Three people are seated around a wooden table. A man on the left is pointing at a laptop screen. A woman in the center is looking at the laptop. A man on the right is looking towards the woman in the center. The background is a light-colored wall with abstract geometric shapes.

Capítulo 5

Alocação de Recursos e Áreas Especiais da Gestão

Item 3 - Gestão de Licitação e Contratos

5.3 Gestão de Licitação e Contratos

As contratações mais relevantes do TRT 16 são as com locação de mão de obra, serviços de terceiros Pessoa Jurídica e Tecnologia e Informação.

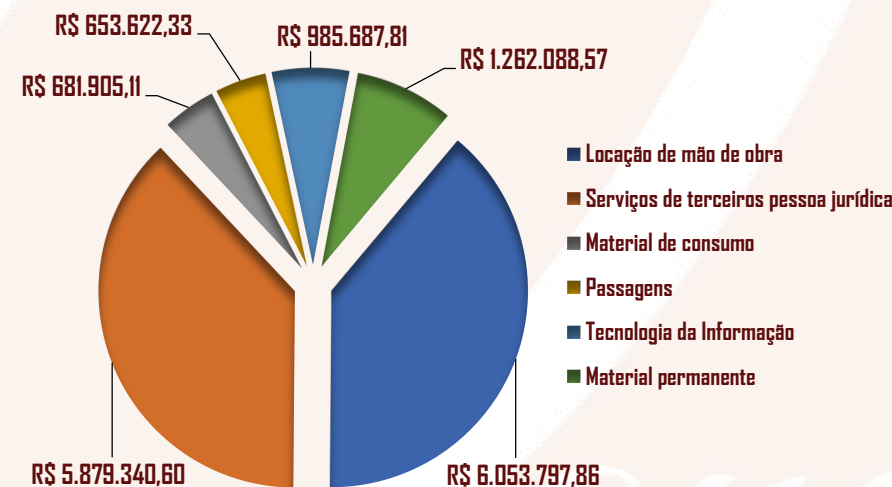
Além das contratações e aquisições acima tem destaque as com Material permanente, vez que houve necessidade de implementação de melhorias físicas em diversas unidades dado o estado depreciado dos bens Antigos, bem como a reposição de estoque mínimo para manter o funcionamento dos Setores.

As contratações e aquisições são necessárias por se tratarem de serviços

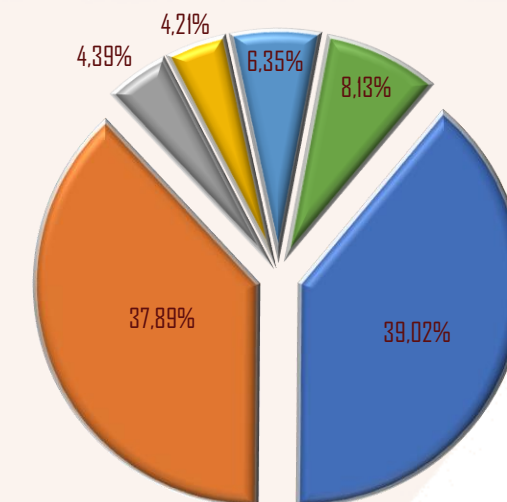
especializados que não podem ser realizados por servidores do quadro funcional e são essenciais para a manutenção do funcionamento das unidades judiciais e administrativas, boa prestação jurisdicional, saúde, bem estar e segurança dos jurisdicionados, advogados, servidores e magistrados.

5.3.1 Detalhamento dos Gastos

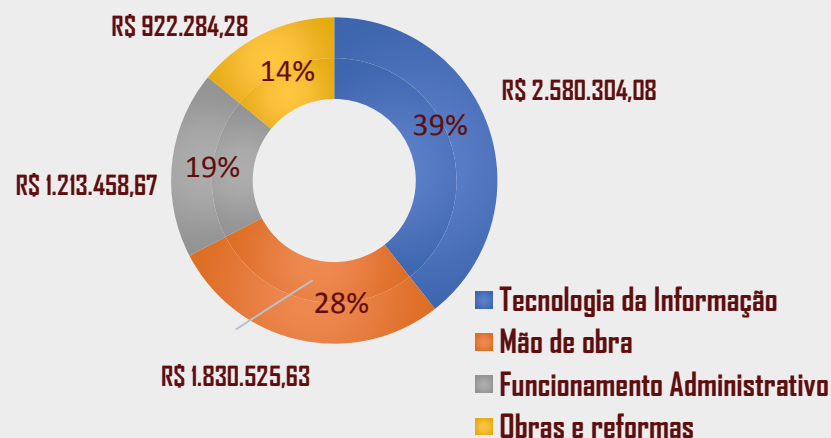
Contratações e Aquisições (valores totalizados)



Contratações e Aquisições (percentuais)



Licitações por Tipo de Serviços



5.3 Gestão de Licitação e Contratos

5.3.1 Detalhamento dos Gastos

As contratações que representam os maiores investimentos no âmbito do TRT 16 são as de locação de mão de obra de **vigilância armada** para os prédios da capital e 15 Varas do Trabalho localizadas no interior do Estado, além daquelas com **Apoio técnico operacional** (manutenção predial) e **limpeza e conservação**.

01

Vigilância armada - R\$ 2.269.682,29

02

Apoio técnico operacional - R\$ 1.671.843,69

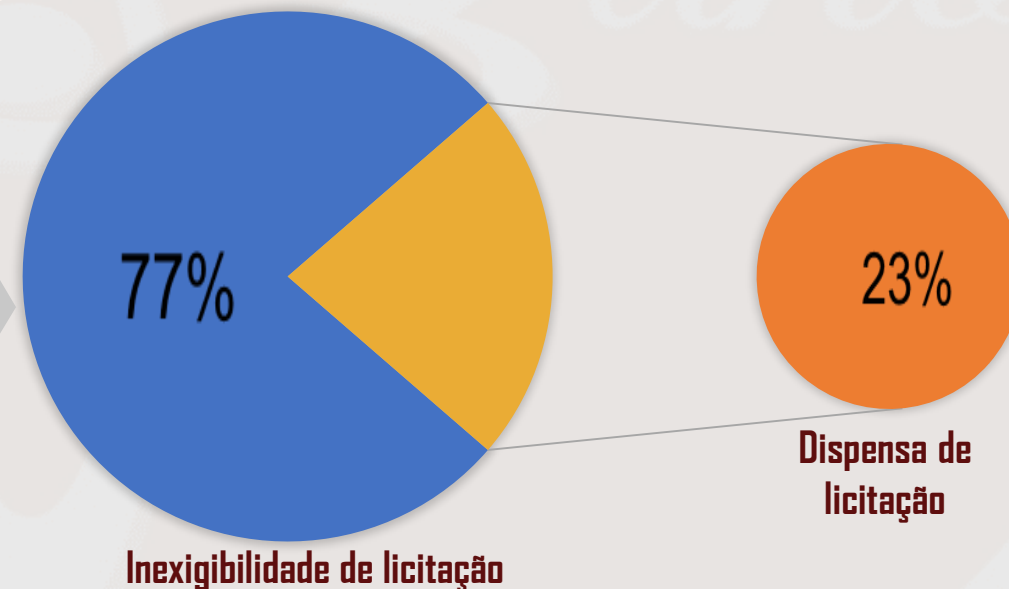
03

Limpeza e Conservação - R\$ 1.653.107,52

5.3.2 Contratações diretas

No exercício de 2018, foram realizadas 88 (oitenta e oito) contratações diretas.

Destas, 68 (sessenta e oito) foram por inexigibilidade e 20 (vinte) por dispensa de licitação. O valor total gasto nessas contratações foi de R\$ 4.053.210,68 (quatro milhões e cinquenta e três mil, duzentos e dez reais e sessenta e oito centavos).



5.3 Gestão de Licitação e Contratos

5.3.3 Alinhamento com os Objetivos Estratégicos

As contratações no Tribunal estão alinhadas aos seguintes objetivos estratégicos:

Objetivo Estratégico 1: Assegurar mecanismos de controle para a administração

Descrição: Trata-se de melhorar o controle e a fiscalização dos atos administrativos por meio da implantação de normas e procedimentos.

Objetivo Estratégico 2: Aperfeiçoar a gestão de custos

Descrição: Envolve estabelecer uma cultura de redução do desperdício de recursos públicos, de forma a assegurar o direcionamento dos gastos para as necessidades essenciais e as prioritárias.

Objetivo Estratégico 4: Garantir a infraestrutura apropriada às atividades do TRT

Descrição: Refere-se à manutenção do patrimônio material, com o intuito de prolongar a vida útil de equipamentos e conservar a estrutura física, assegurando um ambiente de trabalho saudável.

5.3.4 Conformidade Legal

As contratações no TRT 16ª Região são processadas em conformidade com as normas jurídicas, que garantem o cumprimento na legalidade de tais contratações, principalmente com as Leis nº 8.666/93 e 10.520/02 e Instruções Normativas do Ministério do Planejamento (MP), com destaque à IN 04/2014 (SEGES/MP) e 05/2017 (STI/MP). Desta forma, todos ordenadores de despesa das unidades assinaram declaração de conformidade para elaboração deste Relatório de Gestão 2018.



A top-down view of a person's hands working at a wooden desk. The person is wearing a grey sweater and a watch. They are holding a white coffee cup in their left hand and pointing at a document with their right hand. The desk has a laptop on the left, a power strip with several outlets, a notebook with a pen, and a striped folder. The background is slightly blurred, showing a window and some office equipment.

Capítulo 5

Alocação de Recursos e Áreas Especiais da Gestão

Item 4 - Gestão do Patrimônio e Infraestrutura

5.4 Gestão do Patrimônio e Infraestrutura

5.4.1 Investimentos em infraestrutura e equipamentos

Em 2018, o TRT investiu **R\$ 6.967.158,63** em aquisição de materiais diversos, como equipamentos de processamento de dados e comunicação, veículos, aparelhos de ar condicionado, mobiliário em geral equipamentos energéticos, dentre outros.

Os investimentos realizados visam atender aos objetivos estratégicos:

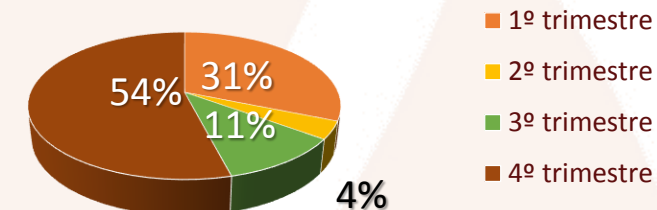
Garantir a infraestrutura apropriada

Aperfeiçoar a gestão de custos

Garantir a infraestrutura apropriada

A gestão patrimonial dos materiais **PERMANENTES** e de **CONSUMO**, incluindo o **inventário anual**, ocorre no âmbito do Sistema de Controle de Material e Patrimônio – **SCMP**, visando a padronização da Justiça do Trabalho. Foram realizadas **1.390 movimentações** de material permanente .

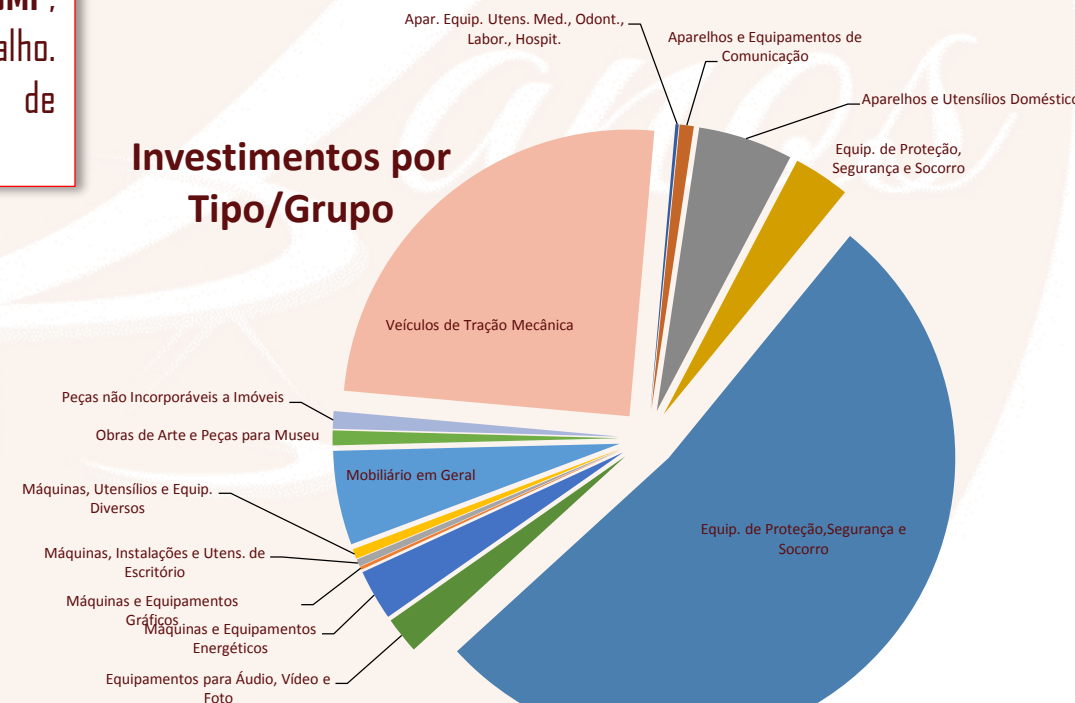
Distribuição dos Investimentos por Trimestre



Do total investido, **R\$ 3.836.685,66** (três milhões, oitocentos e trinta e seis mil e seiscentos e oitenta e cinco reais e sessenta e seis centavos) entre recursos próprios e do **CNJ**, em **ativos de rede e equipamentos para ampliação e modernização do parque tecnológico**.

Gerenciamento de 14 Atas de Registro de Preço

Investimentos por Tipo/Grupo



Movimentação Financeira

Saldo Remanescente de 2017	R\$ 23.865.528,52
Entradas 2018	R\$ 6.967.158,63
Saídas 2018	R\$ 0,00
Saldo para 2019	R\$ 30.832.687,15

Obs.: Não houve desfazimentos de bens durante o ano de 2018.

5.4 Gestão do Patrimônio e Infraestrutura

5.4.1 Investimentos em infraestrutura e equipamentos

Bens Imóveis

O controle de bens imóveis é feito em conjunto com a Superintendência de Patrimônio da União no **SPIUnet** – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União.

Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades **públicas ou privadas**:



Banco do Brasil (Agência Bancária)
Foro Astolfo Serra



Caixa Econômica Federal (Agência bancária)
Prédio-sede e Foro Astolfo Serra



A. de Q. Silva – ME – EXPRESSO SALADA
Dias Alimento LTDA – FEIJÃO DE CORDA
Prédio-Sede e Foro Astolfo Serra



ANAJUSTRA (Associação de servidores)
Prédio sede - Cessão encerrada no início do ano de 2018

O Tribunal possui **22** Imóveis, na capital e no interior:

Regularmente cadastrados no
SPIUNET: 9

1 Açailândia

1 Balsas

1 Estreito

1 Santa Inês

5 São Luis

❖ Deflagrado processo administrativo para avaliação qualificada de todos os imóveis visando a regularização de todos os registros.

O TRT da 16ª Região:

- **NÃO** possui Imóveis Funcionais da União sob sua responsabilidade;
- Possui **1** imóvel locado de terceiros, na cidade de Imperatriz, para abrigar o Foro Manuel Alfredo Martins e Rocha.

Adquirido por meio da Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Maranhão, um imóvel/terreno no valor de **R\$ 1.100.000,00** para ampliação de vagas de estacionamento para servidores e terceirizados, que proporcionará mais conforto, evitará exposição às intempéries, ampliará a segurança e facilitará a acomodação dos veículos de serviço que hoje dividem espaço no estacionamento dos servidores.

5.4 Gestão do Patrimônio e Infraestrutura

5.4.1 Investimentos em infraestrutura e equipamentos

Seção de Almoxarifado

Em 2018, o Almoxarifado passou por mudança física, passando a integrar o prédio do anexo C, ganhando espaço climatizado para melhor estocagem de diversos materiais de consumo, dentre os quais: **café, açúcar, papel, insumos para impressão e demais suprimentos.**

Novas Instalações



Informações relevantes

- **106** apropriações cadastradas no Sistema de Controle de Material e Patrimônio - SCMP;
- **1.481** requisições de material de consumo atendidas;
- **8** Processos Administrativos para viabilizar o abastecimento do Almoxarifado, com base no Controle de Estoque os Fatores de Ressuprimento definidos através da IN 205/88, subitem 7.6;
- Gerenciamento de **26** Atas de Registro de Preço de materiais de consumo variados.

Movimentação Financeira

Saldo remanescente de 2017	R\$ 595.578,80
Entradas 2018	R\$ 494.848,15
Saídas 2018	R\$ 545.313,35
Saldo para 2019	R\$ 545.113,60

5.4 Gestão do Patrimônio e Infraestrutura

5.4.1 Investimentos em infraestrutura e equipamentos

Setor Gráfico

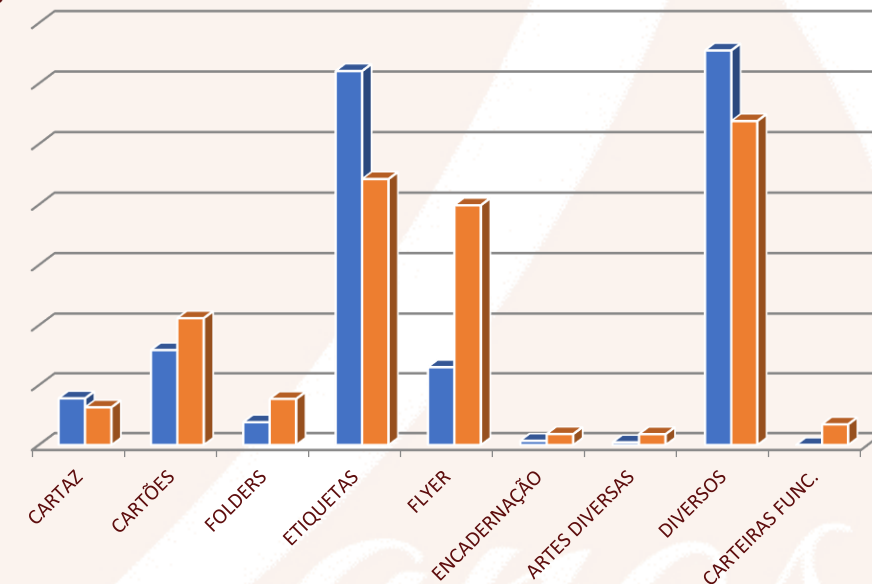
Em 2018, após profunda reforma o setor foi transferido, passando a integrar o prédio do anexo C. As novas instalações trouxeram mais organização e espaço para o maquinário e a realização das tarefas.



Total de trabalhos gráficos realizados:

■ 16.910 em 2017

■ 18.013 em 2018



Com a crescente digitalização dos processos, diversos materiais caíram em desuso e por iniciativa do Setor Gráfico, realizou o reaproveitamento de:

CAPAS PLÁSTICAS de processo, transformadas em material para cursos

PASTAS TIPO AZ transformadas em blocos e agendas corporativas, juntamente com folhas de papel Superbond 75G/m² e folhas de cartolina colorida, usadas como miolo

5.4 Gestão do Patrimônio e Infraestrutura

5.4.2 Gestão de Frota de Veículos

Classificação de Veículos por Categoria

Categoria	Qtde.	KM (Média Anual)	Idade Média
Veículo de Representação	2	7.500	1,0
Veículo de Transporte Institucional	6	8.300	1,4
Veículo de Serviço	49	10.450	6,5

Custo de Manutenção da Frota

Tipo de Despesa com Manutenção	Valor
Peças e Mão de obra	R\$ 273.542,48
DPVAT	R\$ 2.389,38
Seguro da Frota	R\$ 35.625,00
Combustíveis	R\$ 225.062,55
Lavador de Veículos	R\$ 25.307,91
Motoristas terceirizados	R\$ 532.943,88
Locação de veículos	R\$ 0,00
Passagens e Locomoção em Ferry-boat	R\$ 3.100,00

O Tribunal adquiriu 7 veículos novos, pelo valor de R\$ 744.900,00, sendo 4 veículos de serviço para as Varas do Trabalho de Açailândia, Barreirinhas, Chapadinha e Pinheiro, 1 veículo de representação e 2 veículos de serviço para o Setor de Transportes.

The background of the slide features a person in a blue suit holding a tablet. Overlaid on the tablet is a grid of hexagonal icons representing various business and technology concepts. The icons include a cloud, a lightbulb, a Wi-Fi symbol, crossed wrench and screwdriver, gears, a person sitting, a laptop, a microscope, a hard hat, a flask, a person on a motorcycle, an @ symbol, a truck, and a pair of glasses.

Capítulo 5

Alocação de Recursos e Áreas Especiais da Gestão

Item 5 - Gestão da Tecnologia da Informação

5.5 Gestão da Tecnologia da Informação

5.5.1 Conformidade legal da Gestão de TIC

A gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) do TRT16 observa e aplica um amplo conjunto de regras e diretrizes estabelecidas para a Administração Pública Federal.

Mais especificamente, a área de TIC tem suas atividades balizadas principalmente pelos normativos abaixo:

Resolução CNJ nº 211/2015	Estratégia Nacional de TIC do Poder Judiciário	Resolução CNJ nº 198/2014	Estratégia Nacional do Poder Judiciário 15-20
Resolução CNJ nº 182/2013	Diretrizes para as contratações de Solução de TIC	Decreto nº 9.637/2018	Política Nacional de Segurança da Informação
Resolução CNJ nº 158/2015	Plano Estratégico de TIC da JT (PETIC-JT) 15-20	Portaria TRT16 GP nº 1254/2014	Plano Estratégico do TRT 16ª Região 15-20
Resolução TRT16 nº 17/2016	Plano Estratégico de TIC (PETIC) do TRT16	Resolução TRT16 nº 244/2016	Estrutura organizacional e competências – CTIC

5.5.2 Modelo de Governança e Planejamento Estratégico de TIC

O Modelo de Governança de TIC do TRT16 foi alterado em 2018 com a elaboração da Política de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (PGTIC), instituída pela Portaria GP Nº 794/2018. Ele está alinhado às orientações do Conselho Nacional de Justiça acerca da Governança e Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação no âmbito do Poder Judiciário, estabelecidas mediante a Resolução nº 211 de 15 de dezembro de 2015.

O modelo tem como principal instância o Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação do TRT16 (CGovTIC), que é um órgão colegiado permanente voltado ao assessoramento da Presidência do Tribunal nos temas relacionados à governança de TIC. O CGovTIC tem como objetivos analisar e aprovar políticas, diretrizes, metas institucionais e objetivos estratégicos relativos à TIC; definir e acompanhar os planos estratégicos e táticos de TIC; definir e orientar demandas de investimentos tecnológicos; definir e acompanhar os planos estratégicos e táticos de TIC; definir e orientar demandas de investimentos tecnológicos; definir e comunicar as diretrizes para gestão do portfólio de projetos e de ações; definir e comunicar as

diretrizes para as contratações de soluções de TIC; além de definir e comunicar diretrizes para avaliação do desempenho de TIC.

As demais estruturas envolvidas estão voltadas para o contexto de gestão, e são elas: Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGesTIC); Unidade de Apoio à Governança de TIC (Setor de Governança de TI – SGTI); e Gestores das Soluções de TIC.

O CGesTIC é a instância técnica de apoio à área de Tecnologia da Informação e Comunicação na elaboração de planos táticos e operacionais, análise das demandas, acompanhamento da execução de planos, estabelecimento de indicadores operacionais, e proposição de replanejamentos.

5.5 Gestão da Tecnologia da Informação

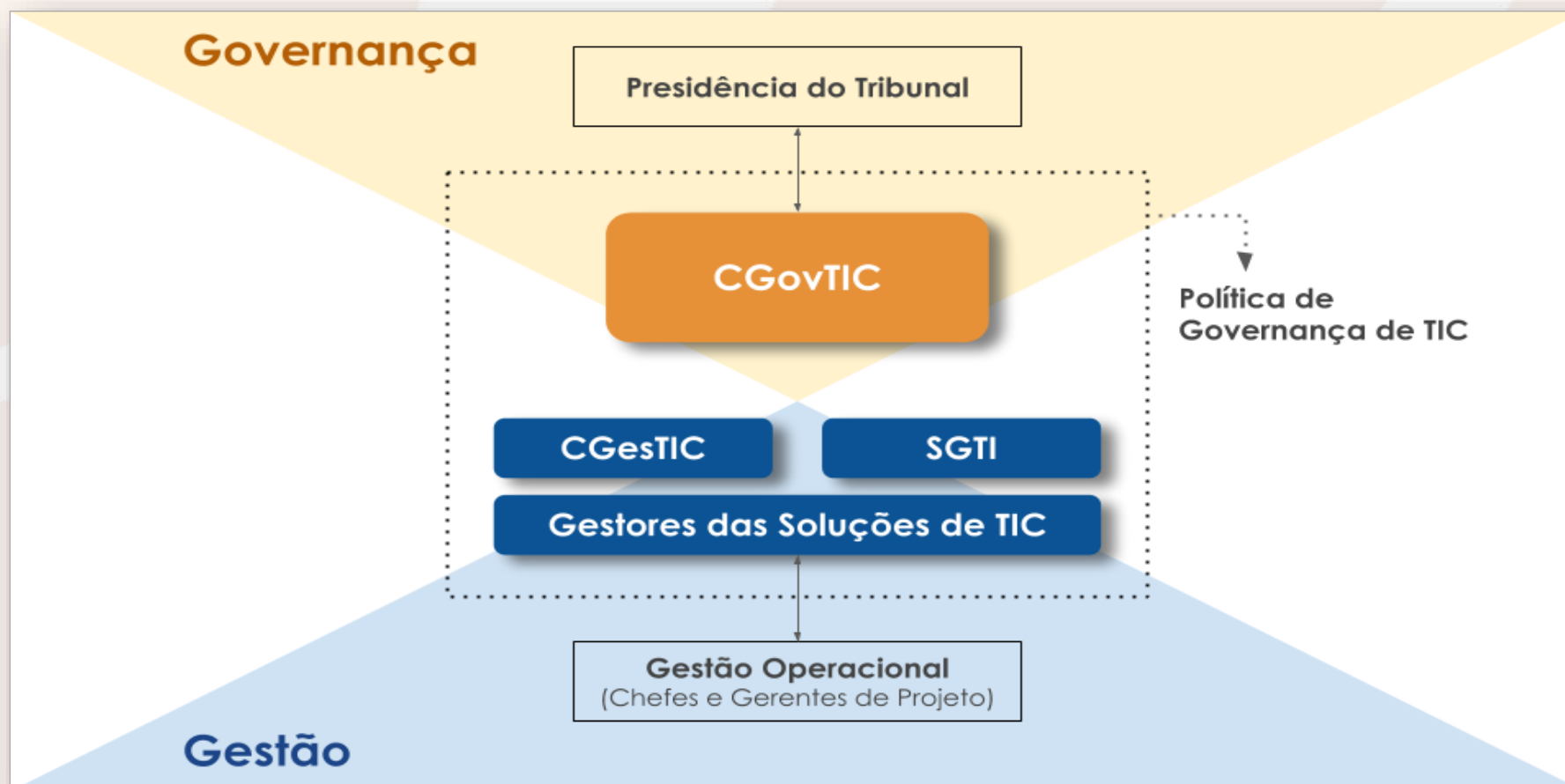
5.5.2 Modelo de Governança e Planejamento Estratégico de TIC

O SGTI tem por finalidade auxiliar nas atividades atinentes ao direcionamento e alinhamento das ações de TIC com as necessidades do TRT16, fornecendo às instâncias decisórias as informações necessárias para orientar a tomada de decisão em relação aos recursos de TIC.

No ano de 2018, os principais instrumentos utilizados para o direcionamento das ações de TIC foram: Plano Estratégico de TIC; Plano Diretor de TIC; Plano Anual

de Contratações de Soluções de TIC; Portfólio de Projetos de TIC; Plano Anual de Capacitação de TIC.

Estes planos estão alinhados aos planos estratégicos, à estrutura hierárquica, à estrutura normativa do TRT16 e a outros normativos e diretrizes do Judiciário Federal, como a ENTIC-JUD, PETIC do CSJT e PETIC do TST.



CS

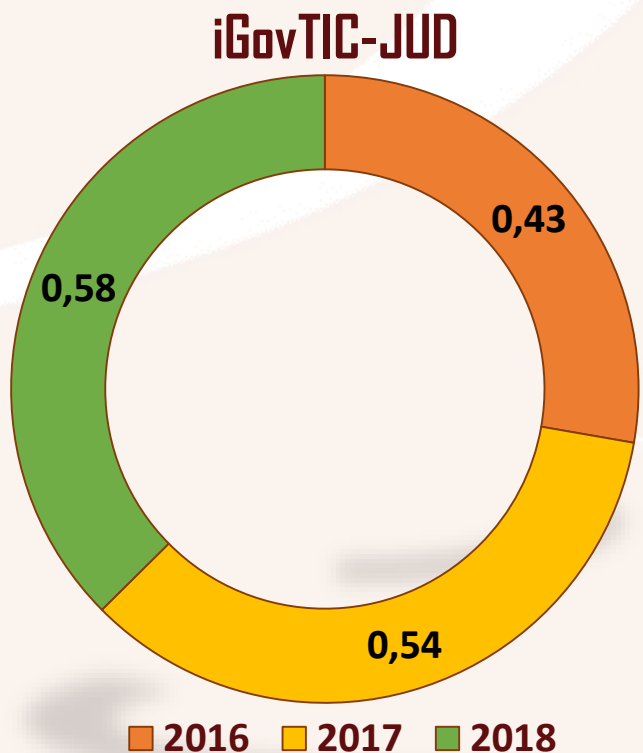
5.5 Gestão da Tecnologia da Informação

5.5.2 Modelo de Governança e Planejamento Estratégico de TIC

5.5.2.1 Maturidade de Governança de TIC

Em 2018, o TRT16 alcançou a pontuação 0,58 no nível de maturidade aferido pelo CNJ através do iGovTIC-JUD, que é o Levantamento de Governança, Gestão e Infraestrutura de TIC do Poder Judiciário, realizado anualmente, e tem o objetivo de aferir o nível de cumprimento das Diretrizes Estratégicas de Nivelamento constantes da Resolução nº 211/2015 do CNJ, especialmente no que se refere aos domínios Governança e Gestão e Infraestrutura de TIC.

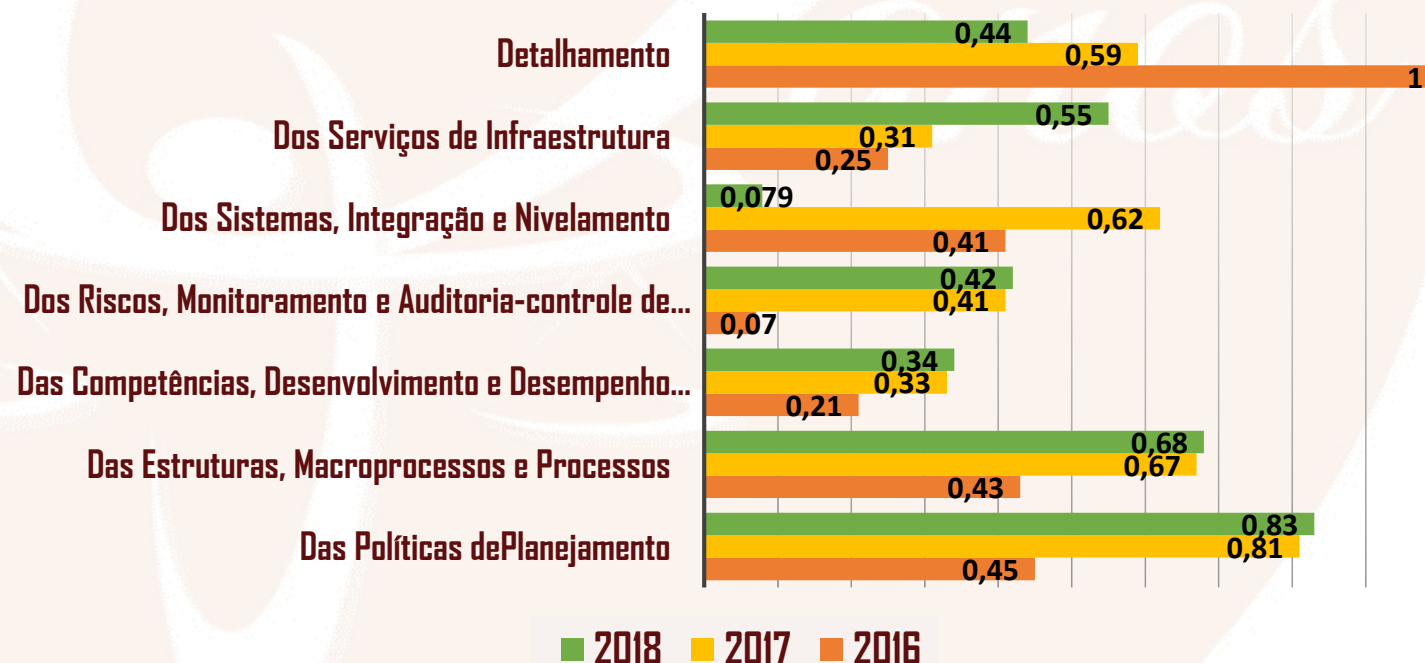
O Tribunal melhorou o seu desempenho nos últimos anos, saindo da pontuação 0,43 em 2016 para 0,58 em 2018, conforme gráfico ao lado, se enquadrando ainda no nível satisfatório definido pelo CNJ. A melhoria no índice



decorre da implementação de boas práticas em TIC como a criação de estruturas de Governança de Gestão, criação de normas e formalização de processos.

Para os próximos anos, o objetivo é atacar as dimensões com pontuação mais baixa, especialmente “Competências, Desenvolvimento e Desempenho das Pessoas” e “Riscos, Monitoramento e Auditoria-Control de Gestão”, e assim evoluir o nível de maturidade para que o TRT16 seja capaz de atender às demandas da sociedade de uma melhor forma e de maneira mais ágil.

Dimensões do iGovTIC-JUD

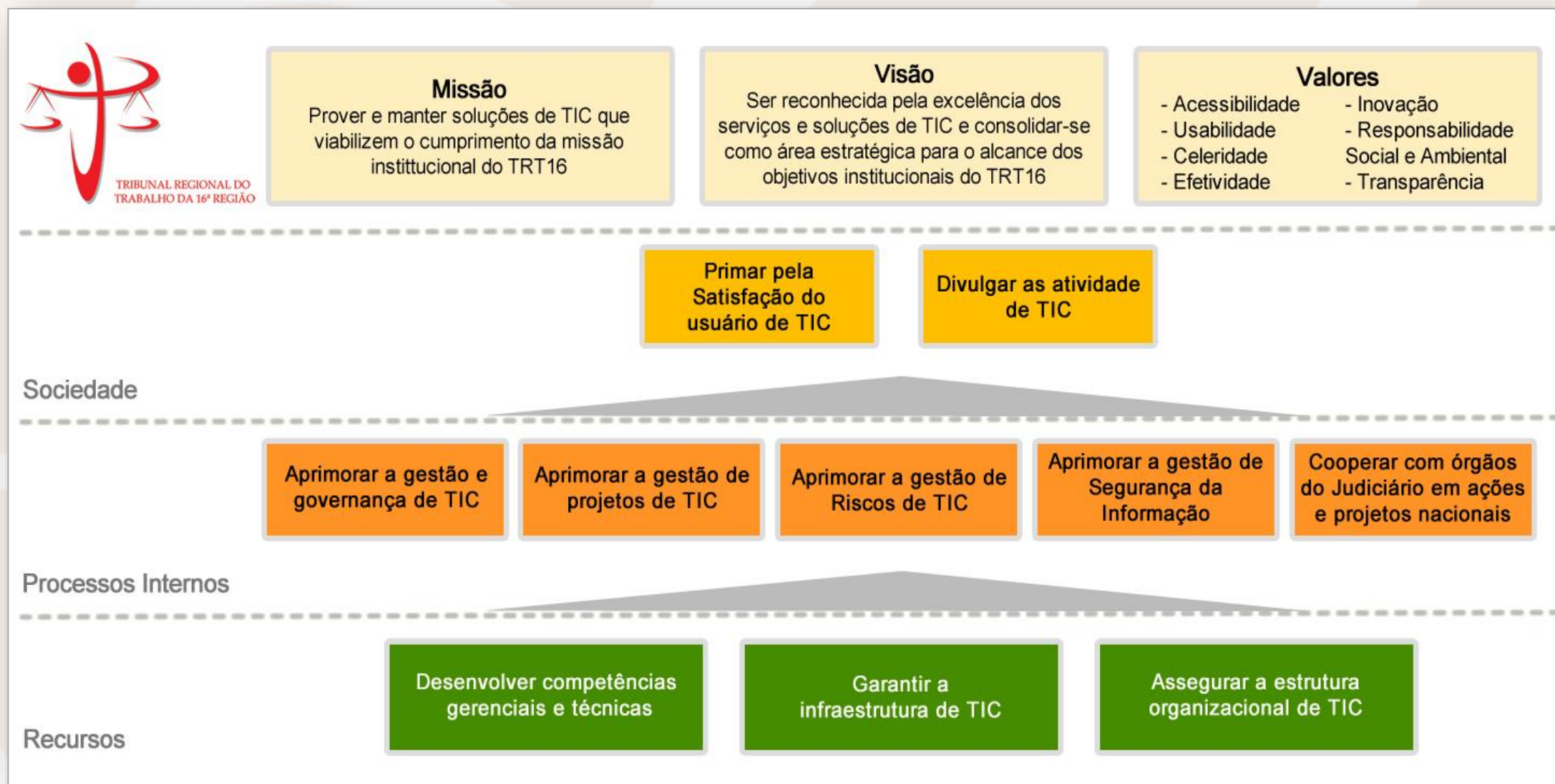


5.5 Gestão da Tecnologia da Informação

5.5.2 Modelo de Governança e Planejamento Estratégico de TIC

O Plano Estratégico de TIC (PETIC) do Tribunal foi instituído por meio da Resolução Administrativa Nº 230/2016 e tem vigência para o período de 2017-2020. É o principal instrumento de direcionamento das

ações de TIC no âmbito do TRT16. A figura abaixo apresenta o Mapa Estratégico de TIC definido no PETIC.



5.5 Gestão da Tecnologia da Informação

5.5.3 Recursos aplicados em TIC

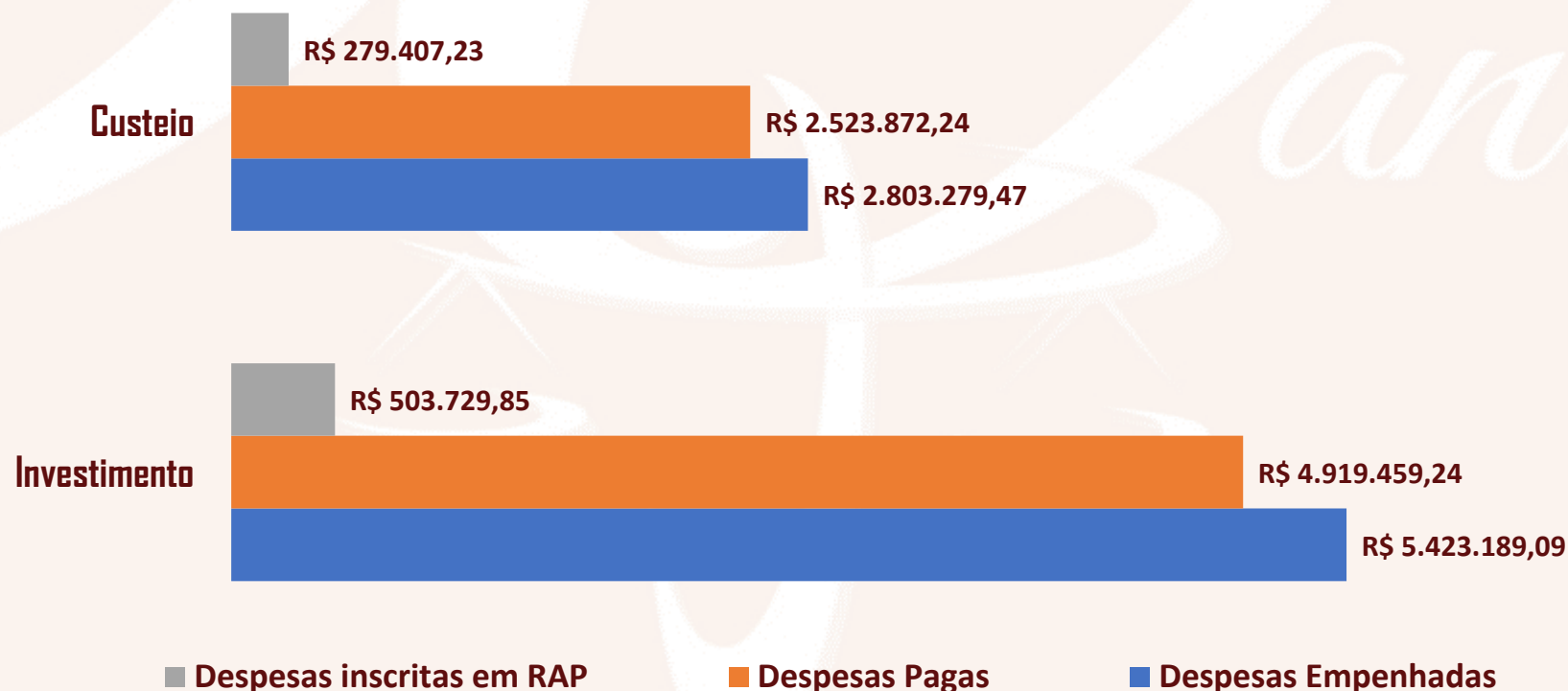
Para o exercício de 2018, o Tribunal planejou gastar em Tecnologia da Informação e Comunicação o valor de R\$ 4.037.562,05 (valor incluído na Lei de Orçamento Anual - LOA).

Além do valor previsto na LOA, o TRT conseguiu a liberação de R\$ 5.464.216,00 junto ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), a fim de realizar ações de investimento na infraestrutura computacional do

Tribunal. O valor total planejado, considerando o recurso adicional do CSJT, foi de R\$ 9.501.778,05.

Do orçamento previsto, o montante de R\$ 8.226.468,56, foi empenhado, sendo que R\$ 7.443.331,48 foi liquidado no exercício de 2018. A tabela abaixo apresenta o detalhamento do orçamento por natureza da despesa (custeio e investimento).

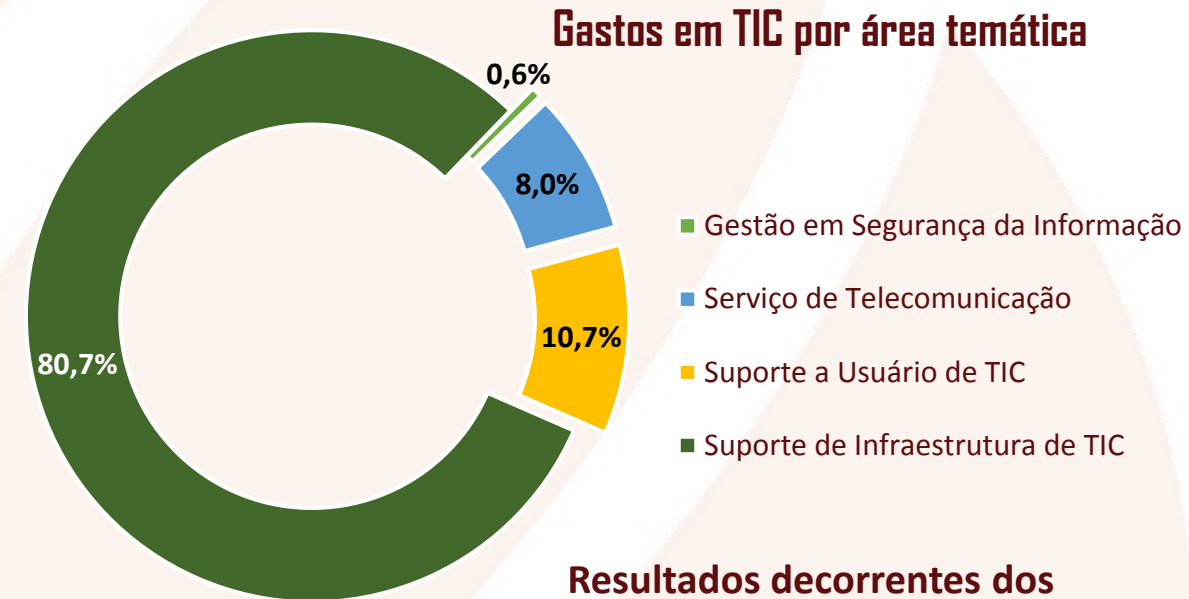
Detalhamento do orçamento



5.5 Gestão da Tecnologia da Informação

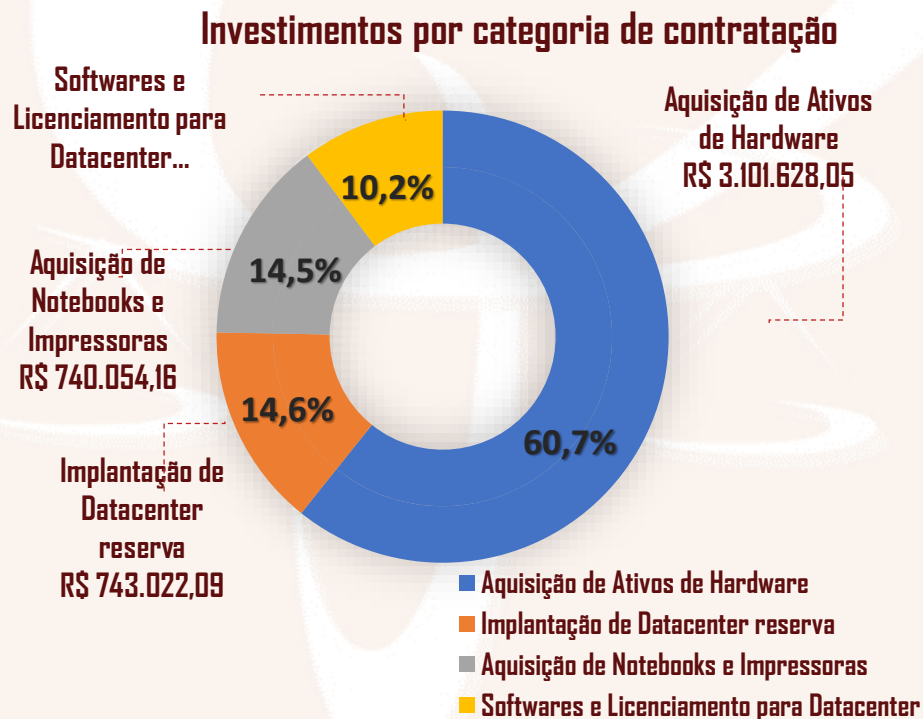
5.5.3 Recursos aplicados em TIC

Do valor efetivamente utilizado no exercício (despesas liquidadas), verifica-se que a maior parte do recurso (80,6%) foi utilizado para a manutenção e expansão da infraestrutura computacional de TIC, conforme demonstra o gráfico a seguir, que detalha o gasto em TIC por área temática.



Em 2018, o TRT16 investiu R\$5.105.927,30 em equipamentos e infraestrutura computacional, através de aquisições de ativos de hardware, softwares e a implantação de um datacenter seguro reserva.

Os investimentos realizados estão relacionados com os objetivos estratégicos do CNJ, CSJT e TRT16, respectivamente: Prover Infraestrutura Tecnológica apropriada às atividades judiciais e administrativas; Garantir a disponibilidade dos sistemas judiciais e administrativos; e Garantir a infraestrutura de TI apropriada às atividades administrativas e judiciais. Além disso, esses investimentos viabilizarão a implantação do Plano de Continuidade de Negócio do TRT16, instituído pela Portaria TRT16/GP Nº 778/2017.



Resultados decorrentes dos investimentos

- Garantir que os principais sistemas e serviços de tecnologia da informação permaneçam operantes, em função de qualquer incidente ou desastres de pequenas ou grandes proporções.
- Aumentar o tempo de disponibilidade dos sistemas de informação e o atendimento jurisdicional;
- Garantir alta disponibilidade dos serviços de TIC;
- Garantir a continuidade dos serviços do TRT16 em caso de sinistro;
- Proporcionar aos usuários condições adequadas para desenvolverem as atividades judiciais e administrativas.

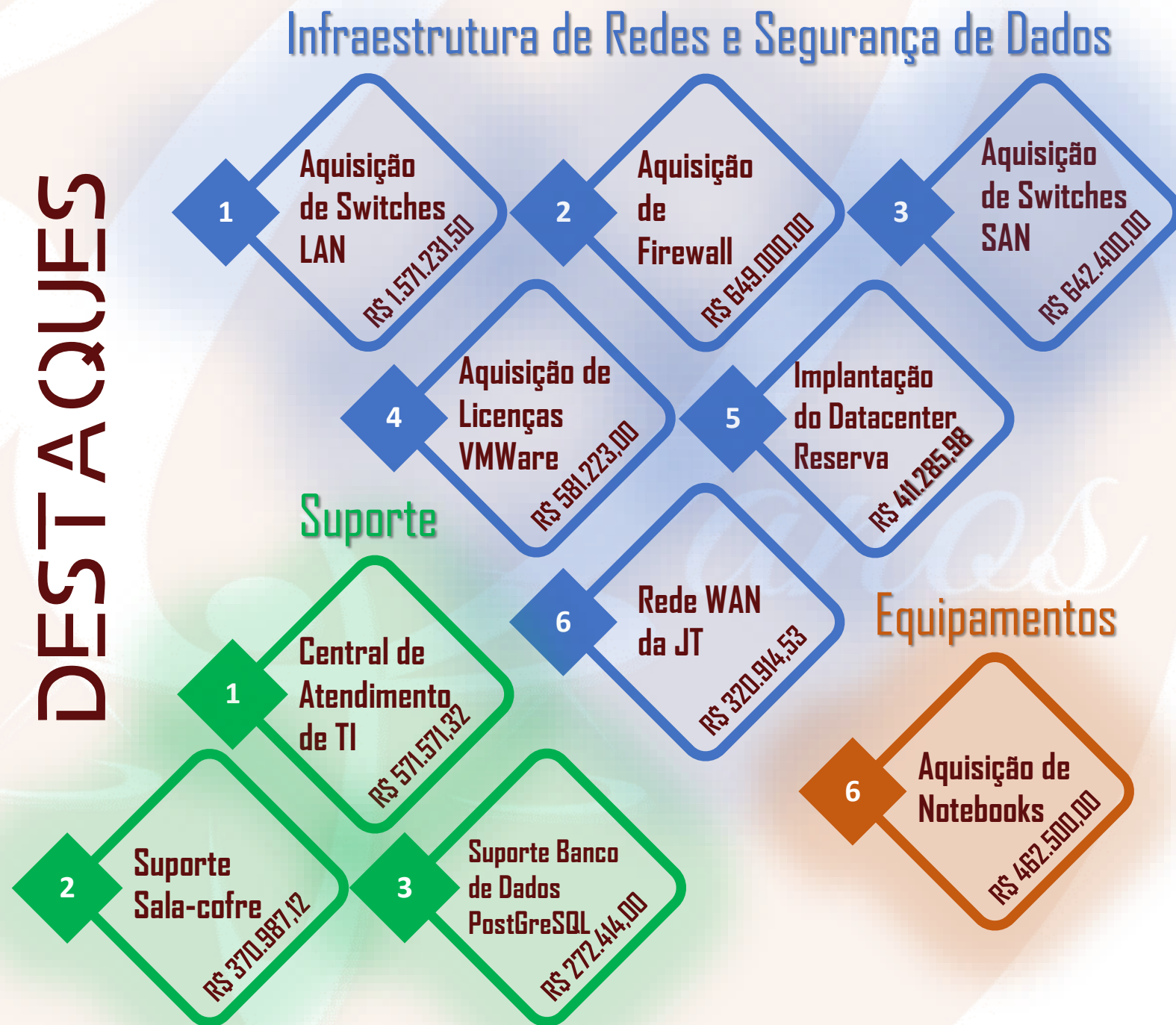
5.5 Gestão da Tecnologia da Informação

5.5.4 Contratações de TIC mais relevantes

O Processo de Contratações de Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicações do TRT16 (PCSTIC-TRT16) está disciplinado pela Resolução Administrativa nº 86/2016 e Resolução Administrativa nº 195/2017.

O processo contempla todo ciclo de vida de qualquer contratação de solução de TIC do TRT16, desde o registro formal da demanda, passando pelo planejamento da contratação, os procedimentos da licitação, a contratação, até a execução e finalização do contrato.

DESTAQUES



5.5 Gestão da Tecnologia da Informação

5.5.5 Principais iniciativas de TIC

Dentre as ações e projetos realizados na área de TIC no ano de 2018, temos as elencados adiante, com destaque por tema:

Tema	Iniciativas	Benefícios
Infraestrutura	Implantação de Site Backup (Estrutura Física)	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Garantir que os principais sistemas e serviços de Tecnologia da Informação permaneçam operantes mesmo após incidente ou desastres de pequenas ou grandes proporções; ➤ Aumentar o tempo de disponibilidade dos sistemas de informação; ➤ Garantir alta disponibilidade dos serviços de TIC.
	Implantação de Rede Sem Fio	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Permitir ao jurisdicionado e aos operadores do direito consultar informações relevantes relacionadas aos serviços prestados pelo Tribunal.
	Implantação de Redundância no Link de Internet	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Atender as conformidades de controles de Segurança da Informação; ➤ Ampliar a disponibilidade dos serviços de TIC.
Tema	Iniciativas	Benefícios
Sistema judicial	Implantação do PJe-KZ (2.0)	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Melhorar o desempenho da aplicação; ➤ Melhorar a usabilidade da aplicação com para os usuários (atualização da interface gráfica); ➤ Aumento da produtividade dos usuários com a redução do número de passos para executar uma tarefa.

5.5 Gestão da Tecnologia da Informação

5.5.5 Principais iniciativas de TIC

Tema	Iniciativas	Benefícios
Gestão de Projetos	Implantação do Gerenciamento de Portfólio no Software Redmine	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Melhorar os controles dos projetos de TIC; ➤ Melhorar a comunicação entre o Escritório de Projetos de TIC e os gerentes de projetos.
Tema	Iniciativas	Benefícios
Suporte ao usuário	Implantação da plataforma do Google G Suite	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Disponibilizar uma ferramentas de troca de mensagem, e-mail, drive virtual, editores de documentos, de forma integrada e disponível na nuvem; ➤ Possibilitar o trabalho integrado de equipes por meio das ferramentas de colaboração da plataforma; ➤ Economia de recursos financeiros com a substituição da solução anteriormente utilizada pelo Tribunal.
Tema	Iniciativas	Benefícios
Políticas e processo	Instituir a Política de Governança de TIC	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Garantir que o uso dos recursos, ações e investimentos de TIC estejam alinhados aos objetivos institucionais; ➤ Estabelecer um modelo de governança com a definição de estruturas, políticas, princípios e processos; ➤ Melhorar a gestão e desempenho no uso dos recursos de TIC.

5.5 Gestão da Tecnologia da Informação

5.5.5 Principais iniciativas de TIC

Tema	Iniciativas	Benefícios
Políticas e processo	Implantação do Macroprocesso de Planejamento e Gestão do Plano de Contratações e Orçamentário de STIC	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Melhorar a gestão orçamentária dos recursos alocados na área de TIC; ➤ Uso mais eficiente e eficaz dos recursos orçamentários.
	Processo de cópia de Segurança e de Restauração de dados	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Assegurar a integridade e disponibilidade das informações dos usuários; ➤ Garantir a recuperação das informações dos usuários em casos de incidentes de perda de dados.
	Processo de Gerenciamento de Disponibilidade de TIC	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Garantir que os principais sistemas e serviços de tecnologia da informação permaneçam operantes mesmo após a ocorrência de incidentes

5.5.6 Segurança da Informação

Na área de **Segurança da Informação**, as seguintes ações foram realizadas no ano de 2018:

- ✓ Estabelecimento da **Estratégia de Conscientização, Treinamento e Educação em Segurança da Informação e Comunicação**;
- ✓ Execução do **Plano Anual de Conscientização, Treinamento e Educação em Segurança da Informação e Comunicação do ano de 2018**, que abordou a conscientização em Segurança da Informação com foco na disseminação da Política de Segurança da Informação e Comunicação, engenharia social, proteção de dispositivos móveis, malwares e demais assuntos, utilizando o Calendário Institucional, além das mídias sociais, dos boletins da CTIC, de e-mails e de notícias no site do Tribunal.

5.5 Gestão da Tecnologia da Informação

5.5.7 Principais Desafios e Ações Futuras

O principal desafio da área de TIC é realizar as suas atribuições com um número insuficiente de servidores na área de Tecnologia da Informação, o que expõe o Tribunal a uma série de riscos, tais como: o não cumprimento dos planos propostos, alongamento dos prazos na execução de projetos e não atendimento das demandas de TIC formuladas pelas unidades do Tribunal.

Outro desafio relacionado também à questão de recursos humanos é tentar atenuar os problemas decorrentes da alta rotatividade dos servidores da área de TIC e da dificuldade em criar mecanismo de seleção e retenção de talentos, a fim de minimizar os riscos resultantes da perda de conhecimento técnico e do retrabalho no treinamento de novos servidores.

Na área de Governança de TIC, buscar-se-á, para o ano de 2019, o desenvolvimento de estratégias para tornar ainda mais efetiva a atuação do Comitê de Governança de TIC. Isso passa por melhorar a qualidade das informações levadas ao comitê para a tomada de decisão, e também no aperfeiçoamento dos procedimentos para apreciação e priorização dos projetos.

Em relação às ações futuras, a área de TIC trabalhará, no ano de 2019, principalmente, nas seguintes linhas de atuação:

- ✓ Realização de ações voltadas para o aumento dos indicadores de maturidade de governança de TIC (IGOVTI do TCU e IGOVTIC-JUD do CSJT);
- ✓ Aprimoramento da Gestão Orçamentário de TIC;

- ✓ Realização de ações que visem o Desenvolvimento de Competências e Desempenho das Pessoas;
- ✓ Efetivação da Gestão de Riscos;
- ✓ Realização de ações para alcançar a conformidade com Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais;
- ✓ Aumento na percepção positiva da CTIC pelo Tribunal com a criação de mais conteúdo voltado para os usuários, tais como: informativos, FAQs, tutoriais; e realização de acompanhamento mais efetivos dos serviços prestados antes, durante e após os atendimentos;
- ✓ Participação no Desenvolvimento de módulos nacionais:
 - Desenvolvimento do PEC, módulo de correspondência do PJE;
 - Desenvolvimento da Notificação - PUSH, módulo do PJE;
 - Desenvolvimento do Sistema Integrado em Gestão de Saúde da JT (Módulo do SIGEP).
- ✓ Implantação do Datacenter Reserva;
- ✓ Implantação dos módulos FolhaWeb, Escola Judicial e SGRH do SIGEP.

Capítulo 5

Alocação de Recursos e Áreas Especiais da Gestão

Item 6 - Gestão de Custos



5.6 Gestão de Custos

5.6.1 Conformidade Legal

A Justiça do Trabalho, em atendimento à determinação do art. 50, §3º, da Lei Complementar 101/2000, iniciou, em 2007, estudos preliminares para criação de um sistema de custos que permitisse o acompanhamento da sua gestão orçamentária, financeira e patrimonial. A partir da criação do Grupo de Trabalho de Custos (Ato CSJT.GP.SG nº 398, de 29 de outubro de 2013), o processo de implantação do Sistema de Custos (SIC-JT) foi qualificado como um projeto, acompanhado pela Meta Estratégica nº 9 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, cuja implantação total está prevista para o final do exercício de 2020. O projeto piloto do sistema próprio foi desenvolvido e implantado no TST, entretanto, teve sua ampliação suspensa devido aos altos custos para aquisição de licenças de software necessário para a extração de dados, e da diversidade de sistemas corporativos em uso nos tribunais regionais, que dificultariam o processo.

Tendo em vista as limitações atuais, e considerando a posterior retomada da implantação do SIC-JT nos moldes inicialmente estabelecidos, o Comitê Gestor do Sistema de Informação de Custos da Justiça do Trabalho, instituído pelo Ato CSJT.GP.SG nº 320/2017, deliberou sobre a utilização da ferramenta de detalhamento de custos Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI). Dessa forma, foram selecionadas e agrupadas, em 22 objetos de custos, as contas de Natureza de Despesa Detalhada, que combinadas à segregação por instância judicial, geraram um total de 88 Centros de Custos possíveis. O enfoque encontra legalidade na Portaria STN 157/11, no §2º do Art. 3º, amplia a utilização do Sistema de Custos do Governo Federal (SIC-Gov) às unidades de gestão interna do Poder Judiciário, classificando-as como órgãos setoriais.

Assim, após cadastro prévio no SIAFI, o TST e os tribunais da 1ª, 4ª e 6ª regiões, nos registros contábeis que acionam a aba Centro de Custos, passaram a ter a obrigatoriedade do seu preenchimento a partir de novembro/2018. Os demais

TRT's serão incluídos conforme cronograma estabelecido no planejamento estratégico do CSJT.

5.6.2 Estimativa de custos

Somente em maio/2018 este TRT16 iniciou a utilização da aba Centro de Custos, mas ainda em caráter genérico. Portanto, ainda não possuímos dados disponíveis acerca da distribuição dos custos das unidades e programas. A previsão para início do Centro de Custos de forma completa está agendada para abril/2019.

5.6.3 Principais Desafios e Ações Futuras

O Sistema de Custos está ativo no TST e nos Tribunais Regionais das 1ª, 4ª e 6ª regiões. O Planejamento Estratégico do CSJT prevê, em 2019, a ampliação para os tribunais da 2ª, 3ª, 5ª, 8ª, 9ª, 10ª, 12ª e 15ª regiões, com previsão de conclusão nas demais unidades até o final de 2020. Todavia, devido à bem sucedida experiência das primeiras 4 unidades em 2018, o Comitê Gestor espera implantar o sistema em todas as unidades ainda em 2019, com previsão de início da gestão de informação de custos, nos moldes definidos, a partir de Abril/2019.

Espera-se, com a retomada do SIC-JT, que sejam obtidas informações de custos diretos das unidades administrativas que possam ser associadas àqueles registrados no SIAFI, visando o aperfeiçoamento e refinamento da informação de custos da Justiça do Trabalho.

A hand holding a globe of Earth against a starry space background. The globe is centered on the Americas. The background is a deep space scene with stars and nebulae. A semi-transparent white box contains the text.

Capítulo 5

Alocação de Recursos e Áreas Especiais da Gestão

Item 7 - Sustentabilidade Ambiental

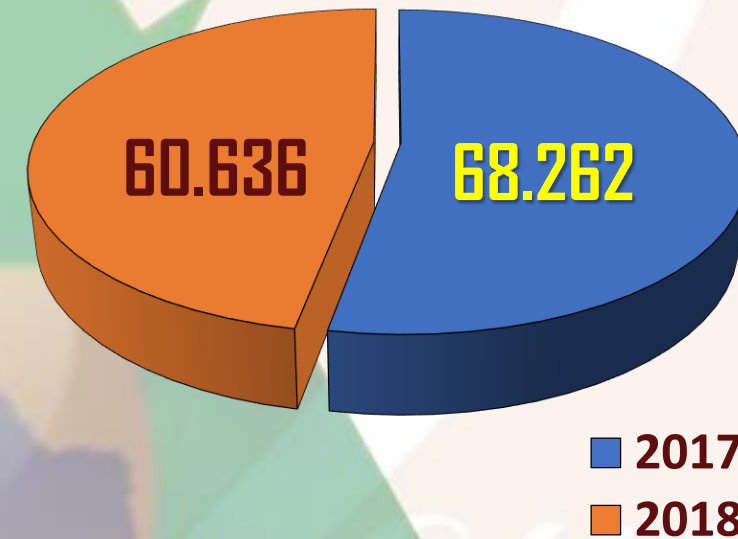
5.7 Sustentabilidade Ambiental

5.7.1 Critérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições

O TRT 16ª Região adota, as orientações do guia de contratações sustentáveis do Conselho Nacional da Justiça do Trabalho (CSJT), os seguintes critérios de sustentabilidade:

- ✓ Preferência por produtos de baixo impacto ambiental;
- ✓ Conformidade dos produtos, insumos e serviços com os regulamentos técnicos pertinentes em vigor expedidos pelo Inmetro de forma a assegurar aspectos relativos à saúde, à segurança, ao meio ambiente, ou à proteção do consumidor e da concorrência justa (Lei nº 9.933, de 20 de dezembro de 1999);
- ✓ Aquisição de produtos e equipamentos duráveis, reparáveis e que possam ser aperfeiçoados (Portaria MMA nº 61/2008).

Número de impressões



Em 2018 houve redução de **11,17%** no número de impressões em relação ao ano anterior

5.7.2 Redução de resíduos poluentes

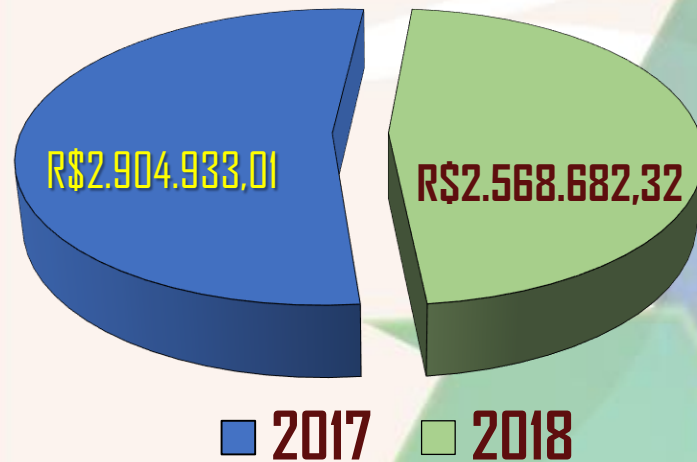
Entre as ações realizadas para a redução de resíduos poluentes, cabe destacar:

- ✓ Coleta de remédios vencidos para destinação via contrato de incineração de resíduos do Setor de Saúde;
- ✓ Destinação de material reciclável: papel, papelão e plástico para cooperativas de catadores conforme determinada pelo Decreto Presidencial nº 5.940 de 25 de outubro de 2006.

5.7 Sustentabilidade Ambiental

5.7.3 Ações para redução de consumo de recursos naturais

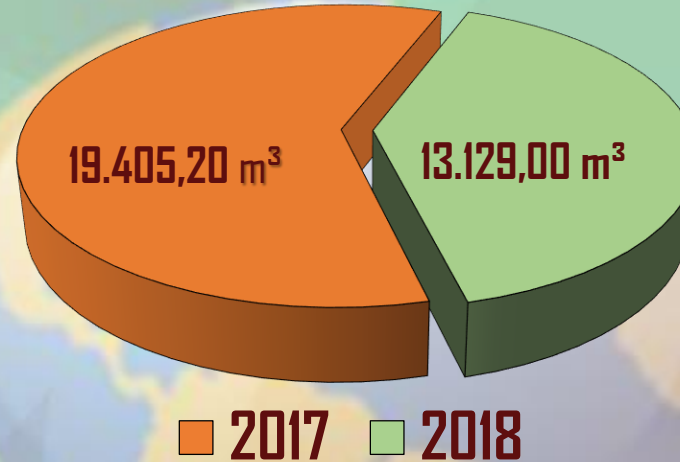
Vigilância (custo em R\$)



Em 2018, o TRT 16ª Região contabilizou os primeiros resultados decorrentes da implantação da vigilância eletrônica nas unidades do Regional.

Economia gerada em 2018:
R\$ 336.250,69

Água e Esgoto (consumo em m³)

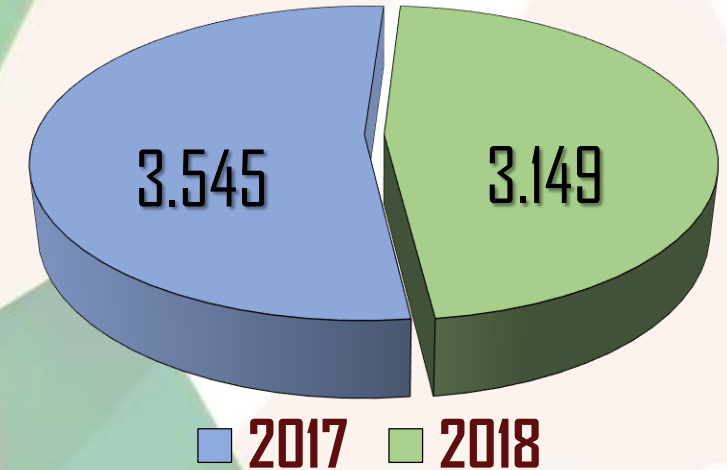


Ações Adotadas:

- ✓ Acompanhamento do consumo de água nas unidades, verificando-se distorções;
- ✓ Aviso às unidades que apresentaram maiores consumos.

Economia gerada em 2018:
6.276,20 m³

Papel (consumo em resmas)



Ações Adotadas:

- ✓ Acompanhamento do consumo de papel nas unidades do Tribunal.
- ✓ Aviso às unidades que apresentaram maiores consumos.

Economia gerada em 2018:
396 Resmas

A hand holding a white pen is positioned over a silver calculator. To the right, a stack of white invoices is visible, with the word 'INVOICE' printed in blue on the top sheet. The background is a wooden desk with a blurred office environment.

Capítulo 6

Demonstrações Contábeis

6. Demonstrações Contábeis

O Setor de Contabilidade Analítica compõe a estrutura da Secretaria de Orçamento e Finanças, vinculada à Diretoria-Geral do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região.

O escopo desta declaração considera as demonstrações contábeis consolidadas da Unidade Gestora 080018, Gestão 00001.

O registro da conformidade contábil é realizado pelo Setor de Contabilidade Analítica, conforme orienta o Manual SIAFI. Este é o um processo que visa assegurar a integridade, fidedignidade e a confiabilidade das informações constantes no SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira, sistema onde são executados todos os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

As Demonstrações Contábeis deste Tribunal foram elaboradas em observância às normas contábeis vigentes no Brasil, como a Lei nº 4320/64, a Lei Complementar nº 101/2000 - LRF, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público - NBC TSP, o Manual SIAFI e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP (8ª edição). As DCON foram emitidas a partir de informações constantes do SIAFI a partir das informações consolidadas das contas contábeis desta unidade integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, e são compostas pelas seguintes peças:

- Balanço Patrimonial
- Balanço Orçamentário
- Balanço Financeiro e a Demonstração dos Fluxos de Caixa
- Demonstrações das Variações Patrimoniais

Avanços

Cabe ressaltar que no exercício de 2018 houve a implantação de nova rotina na Folha de Pagamento, com a atualização da Macrofunção SIAFI 02.11.42 - Folha de Pagamento. Tal rotina possibilitou melhor informação contábil acerca dos valores de Décimo Terceiro Salário e Férias, devidos ou a pagar, dentro da estrutura do Balanço Patrimonial desta unidade. Desta forma, os saldos das contas refletem melhor a realidade desses valores, causando um enxugamento das contas de ativo de pessoal e passivo de pessoal e o seu acompanhamento real ao longo do exercício.

Outro avanço considerável para a melhora da informação contábil foi a implantação do Sistema de Controle de Material e Patrimônio - SCMP, que proporcionou padronização nacional no que tange à Justiça do Trabalho. Tal sistema possui uma gama de relatórios maior e mais didáticos, com previsão de gastos para meses futuros e verificação de materiais de consumo a vencer; ele também tornou a movimentação de bens mais célere sem perder o controle das transações, mantendo os dados das movimentações dentro do próprio sistema, possibilitando, por conseguinte, a economia em materiais de consumo, tais como de papel.

6.1 Declaração do Contador

Ressalvas

Em razão da complexidade das informações e da amplitude e diversidade de alguns processos de trabalho, cabem os seguintes destaques como desafios a serem superados:

- Os registros dos bens imóveis deste Tribunal no SPIUNET estão incompletos, de forma que o valor refletido no Balanço Patrimonial não está adequado à realidade das informações factuais. Tal inadequação se deu por motivos que extrapolam a competência deste Setor de Contabilidade.

Pelo motivo acima, fica também prejudicado o lançamento adequado da depreciação dos bens imóveis.

- Apesar do avanço com o novo sistema de patrimônio, houve alguns entraves quanto ao cálculo da depreciação dos bens móveis, gerando também informação desatualizada na depreciação acumulada destes.
- Há utilização parcial do princípio da competência.
- O inventário de 2018 ainda não está apto para lançamento quanto às respectivas baixas de patrimônio e registro de bens não localizados, com a expectativa de regularização ainda no primeiro semestre de 2019.
- O registro de reavaliação de bens, conforme consta na Macrofunção SIAFI 02.03.35 – Reavaliação e redução ao valor recuperável, com levantamento de informações que reflitam de forma fidedigna as contas patrimoniais.

Declaração

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, **EXCETO** no tocante às ressalvas apontadas.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

São Luís/MA, 29 de abril de 2019.

Laena Ticiane Santos Cardoso Barros

CRC n.º MA-012953/D-0

Contadora Responsável

Critérios e Políticas Contábeis

Os critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região atendem as premissas da contabilidade aplicada ao setor público, bem como as macrofunções do SIAFI. São atendidos também as determinações da setorial contábil deste regional localizada no Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT.

6.2 Demonstrativos Contábeis

6.2.1 Balanço Patrimonial

Ativo		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
ATIVO CIRCULANTE	5.990.176,35	7.527.326,48
Caixa e Equivalentes de Caixa	5.082.494,09	6.800.212,44
Créditos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	166.675,85	93.216,97
Invest. e Aplic. Temporárias a Curto Prazo	-	-
Estoques	545.113,60	595.578,80
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	195.892,81	38.318,27
ATIVO NÃO CIRCULANTE	59.713.386,66	51.793.583,59
Ativo Realizável a Longo Prazo	242.449,90	233.022,08
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	242.449,90	233.022,08
Estoques	-	-
Investimentos	-	-
Imobilizado	57.705.704,89	50.618.409,98
Bens Móveis	27.469.236,25	21.849.721,25
Bens Móveis	31.131.777,39	24.083.390,29
(-) Dep./Amort./Ex. Acum. Bens Móveis	-3.662.541,14	-2.233.669,04
(-) Red. Valor Recup. de Bens Móveis	-	-
Bens Imóveis	30.236.468,64	28.768.688,73
Bens Imóveis	30.236.537,71	28.768.738,86
(-) Depr./Amort./Ex. Acum. Bens Imóveis	-69,07	-50,13
(-) Red. ao Valor Recup. de Bens Imóveis	-	-
Intangível	1.765.231,87	942.151,53
Softwares	1.765.231,87	942.151,53
Softwares	2.507.655,37	1.574.221,71
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-742.423,50	-632.070,18
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-
Diferido	-	-
TOTAL DO ATIVO	65.703.563,01	59.320.910,07

Passivo		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
PASSIVO CIRCULANTE	3.205.741,43	8.986.508,31
Obrig. Trabalh., Previd. e Assist. a Pgr a Curto Prazo	2.917.073,50	8.821.937,31
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	259.715,10	141.020,42
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Provisões a Curto Prazo	-	-
Demais Obrigações a Curto Prazo	28.952,83	23.550,58
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	23.544,33	35.840,45
Obrig. Trabalh., Previd. e Assist. a Pg. de Lgo Prazo	-	-
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Provisões a Longo Prazo	-	-
Demais Obrigações a Longo Prazo	23.544,33	35.840,45
Resultado Diferido	-	-
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	3.229.285,76	9.022.348,76
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Adiantam. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Reservas de Capital	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Reservas de Lucros	-	-
Demais Reservas	-	-
Resultados Acumulados	62.474.277,25	50.298.561,31
Resultado do Exercício	12.514.932,25	8.270.979,02
Resultados de Exercícios Anteriores	50.298.561,31	42.121.308,45
Ajustes de Exercícios Anteriores	-339.216,31	-93.726,16
(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	62.474.277,25	50.298.561,31
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	65.703.563,01	59.320.910,07

6.2 Demonstrativos Contábeis

6.2.2 Demonstração das Variações Patrimoniais

Variações Patrimoniais Quantitativas

	2018	2017
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	249.737.572,95	234.267.530,87
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.377.456,06	3.224.691,00
Taxas	3.377.456,06	3.224.691,00
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	70.262,77	183.214,99
Explor. de Bens, Direit. e Prest. de Serviços	70.262,77	183.214,99
Variações Patrimoniais Aument. Financeiras	10.251,25	7.022,17
Juros e Encargos de Mora	96,37	136,45
Variações Monetárias e Cambiais	10.154,88	6.885,72
Transferências e Delegações Recebidas	241.527.769,38	222.628.368,35
Transferências Intragovernamentais	238.935.285,79	219.920.917,92
Transferências Intergovernamentais	2.548.282,59	2.646.395,06
Outras Transf. e Delegações Recebidas	44.201,00	61.055,37
Valoriz. e Ganhos c/ Ativos e Desincorp. de Passivos	4.390.298,27	7.965.883,67
Ganhos com Incorporação de Ativos	1.748,64	27.064,51
Ganhos com Desincorporação de Passivos	4.388.549,63	7.938.819,16
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	361.535,22	258.350,69
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	361.535,22	258.350,69

Variações Patrimoniais Quantitativas

	2018	2017
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	237.222.640,70	225.996.551,85
Pessoal e Encargos	176.141.262,98	170.321.269,32
Remuneração a Pessoal	134.865.083,26	130.347.077,17
Encargos Patronais	24.684.552,22	23.463.523,69
Benefícios a Pessoal	15.727.220,82	15.378.527,74
Outras Var. Patrim. Diminut. - Pessoal e Encargos	864.406,68	1.132.140,72
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	21.837.352,35	20.193.453,80
Aposentadorias e Reformas	18.847.886,03	17.262.681,28
Pensões	2.942.529,09	2.898.077,25
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	46.937,23	32.695,27
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	24.041.070,56	19.613.573,90
Uso de Material de Consumo	1.026.515,07	951.333,50
Serviços	21.475.311,13	18.154.862,46
Depreciação, Amortização e Exaustão	1.539.244,36	507.377,94
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	1.872,54	987,54
Juros e Encargos de Mora	1.145,48	457,23
Variações Monetárias e Cambiais	727,06	530,31
Transferências e Delegações Concedidas	13.279.335,72	7.392.305,57
Transferências Intragovernamentais	13.105.475,87	7.392.305,57
Outras Transferências e Delegações Concedidas	173.859,85	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	1.632.376,29	7.612.136,44
Incorporação de Passivos	1.632.376,29	7.359.281,68
Desincorporação de Ativos	-	166.637,10
Tributárias	178.747,03	169.789,94
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	351,33	1.566,08
Contribuições	178.395,70	168.223,86
Custo - Mercad., Prod. Vend. e dos Serv. Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	110.623,23	693.035,34
Premiações	2.544,00	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	108.079,23	693.035,34

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2018	2017
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	12.514.932,25	8.270.979,02

6.2 Demonstrativos Contábeis

6.2.3 Balanço orçamentário

Receita				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
DEFICIT	-	-	240.949.042,12	240.949.042,12
TOTAL	-	-	240.949.042,12	240.949.042,12
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-

Despesa						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	217.041.703,00	225.608.774,00	232.263.710,52	230.302.190,31	230.288.712,56	-6.654.936,52
Pessoal e Encargos Sociais	179.745.619,00	187.846.567,00	194.809.906,21	194.809.906,21	194.809.906,21	-6.963.339,21
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	37.296.084,00	37.762.207,00	37.453.804,31	35.492.284,10	35.478.806,35	308.402,69
DESPESAS DE CAPITAL	4.276.932,00	3.825.809,00	8.685.331,60	7.368.127,14	7.199.030,14	-4.859.522,60
Investimentos	4.276.932,00	2.666.430,00	7.585.331,60	6.268.127,14	6.099.030,14	-4.918.901,60
Inversões Financeiras	-	1.159.379,00	1.100.000,00	1.100.000,00	1.100.000,00	59.379,00
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	221.318.635,00	229.434.583,00	240.949.042,12	237.670.317,45	237.487.742,70	-11.514.459,12
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	221.318.635,00	229.434.583,00	240.949.042,12	237.670.317,45	237.487.742,70	-11.514.459,12
TOTAL	221.318.635,00	229.434.583,00	240.949.042,12	237.670.317,45	237.487.742,70	-11.514.459,12

6.2 Demonstrativos Contábeis

6.2.4 Balanço Financeiro

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
Receitas Orçamentárias	-	-	-Despesas Orçamentárias	240.949.042,12	222.051.005,05
Ordinárias	-	-	- Ordinárias	218.097.115,88	201.034.660,46
Vinculadas	-	-	- Vinculadas	22.851.926,24	21.016.344,59
Previdência Social (RPPS)	-	-	- Seguridade Social (Exceto Previdência)		15.887.895,00
Recursos de Receitas Financeiras			- Previdência Social (RPPS)	17.356.807,00	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	- Recursos de Receitas Financeiras		-
			Outros Rec. Vinc. a Órgãos e Programas	5.495.119,24	5.128.449,59
Transferências Financeiras Recebidas	238.935.285,79	219.920.917,92	Transferências Financeiras Concedidas	3.717.121,76	4.228.648,57
Resultantes da Execução Orçamentária	238.927.018,98	219.043.101,24	Resultantes da Execução Orçamentária	-	-
Sub-repasse Recebido	238.927.018,98	219.043.101,24	Independ. da Execução Orçamentária	3.717.121,76	4.228.648,57
Independentes da Execução Orçamentária	8.266,81	877.816,68	Transferências Conc. p/ Pagam. de RP	66.962,74	447.510,36
Transferências Receb. para Pagam. de RP		414.619,14	Movimento de Saldos Patrimoniais	3.650.159,02	3.781.138,21
Demais Transferências Recebidas	2.322,11	231.598,77	Aporte ao RPPS	-	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	5.944,70	231.598,77	Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-			
Aporte ao RGPS	-	-			
Recebimentos Extraorçamentários	9.860.167,20	12.606.291,36	Despesas Extraorçamentárias	5.847.007,46	1.595.295,83
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	182.574,75	112.247,60	Pagamento RAP Processados	112.247,60	35.981,00
Insc. dos Restos a Pagar Não Processados	3.278.724,67	5.993.987,96	Pagam. RAP Não Processados	5.725.884,48	1.554.397,72
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.021,21	7.717,43	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	8.875,38	4.917,11
Outros Recebimentos Extraorçamentários	6.396.846,57	6.492.338,37	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
DB não Sacadas - Cartão Pagamento	0,30				
Arrecadação de Outra Unidade	6.396.846,27	6.492.338,37			
Saldo do Exercício Anterior	6.800.212,44	2.147.952,61	Saldo para o Exercício Seguinte	5.082.494,09	6.800.212,44
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.800.212,44	2.147.952,61	Caixa e Equivalentes de Caixa	5.082.494,09	6.800.212,44
TOTAL	255.595.665,43	234.675.161,89	TOTAL	255.595.665,43	234.675.161,89

6.2 Demonstrativos Contábeis

6.2.5 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

	2018	2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	7.906.372,48	7.900.339,75
INGRESSOS	245.334.153,27	226.420.973,72
Outros Ingressos das Operações	245.334.153,27	226.420.973,72
Ingressos Extraorçamentários	2.021,21	7.717,43
Transferências Financeiras Recebidas	238.935.285,79	219.920.917,92
Arrecadação de Outra Unidade	6.396.846,27	6.492.338,37
DESEMBOLSOS	-237.427.780,79	-218.520.633,97
Pessoal e Demais Despesas	-208.857.237,24	-190.743.162,78
Judiciário	-176.342.431,25	-167.261.171,93
Previdência Social	-23.370.905,00	-20.471.585,89
Encargos Especiais	-9.143.901,29	-3.010.404,96
(+/-) DB Ñ Sacadas – Cartão Pagam.	0,30	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-24.844.546,41	-23.543.905,51
Intragovernamentais	-24.844.546,41	-23.543.905,51
Outros Desembolsos das Operações	-3.725.997,14	-4.233.565,68
Dispêndios Extraorçamentários	-8.875,38	-4.917,11
Transf. Financeiras Concedidas	-3.717.121,76	-4.228.648,57

	2018	2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-9.624.090,83	-3.248.079,92
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amort. de Emprést. e Finan. Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-9.624.090,83	-3.248.079,92
Aquisição de Ativo Não Circulante	-8.428.774,79	-2.523.950,07
Outros Desembolsos de Investimentos	-1.195.316,04	-724.129,85

	2018	2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS	-	-
DESEMBOLSOS	-	-

	2018	2017
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-1.717.718,35	4.652.259,83
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	6.800.212,44	2.147.952,61
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	5.082.494,09	6.800.212,44

6.3 Notas Explicativas

Nota 1

Registro de imóveis no SPIUNET

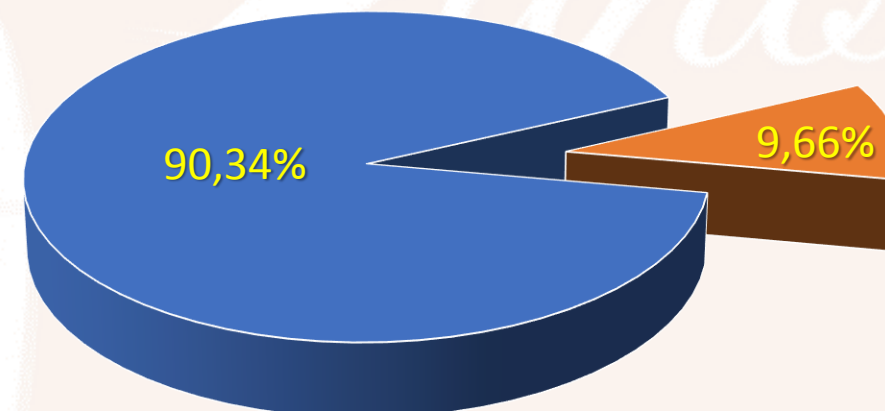
A tabela ao lado demonstra a composição da conta contábil de Bens Imóveis pertencentes a este Tribunal, referenciando tanto os bens registrados no Sistema de Gerenciamentos dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUNET, quanto os que não estão devidamente registrados.

Destacam-se os bens não registrados no SPIUNET, correspondendo a pouco mais de 90% do total de bens imóveis.

A ocorrência é resultado da inoperância da Secretaria do Patrimônio da União - SPU do Maranhão mediante várias reuniões de comissão deste Tribunal - criada com fim específico de solucionar tal situação - com servidores daquela Secretaria, sem se obter, até a presente data, as providências necessárias para o devido registro dos bens.

Conta Contábil	2018 - Saldo R\$	2017 - Saldo R\$
BENS IMÓVEIS REGISTRADOS NO SPIUNET	2.921.709,95	3.095.569,80
BENS IMÓVEIS NÃO REGISTRADOS NO SPIUNET	27.314.827,76	25.673.169,06
TOTAL BENS IMÓVEIS	30.236.537,71	28.768.738,86

Bens Imóveis 2018



- Sem registro no SPIUNET
- Com registro no SPIUNET

6.3 Notas Explicativas

Nota 2

Depreciação acumulada de bens imóveis

Outro ponto a destacar são os valores da Depreciação Acumulada de Bens Imóveis, visivelmente abaixo do esperado, conforme demonstra o quadro adiante. Deve-se registrar que o lançamento da depreciação dos bens da União é competência da SPU, por meio do SPIUNET, o que só corrobora o que foi mencionado na Nota 1 sobre a SPU.

2018	2017
DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS IMOVEIS	DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS IMOVEIS
Saldo R\$	Saldo R\$
(69,07)	(50,13)

Nota 3

Depreciação acumulada de bens móveis

Com a mudança do Sistema de Controle de Patrimônio, houve uma divergência nos valores lançados a título de depreciação mensal nos primeiros meses de utilização do sistema, o que desencadeou em uma depreciação acumulada desconforme. Isto é, o valor líquido contábil dos bens móveis deste Tribunal registrados no SIAFI está em discordância com o sistema de controle de patrimônio.

A contratação de empresa de prestação de serviço de reparos nos automóveis deste Regional fez ser desnecessária a aquisição frequente de equipamentos e peças de automóveis, motivo pelo qual há a falta de depreciação da conta 12311.0112.

6.3 Notas Explicativas

Nota 4

Mudança na rotina contábil de Folha de Pagamento

A mudança na rotina contábil da folha de pagamento se deu para atendimento de alteração na macrofunção que trata do assunto.

Além dos lançamentos mensais da despesa de 1/3 de férias e décimo terceiro salário para atendimento do princípio da competência, houve o ajuste da provisão de 1/3 de férias para que esta refletisse o valor das férias contemplando o terço constitucional e o salário de férias do período.

Além disso, incluiu-se mais um relatório denominado BRPF – Baixa da Remuneração do Período de Férias. Tal relatório possibilita conhecimento real acerca dos valores de despesas pagas com salário, mas que na realidade são de relativos a férias de servidores.

Desta forma, confrontando mês a mês os valores de “adiantamento” com os “a pagar” de férias e décimo terceiro, possibilitou-se acompanhar a realidade da situação contábil do órgão junto a seus servidores, para saber se esse é devedor ou credor de férias e décimo terceiro. Assim, evitou-se o inchaço do Balanço Patrimonial ao longo do exercício evitando um registro desproporcional de despesas no mês de dezembro, durante os ajustes de encerramento do exercício.

Nota 5

Ajustes de exercícios anteriores

Os valores contabilizados diretamente na conta de Ajustes de Exercícios Anteriores deste Tribunal referem-se a ajuste de registro de ativo intangível e a registro de passivo sem suporte orçamentário de exercícios anteriores reconhecidos no exercício de 2018.

Em 2015 este TRT16 adquiriu bem intangível por descentralização e à época foram feitas consultas a respeito do efetivo registro de tal bem. Optou-se pelo seu registro no valor total da aquisição uma vez que o bem já estava a disposição desta unidade. Entretanto, quando do pagamento de cada parcela do contrato houve um aumento indevido do valor do bem já registrado, ajustando-se, então, por ajustes de exercícios anteriores para correção do valor do intangível ISGEREPJE, evitando lançamento em duplicidade referente à aquisição do bem intangível.

	2018	2017
	Saldo R\$	Saldo R\$
SUPERAVITS OU DEFICITS EXERCICIOS ANTERIORES	50.298.561,31	42.121.308,45
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	(339.216,31)	(93.726,16)
Total	49.959.345,00	42.027.582,29

6.3 Notas Explicativas

Nota 6

Registro de passivos de pessoal

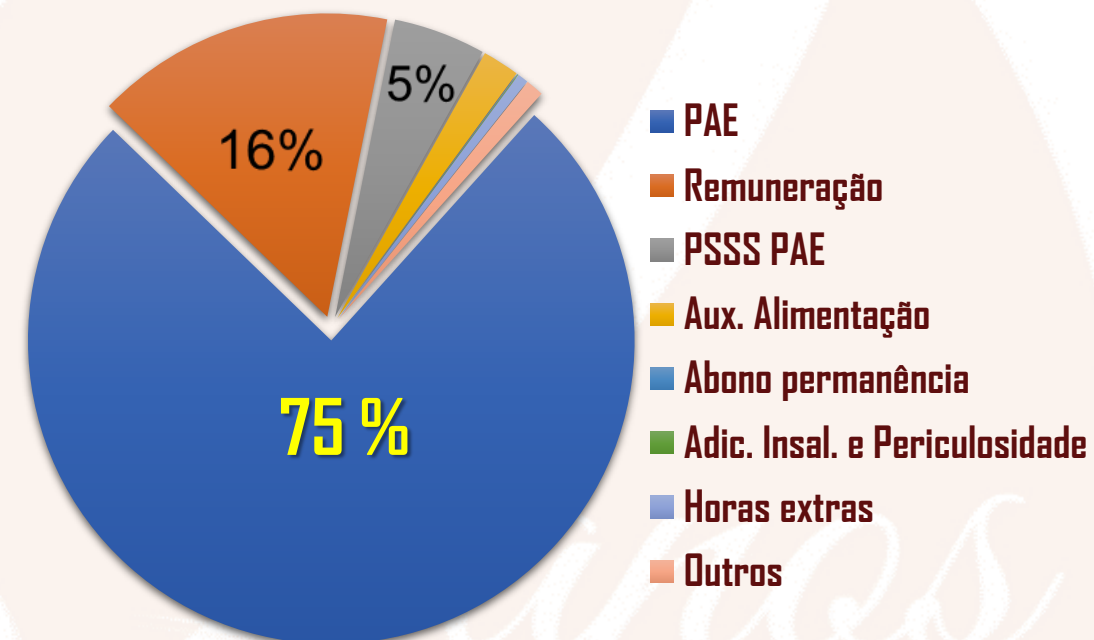
Em cumprimento da Mensagem CFIN/CSJT 53/2015 foi feito o registro dos passivos de pessoal sem suporte orçamentário no exercício de 2018. Tais lançamentos são feitos com base em planilha apresentada pelo Núcleo da Folha de Pagamento, setor responsável pelo cálculo e atualização desses passivos.

Como é possível verificar na tabela ao lado, houve significativa baixa de valores registrados de 2017 para 2018. Isso se deu pelo pagamento de alguns dos passivos registrados, em especial o PAE – Parcela Autônoma Equivalente.

Apesar da significativa baixa e em razão também de juros e atualização monetária, é possível perceber no gráfico ao lado que o PAE ainda é o tipo de passivo com maior expressividade no balanço deste Tribunal, seguido do passivo de remuneração.

Para melhor compreensão, no gráfico foram agrupados os tipos de passivo englobando todas suas subdivisões (ativo, inativo, pensionista, classista, servidor, magistrado, principal, juros, correção monetária). Sendo assim, o passivo de PAE no gráfico representa principal, juros e correção monetária de todos os tipos de beneficiário.

Passivos de pessoal registrados em 2018



Obrigações Trabalhistas

TIPO	2018	2017
PAE	2.203.572,40	6.369.724,59
PSSS PAE	143.399,02	280.283,70
Remuneração	465.405,96	0,00
Aux. Alimentação	57.501,28	0,00
Abono Permanência	1.007,73	29.524,36
Adic. Insal. e Periculosidade	1.228,40	2.262,90
Horas extras	16.646,97	0,00
Outros	27.986,74	0,00
TOTAL	2.916.748,50	6.681.795,55



Capítulo 7

Outras Informações Relevantes

7.1 Metodologia adotada na elaboração do Relatório de Gestão



7.2 Processo para determinar a materialidade das informações

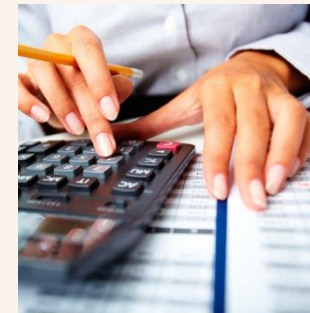
Base para escolha das informações do Relatório de Gestão



O uso dos recursos para que se atinja os objetivos estratégicos com o consequente alcance da visão institucional



O impacto no Plano Estratégico Institucional foi considerado como de fundamental importância



Cumprimento das exigências e normas contábeis



O nível de alcance em relação aos ambientes interno e externo, por meio da matriz SWOT



Após análise e avaliação do grau de importância e do impacto na estratégia institucional os temas foram trabalhados.

7.3 Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU

Em 2018 o Tribunal recebeu dois pedidos de providências do Tribunal de Contas da União - TCU, ambos relacionados à área de pessoal e governança.

Esses pedidos foram recebidos pela Unidade de Controle, encaminhados aos setores competentes para o fornecimento das informações requeridas e depois enviados para o TCU, na forma e no prazo estabelecidos. Não havendo nenhum item dos pedidos pendente de atendimento.

Pedido de providência do Tribunal de Contas da União

Ordem: 1	Processo: TC 002.775/2018-2	Tipo: Diligência	Comunicação Recebida: Ofício nº 1521/2018-TCU/SEFIP	Órgão/Entidade: TCU/SEFIP
Descrição da Deliberação: Avaliar os controles referentes ao pagamento da Gratificação por Exercício Cumulativo de Jurisdição (GECJ/GAJU) nos órgãos de 1ª e 2ª instância da Justiça Federal, da Justiça do Trabalho e da Justiça do Distrito Federal e Territórios.				
Setor Responsável pela Implementação: Presidência e Corregedoria				Código SIORG:
Síntese da Providência Adotada: Foi encaminhada a solicitação à Presidência e a Corregedoria que fizeram o levantamento das informações solicitadas em conformidade com os layouts anexos ao Ofício 1521/2018-TCU/SEFIP. Foi enviado Email ao TCU contendo o questionário preenchido juntamente com a documentação comprobatória das informações ali constantes.				
Síntese dos Resultados Obtidos: Foram atendidas as informações solicitadas no Ofício 1521/2018-TCU/SEFIP				

Pedido de providência do Tribunal de Contas da União

Ordem: 2	Processo: TC 017.368/2016-2	Tipo: Diligência	Comunicação Recebida: Ofício nº 0450/2018-TCU/SEFIP	Órgão/Entidade: TCU/SEFIP
Descrição da Deliberação: Avaliar os controles referentes ao pagamento da Gratificação por Exercício Cumulativo de Jurisdição (GECJ/GAJU) nos órgãos de 1ª e 2ª instância da Justiça Federal, da Justiça do Trabalho e da Justiça do Distrito Federal e Territórios.				
Setor Responsável pela Implementação: Coordenadoria de Gestão Estratégica e Estatística				Código SIORG:
Síntese da Providência Adotada: Foi editada a Portaria GP nº 1210/2018 atribuindo a algumas unidades administrativas a competência para publicação e atualização das informações no Portal da Transparência, no sítio eletrônico deste Regional, com auxílio desta unidade de controle quanto a observância do acordo.				
Síntese dos Resultados Obtidos: Melhoria e atualização das informações disponíveis no portal da transparência desta Corte, possibilitando maior controle social.				

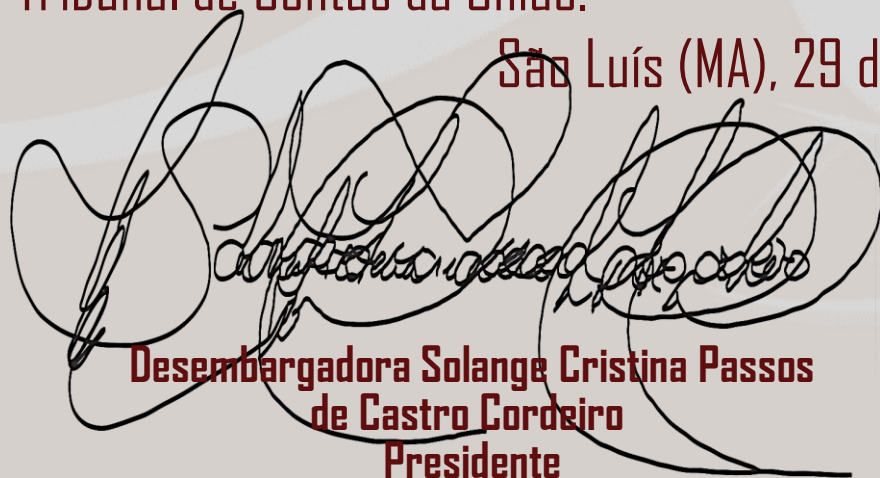
Anexos e Apêndices



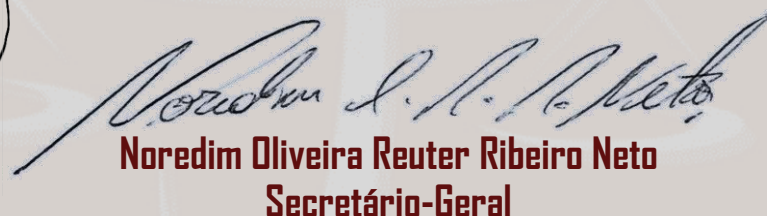
Declaração

A Presidente e servidores subscritos asseguram a integridade do Relatório de Gestão do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, referente ao exercício de 2018, bem como reconhecem ter sido aplicado o pensamento coletivo em sua preparação e apresentação, mediante a participação de seus gestores e da alta administração, baseando-se na Estrutura Internacional para Relato Integrado concebida pelo Conselho Internacional para Relato Integrado, em conformidade com o disposto na Decisão Normativa nº 170, de 2018, do Tribunal de Contas da União.

São Luís (MA), 29 de abril de 2019.



**Desembargadora Solange Cristina Passos
de Castro Cordeiro
Presidente**



**Noredim Oliveira Reuter Ribeiro Neto
Secretário-Geral**



**Celso de Jesus Moreira Costa
Diretor-Geral**

An open notebook with lined pages is the central focus. A pair of black-rimmed glasses is placed on the top left page. A silver pen lies on the right page. The notebook is set against a background of a smiling face, which is faded and serves as a watermark. A vertical red bar is visible on the far left edge of the image.

Informações Suplementares



Orgão Selecionado: 15000 - Justiça do Trabalho
Unidade Selecionada: Todas as unidades do órgão selecionado.

Momento: Unidade Orçamentária
Esfera Selecionada: Fiscal e Seguridade

Tipo Detalhamento: 2 - Demais Despesas Discricionárias dos Demais Poderes, MPU e DPU

Programa 0571 - Prestação Jurisdicional Trabalhista

Ação: 14R8 - Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Imperatriz - MA
Orgão: 15000 - Justiça do Trabalho

Tipo Ação: Projeto
Unidade: 15117 - Tribunal Regional do Trabalho da 16a. Região - Maranhão

Localizador de Gastos: 0638 - No Município de Imperatriz - MA

Funcional programática: 10.15117.02.122.0571.14R8.0638

Físico	2016	2017	2018	2019	Após 2019
Edifício construído - percentual de execução física	22,00	29,00	29,00	20,00	0,00

Financeiro	2016	2017	2018	2019	Após 2019	Total
Despesas Correntes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	1.500.000,00	1.500.000,00	1.800.000,00	2.000.000,00	0,00	6.800.000,00
Total (Financeiro)	1.500.000,00	1.500.000,00	1.800.000,00	2.000.000,00	0,00	6.800.000,00

Ação: 151F - Construção do Edifício-sede da Vara do Trabalho no município de Santa Inês/MA
Orgão: 15000 - Justiça do Trabalho

Tipo Ação: Projeto
Unidade: 15117 - Tribunal Regional do Trabalho da 16a. Região - Maranhão

Localizador de Gastos: 0734 - No Município de São Luís - MA

Funcional programática: 10.15117.02.122.0571.151F.0734

Físico	2016	2017	2018	2019	Após 2019
Edifício construído - percentual de execução física	78,00	22,00	0,00	0,00	0,00

Financeiro	2016	2017	2018	2019	Após 2019	Total
Despesas Correntes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	1.555.707,00	444.293,00	0,00	0,00	0,00	2.000.000,00
Total (Financeiro)	1.555.707,00	444.293,00	0,00	0,00	0,00	2.000.000,00



Espelho da Despesa Plurianual

Órgão Selecionado: 15000 - Justiça do Trabalho**Momento:** Unidade Orçamentária**Unidade Selecionada:** Todas as unidades do órgão selecionado.**Esfera Selecionada:** Fiscal e Seguridade**Ação:** 2549 - Comunicação e Divulgação Institucional**Tipo Ação:** Atividade**Órgão:** 15000 - Justiça do Trabalho**Unidade:** 15117 - Tribunal Regional do Trabalho da 16a. Região - Maranhão**Localizador de Gastos:** 0021 - No Estado do Maranhão**Funcional programática:** 10.15117.02.131.0571.2549.0021

Físico	2016	2017	2018	2019	Após 2019
Matéria veiculada - unidade	750,00	848,00	890,00	925,00	

Financeiro	2016	2017	2018	2019	Após 2019	Total
Despesas Correntes	300.000,00	330.000,00	350.000,00	370.000,00		1.350.000,00
Despesas de Capital		0,00	0,00	0,00		0,00
Total (Financeiro)	300.000,00	330.000,00	350.000,00	370.000,00		1.350.000,00

Ação: 4256 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho**Tipo Ação:** Atividade**Órgão:** 15000 - Justiça do Trabalho**Unidade:** 15117 - Tribunal Regional do Trabalho da 16a. Região - Maranhão**Localizador de Gastos:** 0021 - No Estado do Maranhão**Funcional programática:** 10.15117.02.122.0571.4256.0021

Físico	2016	2017	2018	2019	Após 2019
Processo julgado - unidade	48.364,00	53.000,00	55.000,00	57.000,00	

Financeiro	2016	2017	2018	2019	Após 2019	Total
Despesas Correntes	18.427.910,00	21.978.236,00	23.143.392,00	24.015.596,00		87.565.134,00
Despesas de Capital	1.000.000,00	1.100.000,00	1.200.000,00	1.300.000,00		4.600.000,00
Total (Financeiro)	19.427.910,00	23.078.236,00	24.343.392,00	25.315.596,00		92.165.134,00



Tribunal de Contas da União

DECLARAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO

Unidade prestadora de contas: Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região/MA

Exercício de referência: 2018

Data da conclusão: 30/04/2019

Hora da conclusão: 14:40:07

Responsável pela conclusão: ARY ARRUDA GOMES DE SA FILHO - CPF: 271.032.933-68

MENSAGEM:

Declaramos que o relatório de gestão de 2018 da unidade prestadora de contas Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região/MA foi publicado no sítio do Tribunal de Contas da União na *Internet*.

Ressalta-se que os dirigentes da unidade permanecem responsáveis pelos conteúdos e forma do referido relatório, conforme dispõem as normas deste Tribunal que regem a prestação de contas anual.

Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado - SecexAdministração

Em 06/06/2019